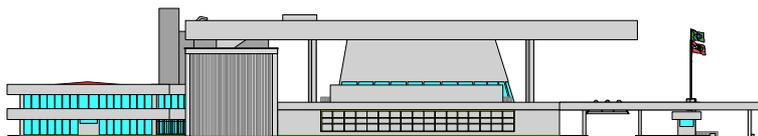


PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 26 DE MARÇO DE 2010

NÚMERO 6.150

16ª Legislatura  
4ª Sessão Legislativa  
MESA

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Jorginho Mello  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º SECRETÁRIO**

Dagomar Carneiro  
**2º SECRETÁRIO**

Valmir Comin  
**3º SECRETÁRIO**

Ada Faraco de Luca  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Elizeu Mattos

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Antônio Aguiar

**DEMOCRATAS**  
Líder: Cesar Souza Júnior

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO  
BRASILEIRO**  
Líder: Professora Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

**COMISSÕES PERMANENTES**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**  
Romildo Titon - Presidente  
Marcos Vieira – Vice-Presidente  
Antonio Aguiar  
Darci de Matos  
Dirceu Dresch  
Décio Góes  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Sargento Amauri Soares  
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES  
E DESENVOLVIMENTO  
URBANO**  
Reno Caramori - Presidente  
Décio Góes – Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
José Natal Pereira  
Manoel Mota  
Carlos Chiodini  
Narcizo Parisotto  
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E  
AQUICULTURA**  
Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Darci de Matos – Vice-Presidente  
Dado Cherem  
Reno Caramori  
Edison Andrino  
Adherbal Deba Cabral  
Derli Rodrigues  
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E  
POLÍTICA RURAL**  
Rogério Mendonça - Presidente  
Reno Caramori – Vice-Presidente  
Ismael dos Santos  
Serafim Venzon  
Dirceu Dresch  
Romildo Titon  
Sargento Amauri Soares  
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**  
Manoel Mota - Presidente  
Joares Ponticelli – Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Dado Cherem  
Dirceu Dresch  
Elizeu Mattos  
Derli Rodrigues  
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**  
Marcos Vieira - Presidente  
Jean Kuhlmann – Vice-Presidente  
José Natal Pereira  
Pedro Uczai  
Lício Mauro da Silveira  
Sílvio Dreveck  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Professora Odete de Jesus  
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA  
PÚBLICA**  
Darci de Matos - Presidente  
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente  
Nilson Gonçalves  
Pedro Uczai  
Kennedy Nunes  
Genésio Goulart  
Adherbal Deba Cabral  
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E  
ENERGIA**  
Serafim Venzon  
Pedro Uczai  
Sílvio Dreveck  
Carlos Chiodini  
Elizeu Mattos  
Renato Hinnig  
Derli Rodrigues  
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO  
AMBIENTE**  
Dirceu Dresch - Presidente  
Renato Hinnig – Vice-Presidente  
Marcos Vieira  
Ismael dos Santos  
Reno Caramori  
Edison Andrino  
Derli Rodrigues  
Quartas-feiras, às 13:00 horas

**COMISSÃO DE SAÚDE**  
Darci de Matos  
Dado Cherem  
Ana Paula Lima  
Kennedy Nunes  
Antônio Aguiar  
Genésio Goulart  
Prof. Odete de Jesus  
Giancarlo Tomelin  
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE  
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**  
Ana Paula Lima - Presidente  
Kennedy Nunes – Vice-Presidente  
José Natal Pereira  
Carlos Chiodini  
Adherbal Deba Cabral  
Ismael dos Santos  
Professora Odete de Jesus  
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E DESPORTO**  
César Souza Júnior  
Serafim Venzon  
Pedro Uczai  
Lício Mauro da Silveira  
Antônio Aguiar  
Elizeu Mattos  
Derli Rodrigues  
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE  
RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E  
DO MERCOSUL**  
Renato Hinnig - Presidente  
Nilson Gonçalves – Vice-Presidente  
Ana Paula Lima  
Lício Mauro da Silveira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Narcizo Parisotto  
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**  
Prof. Odete de Jesus -Presidente  
Nilson Gonçalves – Vice-Presidente  
Ismael dos Santos  
Pe. Pedro Baldissera  
Lício Mauro da Silveira  
Rogério Mendonça (Peninha)  
Genésio Goulart  
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA  
LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**  
responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Coordenador: Walter da Luz Filho

**Coordenadoria de Taquigrafia:**  
responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Coordenadora: Lenita Wendhausen  
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e  
Serviços Gráficos:**  
responsável pela impressão.  
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLEIA  
EXPEDIENTE**

**Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves  
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC  
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500  
Internet: [www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
ANO XV - NÚMERO 2150  
1ª EDIÇÃO - 6 EXEMPLARES  
EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 005ª Sessão Especial da  
16ª realizada em 22/03/2010 .....2  
Ata da 020ª Sessão Ordinária da  
16ª realizada em 24/03/2010 ..... 11  
Ata da 003ª Sessão Extraordinária  
da 16ª realizada em 24/03/2010 17  
Ata da 004ª Sessão Extraordinária  
da 16ª realizada em 24/03/2010 18

**Atos da Mesa**

Ato da Presidência DI ..... 24  
Atos da Mesa ..... 25  
Atos da Mesa DI ..... 27

**Publicações Diversas**

Ata de Comissão Permanente...27  
Avisos de Licitação ..... 28  
Extratos ..... 28  
Ofícios ..... 28  
Portarias ..... 29  
Projetos de Lei ..... 30  
Projetos de Lei Complementar ..33  
Projeto de Emenda Constitucional  
..... 34  
Redações Finais ..... 35

**PLENÁRIO**

# ATA DA 005ª SESSÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO COMEMORAÇÃO DOS 284 ANOS DE FLORIANÓPOLIS PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO EDISON ANDRINO SUMÁRIO

**DEPUTADO EDISON ANDRINO** -  
Afirma que presta uma homenagem não só  
a Florianópolis, mas aos ex-prefeitos vivos  
que a fizeram uma das melhores capitais do  
país.

**DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR** -  
Enfatiza a necessidade de conciliar o  
desenvolvimento e o meio ambiente, pois  
ambos são responsáveis pela qualidade de  
vida na capital.

**DEPUTADO MARCOS VIEIRA** - Lembra que  
Florianópolis é moderna, mas conserva tra-  
ços provincianos, é eclética, arrojada, ba-  
dalada e principalmente linda.

**DEPUTADO RENATO HINNIG** - Considera a  
capital catarinense um dos recantos mais  
bonitos do universo e que a escolheu como  
seu lugar, mas pede solução para  
problemas de mobilidade urbana e de  
segurança pública.

**DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA** -  
Destaca que Florianópolis passou por situ-  
ações difíceis, resolvidas com zelo, pois  
todos batalharam por ela e pelo bem  
comum.

**CONSELHEIRO SALOMÃO RIBAS JÚNIOR** -  
Discorre sobre as peculiaridades de  
Florianópolis, que fazem com que se sinta  
orgulho de ser florianopolitano.

**ALOÍSIO ACÁCIO PIAZZA** - Afirma que a Ilha  
da Magia ainda tem muito que mostrar.

**VICE-PREFEITO JOÃO BATISTA NUNES** -  
Ressalta que cidade mostra a cada dia seu  
valor e que é muito grato pelo que a capital  
lhe tem propiciado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson  
Merísio) - Invocando a proteção de Deus, declaro  
aberta a presente sessão especial.

Convido os srs. deputados Silvio  
Dreveck e Cesar Souza Júnior para

conduzirem as excelentíssimas autoridades  
que serão nominadas para compor a mesa:

Excelentíssimo senhor desem-  
bargador José Trindade dos Santos, presidente  
do Tribunal de Justiça do Estado de Santa  
Catarina;

Excelentíssimo senhor Adriano  
Zanotto, chefe de gabinete, representando a  
prefeitura municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo senhor Neuto De  
Conto, senador da República;

Excelentíssima senhora Angela  
Amin, deputada federal;

Excelentíssimo senhor Paulo  
Bornhausen, deputado federal;

Excelentíssimo senhor Wilson Wan-  
dall, presidente em exercício do Tribunal de  
Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor deputado  
Edison Andrino, que propôs a realização  
desta sessão especial;

Excelentíssimas autoridades, sras. deputadas e srs. deputados, a presente sessão foi convocada por solicitação do sr. deputado Edison Andriano à Mesa Diretora e com a aprovação dos demais parlamentares, em homenagem ao município de Florianópolis, pela passagem dos seus 284 anos.

Neste momento teremos a execução do Hino Nacional pela Banda da Polícia Militar, sob a regência do maestro subtenente Carlos Henrique Costa.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

Convidamos também para participar da mesa o dr. Antônio Diomário de Queiroz, presidente da Fapesc, neste ato representando o excelentíssimo governador Luiz Henrique da Silveira.

A seguir fará uso da palavra o sr. deputado Edison Andriano, deputado proponente do pedido que ensejou a presente sessão.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Excelentíssimo senhor deputado Gelson Merísio, presidente da Assembleia do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor desembargador José Trindade dos Santos, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Adriano Zanotto, chefe de gabinete, representando o prefeito Dário Berger;

Excelentíssimo senhor Neuto De Conto, senador da República;

Excelentíssima senhora Angela Amin, deputada federal;

Excelentíssimo senhor Paulo Bornhausen, deputado federal;

Excelentíssimo senhor Wilson Wandall, presidente em exercício do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor dr. Antônio Diomário de Queiroz, presidente da Fapesc, neste ato representando o governador Luiz Henrique da Silveira, governador do estado de Santa Catarina.

Queria cumprimentar aqui todos os deputados que contribuíram para esta sessão com as suas idéias, os deputados Lício Mauro da Silveira, Marcos Vieira, Renato Hinnig e Cesar Souza Júnior, que são de Florianópolis, e o deputado José Natal, que é da região de São José.

Quero cumprimentar o ex-prefeito Sérgio Grandó, todos os ex-prefeitos aqui presentes que serão homenageados, as homenageadas, os parentes e todas as autoridades civis, militares aqui presentes.

Fizemos uma solicitação ao presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, para fazermos esta sessão, que é uma homenagem do Poder Legislativo de Santa Catarina à capital do estado, não a Florianópolis, mas à capital de todos os catarinenses. E, por sugestão de alguns companheiros, homenagearemos os ex-prefeitos vivos da nossa cidade, esses homens que independentemente de cor partidária, de ideologia política, deram a sua contribuição no seu tempo para o crescimento, a organização e o desenvolvimento desta cidade, para que Florianópolis continue a ter essa grande qualidade de vida que possui.

Quero aqui cumprimentar o primeiro prefeito que eu conheci na minha vida

pública como vereador, o ex-prefeito Ari Oliveira, que nos honra aqui com a sua presença. Conheci Ari Oliveira quando fui eleito vereador de Florianópolis, em 1972 - assumi em 1973. A Prefeitura e a Câmara de Vereadores - os dois Poderes - funcionavam no prédio onde era a prefeitura antigamente, a antiga cadeia pública de Florianópolis.

O pai de Ari Oliveira era veranista na Lagoa da Conceição, naquela época não se dizia turista, mas veranista. Uma das primeiras casas de veraneio da Lagoa foi do Sr. Roberto Oliveira, uma família tradicional de Florianópolis, e ali conheci o Ari Oliveira, com quem depois acabei fazendo um círculo político de amizade quando eleito vereador de Florianópolis. E o Ari de Oliveira, à sua maneira, ao seu jeito, no momento em que administrava esta cidade, deu uma grande contribuição para que continuasse a se desenvolver para depois ser governada por outros prefeitos.

Depois veio o manezinho do Pântano do Sul, professor Nilton Severo da Costa, que fez uma revolução nas intenções no interior da Ilha de Santa Catarina, que eram comandadas por tradicionais líderes políticos. E o Nilton Severo da Costa fez uma verdadeira revolução; inclusive, houve uma grande polêmica naquele momento sobre a administração dos distritos do interior da Ilha de Santa Catarina.

Depois veio Esperidião Amin, de 1975 a 1978, também eleito de 1989 a 1990. Esperidião Amin veio como técnico da Telesc, professor, no momento em que a cidade começava a crescer, principalmente para o turismo. Esperidião, com a sua competência, com o seu preparo técnico começou a articular a administração pública para prepará-la para o futuro desta cidade.

Veio em seguida Francisco Cordeiro, técnico, que havia sido presidente do Ipuf. Quem sabe tenha sido a administração mais técnica que esta cidade já teve, que ajudou a organizar a estrutura administrativa da cidade, principalmente os órgãos técnicos, mais precisamente o nosso Ipuf que perdura até hoje.

O próximo foi Cláudio Ávila, que havia sido deputado estadual comigo na Assembleia Legislativa, e depois foi deputado federal. Foi um período curto, mas Cláudio, com a sua maneira própria, com a sua correção, fez uma administração transitória, porque estávamos saindo de um período de prefeitos nomeados para prefeitos eleitos. Tenho certeza de que o ele também contribuiu de maneira substancial, construindo obras importantes para Florianópolis.

Depois veio o meu amigo Alcino Vieira, que foi vereador comigo por dez anos na Câmara Municipal de Florianópolis. Uma das pessoas mais corretas que conheci na minha vida, que também num período bem pequeno trouxe a sua contribuição para Florianópolis. Na época, o Alcino praticamente gerenciava o problema da transição e os problemas que a cidade e a prefeitura enfrentavam.

Tivemos depois Aloísio Acácio Piazza. Nosso companheiro Aloísio Piazza, fundador do MDB em 1966, quando disputamos a primeira eleição para vereador. Do

Piazza tive o orgulho de receber a chave da cidade, a chave da prefeitura. Inclusive, no comício, Piazza pegou uma chave e disse: "Olha, eu vou te dar essa chave." Eu então disse: "Piazza, essa chave é da tua garagem, eu quero a da Prefeitura." Mas o Piazza entregou-me a chave da prefeitura quando fui eleito em 1985.

Veio, então, Sérgio Grandó. O professor Sérgio Grandó contribuiu com o trabalho de desenvolvimento social, inclusive colocando ônibus nos morros. O Sérgio está aqui, foi deputado estadual, foi militante político e também deu a sua contribuição, principalmente na discussão do orçamento participativo, no qual a população participava da discussão dos problemas desta cidade.

Em seguida tivemos Angela Amin, que governou Florianópolis por dois mandatos e que se destacou não só pelas obras físicas na estrutura urbana, mas principalmente no cuidado com as crianças, através do projeto Pró-criança.

Florianópolis hoje é administrada pelo prefeito que também administrou o município de São José por dois mandatos e agora administra Florianópolis no seu segundo mandato, também realizando obras físicas importantes para a nossa cidade, que neste ato está sendo representado por Adriano Zanotto, ex-presidente da OAB.

O objetivo desta sessão é para além de homenagear os ex-prefeitos, porque todos merecem, são muitas entidades, muitas pessoas da área política, da área cultural e esportiva, mas como não podemos homenagear todos, vamos prestar homenagem a algumas figuras importantes que se destacaram durante esse tempo para o engrandecimento de Florianópolis, para que a cidade fosse mais humana, mais correta, mais preparada para o futuro.

Quero fazê-lo primeiro na pessoa da esposa do nosso ex-prefeito Bulcão Vianna, Jane Bulcão Vianna, que além de realizar um grande trabalho como primeira-dama do município, destacou-se como representante da Pastoral da Criança, representando aqui no estado a nossa saudosa Zilda Arns. Ela também trabalha há mais de dezessete anos como voluntária em vários órgãos religiosos e entidades sociais de Florianópolis.

Quando falamos em Orlando Pessi poucas pessoas sabem quem ele é. É o nosso amigo Torrado, um dos atletas mais completos que o estado já teve. Foi campeão de basquete, de vôlei, de natação, de futebol, além de ser uma figura queridíssima nesta cidade. Quem não se lembra do Torrado? Aqui estão as pessoas daquela época, o Saulo Vieira, do futebol, mas quem não se lembra do Torrado na época em que o basquete se destacava não só no cenário nacional, com o técnico Canela, com o Rosa Branca, com o Amauri, mas aqui em Santa Catarina com o Capitão, com o André, com o Romualdo, com o Aldinho Kuerten. O Torrado foi praticamente o líder dessa geração do esporte em Santa Catarina e merece esta homenagem da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Vamos homenagear o Centro de Apoio ao Paciente com Câncer, que fica localizado no Ribeirão da Ilha. E quando falo no Centro de Apoio ao Paciente com Câncer lembro-me da dona Geni, do Gios, que foi

incentivadora e criadora desse órgão que muitos serviços têm prestado àqueles que já não têm mais esperança e se dirigem para o hospital do Ribeirão da Ilha, que atende a mais de 60 pacientes em média, por semana, gratuitamente. E nós, deputados, queremos também fazer essa homenagem ao Centro de Apoio ao Paciente com Câncer.

Homenagearemos também a Associação dos Amigos do Hospital Universitário, que é presidido pelo Narciso Policarpo que está aqui, que faz um trabalho sensacional recebendo os pacientes e os familiares dos doentes, dando todo o apoio, toda a estrutura para os acompanhantes, para os pacientes e para os familiares que às vezes não têm como ficar aqui no município de Florianópolis.

Também na área cultural queremos fazer uma homenagem ao grupo Gente da Terra. Um grupo que surgiu pela iniciativa da cantora Sandra e do seu marido, o poeta Nilo, que canta as coisas da Ilha de Santa Catarina, que busca na sua música a tradição e a poesia dos açorianos. E vocês terão a oportunidade de ouvi-los aqui. Eles merecem esta homenagem, porque resgatam um pouco a música e a tradição da Ilha de Santa Catarina.

Queremos também homenagear a artista plástica Maria Celeste Carvalho Viana, viúva de Atalibio Cabral Neves, que trabalha com tecidos, bordados, crochê e crivo de renda, reconhecida não só no Brasil, mas internacionalmente, pelas obras expostas nos museus da Argentina, França, Estados Unidos, Inglaterra, e que merece a nossa homenagem, porque além de ser uma grande artista plástica ela trabalha com as coisas da Ilha de Santa Catarina, com a renda e com o bilro, que é uma tradição nossa.

Queremos homenagear também o nosso amigo Roberto Alves. Quando eu nasci, na Lagoa da Conceição só tinha um rádio à bateria. E naquela época eu já ouvia o Roberto Alves transmitindo o esporte. E hoje Roberto Alves se confunde com a imprensa esportiva e com o esporte de Santa Catarina. Você, Roberto, é sinônimo do nosso esporte aqui no estado de Santa Catarina, mais precisamente aqui em Florianópolis.

Quero cumprimentar também este grande empresário, o primeiro que se dedicou à informática, à tecnologia, aqui em Florianópolis. Quando eu disputei a eleição para prefeito, em 1985, nós lançamos uma proposta para gerar empregos nesta cidade e criamos dois polos: o do vestuário e o da informática. E o Faraco gostou da ideia, procurou-me na prefeitura e criamos a primeira lei de incentivo à informática em Florianópolis. Foi criado o primeiro condomínio, a primeira incubadora, na época o governador era Esperidião Amin. Alugamos um prédio na Trindade, que veio a ser o polo da informática. E hoje a maior receita desta cidade é a informática, porque o retorno do imposto é muito bom. A informática, a tecnologia, depois foram incrementadas por outros governadores, principalmente por Wilson Kleinübing, quando criou o polo da informática, no bairro Itacorubi.

Queremos também homenagear o Colégio Catarinense. Eu que era da Lagoa. Hoje, dá a impressão que era muito

pertinho, mas na época a Lagoa era muito longe, tinha que atravessar o morro das Sete Voltas, o famoso Morro do Padre Doutor. E quando chovia não tinha como ir nem como voltar. Eu era interno no colégio, e a maioria das pessoas da minha geração fez a história de Santa Catarina na área cultural, como profissionais liberais, políticos, médicos, e todos tiveram a sua origem na educação no Colégio Catarinense.

Por isso, esta cidade e Santa Catarina devem muito aos padres jesuítas e ao Colégio Catarinense, pela grande educação que deu a todos nós aqui de Florianópolis e de Santa Catarina.

Meu amigo Saulo Vieira, criador também do partido, um grande advogado, um dos melhores do estado, procurador da Assembleia, que vai ser homenageado com muita justiça aqui na Assembleia Legislativa.

Nossa homenagem será feita também a Francisco Grillo, presidente do BRDE, um dos empresários mais bem sucedidos de Florianópolis, que foi deputado federal e também deu a sua contribuição para a nossa cidade.

Salomão Ribas Júnior, escritor, jornalista, com quem tive a honra de ser deputado estadual na mesma época. Dirigiu o Tribunal de Contas do Estado por seis vezes consecutivas, e é uma das figuras mais ilustres deste estado, além da contribuição que deu na área da educação como secretário da Educação do estado de Santa Catarina.

Maurício Amorim, uma das figuras mais tradicionais de Florianópolis, uma figura queridíssima na cidade. E eu soube hoje, que por falta de maternidade em Irai, a mãe dele teve que atravessar para o Rio Grande e ele nasceu no Rio Grande do Sul, sendo o gaúcho mais mané que eu conheço e que será homenageado hoje na Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina.

Quero também, companheiros, dizer que esses 284 anos da cidade merecem ser comemorados. Nós vivemos um período, um momento ímpar na vida de Florianópolis, um momento de transição, no qual temos problemas sérios de segurança, desemprego, no sistema viário, quem sabe, esta seja uma das cidades com um dos maiores problemas de mobilidade urbana. Nosso plano diretor está sendo discutido, pois nós temos que preparar esta cidade para o futuro, para que os nossos sucessores, ex-prefeito Nilton Severo, possam herdar de nós, administradores e políticos, a cidade que nós herdamos dos nossos antepassados.

Ontem, houve uma manifestação na Lagoa com respeito ao aumento de prédios para seis andares. Será que a Lagoa comporta seis andares, com o problema de saneamento e viário que nós temos? Então, temos que repensar muito na qualidade de vida hoje, para podermos mantê-la amanhã. E este é um momento ímpar que estamos vivendo.

A questão do transporte coletivo é um problema sério, meu companheiro Aloisio Piazza. Não há mágica nesta cidade que resolva o problema do transporte coletivo, da mobilidade urbana, enquanto vende-se automóvel com a facilidade que se vende hoje; só no mês passado foram emplacados

três mil automóveis em Florianópolis. E não há um projeto do governo, um programa de mobilidade urbana público, do governo federal, de transporte coletivo, que envolva o governo federal, o estado e o município, para resolver problemas de cidades como a de Florianópolis.

Quem sabe possamos aproveitar esta sessão de homenagem a tantas pessoas, a tantas figuras presentes, com cabeça boa, inteligentes, com experiência, para criarmos um conselho aqui em Florianópolis, aproveitando a inteligência, a experiência, a competência de ex-prefeitos, ex-secretários, para ajudar a preparar esta cidade para o futuro.

Por isso, quero cumprimentar todos, desejar felicidades e também dizer a todos que aqui estão, que já deram a sua contribuição e que podem dar mais, que precisamos resguardar esta cidade, prepará-la para o futuro, para ter uma boa qualidade de vida, com menos problemas de segurança, com mais emprego, com mais saúde, com mais educação, uma cidade mais justa, mais solidária e mais humana; menos obras físicas e mais projetos que gerem empregos, projetos que cuidem acima de tudo da figura humana do homem.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Registramos as presenças das seguintes autoridades:

Deputado Jorginho Mello, primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa;  
Deputado Lício Mauro da Silveira;  
Deputado Silvio Dreveck;  
Deputado Marcos Vieira;  
Deputado Cesar Souza Júnior;  
Deputado Renato Hinnig;  
Deputado José Natal;

Senhor Esperidião Amin Helou Filho, ex-governador do estado de Santa Catarina;

Senhor João Batista Nunes, vice-prefeito da capital;

Senhor José Carlos Pacheco, conselheiro e ex-presidente do Tribunal de Contas;

Senhor Julio Garcia, conselheiro do Tribunal de Contas, ex-deputado e ex-presidente desta Casa;

Senhor Salomão Ribas Júnior, ex-deputado desta Casa e ex-conselheiro do Tribunal de Contas do estado;

Senhor César Fontes, conselheiro do Tribunal de Contas;

Senhor Sérgio Grando, ex-deputado estadual e ex-prefeito de Florianópolis;

Coronel da Polícia Militar, Eliésio Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar do estado de Santa Catarina;

Coronel Álvaro Maus, comandante-geral do Corpo de Bombeiros;

Capitão Luciano Rodrigues Emura, representando o comando da Base Aérea;

Vereador Aurélio Valente, do município de Florianópolis;

Senhor Hugo Martins Pinto, vice-presidente da subseção da OAB, de São José;

Senhor João Eduardo Amaral Moritz, presidente da ABIH;

Senhor Manoel Timóteo de Oliveira, jornalista, representando o presi-

dente da Associação Catarinense de Imprensa;

Senhor Ademir Arnon;

Senhor Francisco Cardoso, diretor de Planejamento da secretaria de Desenvolvimento Social e Juventude.

Esta Presidência, em homenagem aos deputados estaduais de Florianópolis, em especial, ao deputado Edison Andrino, proponente desta sessão especial, passa a direção dos trabalhos, a partir deste momento, ao deputado Edison Andrino, para que possa prosseguir com as homenagens desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edison Andrino) - Eu gostaria de convidar para fazer parte da mesa o deputado federal Edinho Bez e o vice-prefeito de Florianópolis, João Batista Nunes, que muito nos honram com sua presença.

Registramos também a presença do ex-deputado estadual Francisco de Assis Filho e do vereador João Amin.

Convido para fazer uso da palavra o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Deputado Edison Andrino, proponente desta sessão especial, cumprimentando v.ex.a., cumprimento o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Trindade dos Santos, o Adriano Zanotto, representante do prefeito Dário Berger, a deputada federal Angela Amin, o deputado federal Paulo Borhanusen, o deputado Edinho Bez, Antônio Diomário de Queiroz, o Conselheiro Wilson Wan-Dall, o vice-prefeito João Batista Nunes e todos que aqui estão presentes, amigos, deputados, companheiros.

Serei breve até porque temos um número grande de oradores inscritos e também de personalidades a serem homenageadas.

Quero apenas, deputado Edison Andrino, corroborar suas palavras, pois elas foram de amor a Florianópolis.

Vejo aqui muitos ex-prefeitos e fico imaginando que os americanos têm a tradição de ouvir os ex-presidentes, aqueles que passaram pela administração pública, que enfrentaram os seus dissabores, que enfrentaram as dificuldades de administrar uma cidade com a complexidade de Florianópolis e que podem, sim, hoje ajudar, e ajudar muito, nos desafios que a cidade precisa enfrentar.

Penso que a ideia do deputado Edison Andrino é muito oportuna. Temos aqui um conselho de ex-prefeitos de Florianópolis que pode ajudar a orientar este momento tão difícil e crucial por que passa a nossa amada cidade. Até por ser de uma geração mais recente, talvez não tenha tido a oportunidade de viver a Florianópolis idílica, de tanta paz, tão interiorana de que escutamos falar e sobre a qual lemos nos livros de história. Mas vivi ainda numa Florianópolis onde se podia andar com tranquilidade pelas ruas, onde se conhecia a maior parte das pessoas com quem se convivia no dia-a-dia.

A cidade tem mudado tanto que nos assusta. É frequente ouvirmos pessoas chegarem à cidade e criticarem o jeito do manezinho de ser da ilha, por ser muito leniente. Alguns até afirmam que são pouco dados ao trabalho e outros estereótipos.

Mas se Florianópolis é a cidade que encanta o Brasil hoje, a cidade para na qual tanta gente quer vir morar, é devido ao trabalho dos administradores públicos e das pessoas que ocuparam esta terra. É uma cidade de uma beleza natural incomensurável, mas é também uma cidade de gente que soube, no decorrer dos anos, organizá-la com todas as dificuldades, de maneira a ser esse lugar maravilhoso, o melhor lugar deste país para se viver.

Também não podemos cair no risco de transformar essa terra numa reserva florestal. Por que as pessoas vêm tanto a Florianópolis? A primeira coisa que vem na nossa cabeça é pela qualidade de vida e pela beleza natural. Mas nós sabemos, pelas pesquisas realizadas, que 70% dos que vêm para Florianópolis é para buscar novas oportunidades para mudar de vida, para construir seus sonhos. Então, não basta apenas trancar a entrada da cidade, fechar a Via Expressa e não pensar em crescimento. Nós temos que conciliar a fragilidade natural e social que temos com a perspectiva de crescimento futuro na economia da informação, na inteligência e na geração de novas oportunidades de negócio. É possível, sim, fazer essa conciliação, mas isso será feito por quem ama essa terra. E aqui há tanta gente que ama Florianópolis, tanta gente que pode contribuir apontando caminhos, porque primeiro temos que ter coração.

O nosso homenageado Maurício Amorim, que é uma pessoa que também ama Florianópolis com muita força e traduz bem isso, nasceu no Rio Grande do Sul por acidente, mas é florianopolitano de coração em toda a sua essência.

Então, quero cumprimentar o deputado Edison Andrino e a cada um que está aqui. É tão raro vermos as inteligências florianopolitanas assim reunidas. Só por isso essa reunião já vale muito. E para defender esta cidade, para protegê-la e prepará-la para o futuro, precisamos juntar mais vezes esse time que está aqui, trocar mais informações, aproximar os corações que amam Florianópolis.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edison Andrino) - Antes de dar a palavra ao próximo orador inscrito, gostaria de registrar a presença do ex-presidente da Assembleia Legislativa, o ex-deputado Lecian Slovinski, que muito nos honra com a sua presença nesta Casa.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Gostaria de cumprimentar o presidente desta sessão, o eminente deputado Edison Andrino, o desembargador José Trindade dos Santos, presidente do Tribunal de Justiça, os srs. deputados federais Edinho Bez, Paulinho Bornhausen e Angela Amin; o sr. Adriano Zanotto, que representa o prefeito de Florianópolis, o sr. conselheiro Wilson Wan-Dall, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o nosso amigo João Batista Nunes, vice-prefeito da capital, e o sr. Antônio Diomário de Queiroz.

Srs. deputados, senhoras e senhores homenageados, o deputado Edison Andrino foi muito feliz no seu

discurso. Eu serei breve, até porque grande parte do discurso que eu havia escrito dizia respeito exatamente ao que s.ex.a. discursou, pelo fato de ser mais antigo e de conhecer bem mais Florianópolis do que eu. Mas eu escrevi, rapidamente, duas ou três palavras que faço questão de ler a todas as senhoras e a todos senhores ouvintes.

(Passa a ler.)

"Amanhã é dia de comemorarmos mais um aniversário da capital de todos os catarinenses, capital esta que continua guardando traços de cidade provinciana e que mantém até hoje a cultura de seus colonizadores portugueses provenientes do arquipélago dos Açores.

Florianópolis, que completará 284 anos, merece respeito e aplauso de todos nós, catarinenses. Aqui se hospedam o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e o Poder Executivo do estado de Santa Catarina.

É fácil descrever a cidade de Florianópolis, pois ela é eclética, badalada, arrojada e, principalmente, linda. A capital de Santa Catarina é um dos destinos turísticos mais agradáveis do Brasil, seja por suas praias admiráveis, que atraem turistas de todo o mundo, seja caminhando pelo centro da cidade, com seus prédios imponentes, duelando com construções antigas.

Florianópolis é verdadeiramente uma grande casa que abriga uma grande família. E essa grande casa possui dezenas de recantos, cada qual com seus encantos. Mas para quem aqui nasceu ou para quem escolheu para viver, com certeza é um orgulho viver em cada um dos recantos dessa grande casa que abriga essa grande família."

Todos vocês, homenageados, fazem parte dessa grande família. E em nome do meu amigo Francisco Grillo, que está aqui hoje recebendo essa comenda, que eu faço questão de fazer referência e de dizer que é campeão de votos em Santa Catarina, pois se fosse candidato hoje a deputado federal, como foi em 1970, e se recebesse aquela votação que recebeu, estaria recebendo cerca de 500 mil votos para deputado federal, e em nome dos demais homenageados é que a Assembleia Legislativa presta hoje esta justa homenagem a todos esses filhos dessa grande família que mora nessa grande casa que é Florianópolis.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edison Andrino) - Com a palavra o deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente desta sessão especial, deputado Edison Andrino; sr. presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Trindade; caro professor Antônio Diomário de Queiroz, presidente da Fampesc; deputados federais Paulinho Bornhausen, Edinho Bez de Oliveira, Angela Amin; presidente do Tribunal de Contas Wilson Wan-Dall; vice-prefeito João Batista; sr. Adriano Zanotto, que neste ato representa o prefeito de Florianópolis; colegas deputados; caros homenageados, não podemos escolher a cidade onde nascemos, mas

temos, ao longo da vida, a oportunidade de escolher a cidade onde queremos viver, onde queremos nos formar, onde queremos nos lapidar. E eu tive essa oportunidade. Não nasci em Florianópolis, cheguei aqui nessa terra em 1972, onde fui muito bem acolhido.

Florianópolis é, sem dúvida alguma, um dos recantos da terra e do mar mais bonitos que esse universo pode nos proporcionar, o que é reconhecido por todos que aqui vivem, por todos que têm o prazer de vir conhecer essa terra.

Florianópolis, pelo terceiro ano consecutivo, é considerado o melhor destino turístico do Brasil. Isso é apenas um reconhecimento a essa maravilha que foi construída por diversas mãos. E aqui estão todos os ex-prefeitos de Florianópolis, das mais diversas siglas partidárias, sendo homenageados na data de hoje, porque todos eles, de alguma forma e no seu tempo, contribuíram para essa maravilha que é Florianópolis, que agora tem lá seus problemas, porque vem crescendo, e na medida em que o crescimento e o desenvolvimento chegam também chegam os problemas.

Já foi citada aqui a questão da mobilidade urbana, que é um problema sério que nos leva a pensar e que temos que planejar para o futuro. E aí compete a nós, que exercemos mandato legislativo, cuidar para que esse problema não seja intransponível, buscando urgentemente uma solução.

Com o crescimento também se ampliou a questão da dificuldade da segurança pública, que é um problema sério que vivemos na capital e em Santa Catarina. Por isso precisamos fazer alguma coisa para diminuir isso. Mas temos que reconhecer o belo trabalho que a Polícia Militar realiza, que precisa ser mais bem aparelhada, para que possa desenvolver bem o seu trabalho.

Florianópolis não pode ficar de costas às belezas naturais advindas do mar. Nós precisamos avançar nessa questão, que possibilite o bom aproveitamento dos seus recursos marítimos, dos esportes náuticos, das marinas, que certamente vão contribuir muito para um novo desenvolvimento desta amada terra.

Eu quero também, para ser breve, registrar o meu respeito, o meu carinho pelos homenageados e confessar que quando fui incitado a indicar uma pessoa fiquei algumas horas pensando em quem deveria homenagear, mas a gente sempre se guia por aquelas pessoas que acabam sendo nossas referências.

Por isso presto e rendo a minha justa homenagem a um grande homem público, que é o advogado Saulo Vieira, que dentro do PMDB sempre foi a minha baliza, o meu guia.

Portanto, Saulo, meu forte abraço a você, e em seu nome deixo o meu abraço a cada um dos homenageados.

Uma boa-noite a todos! Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edison Andrino) - Convido o deputado Lício Mauro da Silveira para fazer uso da palavra.

Depois iremos homenagear os convidados da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Senhor presidente desta sessão, deputado Edison Andrino; senhor José Trindade dos Santos, presidente do Tribunal de Justiça; senhor Adriano Zanotto, que está representando o prefeito da capital; meu amigo particular Wilson Wan-Dall, que está representando o Tribunal de Contas; senhor João Batista Nunes, vice-prefeito da capital; senhor Antônio Diomário de Queiroz, nosso baluarte da tecnologia em Santa Catarina; senhor Paulinho Bornhausen, meu amigo particular, a quem preso muito; senhora deputada federal Angela Amin, duas vezes prefeita, sendo aclamada por duas vezes como a melhor prefeita do Brasil.

Muito se falou de Florianópolis, que tem, é lógico, muitas histórias interessantes. A última delas que eu vivi, deputado José Natal, foi neste plenário, lutando durante seis meses junto com alguns companheiros nossos, para que não houvesse a emancipação, ou seja, a divisão de Florianópolis em duas partes.

Era um projeto oriundo do norte da ilha, que queria descrever como Florianópolis do Norte. Na linha paralela à Lagoa, terminando aqui em Santo Antônio, era Florianópolis do Sul. O absurdo dos absurdos! Não foi fácil inverter isso, mas conseguimos, depois de tantas e tantas negociações, 40 votos para mudar a Constituição do estado, a fim de que então tivéssemos a nossa Florianópolis, aquela que vocês geriram, todos os senhores prefeitos, cada um dentro de uma situação peculiar. E cada um sabe muito bem o que viveu, momentos totalmente diferenciados, mas foram feitas as suas diligências, os seus trabalhos com zelo, com amor a essa terra que fez com que vocês se movessem para o benefício do nosso povo.

Eu vou me ater um pouco mais, sr. presidente, embora v.exa. já tenha dito alguma coisa, ao meu homenageado, até porque gosto muito dele. É uma homenagem que faço de coração, reconhecendo todos que aqui estão como grandes homenageados. Mas o homenageado que tive a oportunidade de pensar e repensar, por tudo que ele foi, pelo que é e pelo que fez, é o sr. Salomão Ribas Júnior, homem que admiro muito, um homem probo, que é advogado, que foi secretário da Educação, presidente do Tribunal de Contas por seis vezes e que ocupa uma função que invejo.

Você, Salomão, é o presidente do Instituto Rui Barbosa em nível nacional. Isto diz tudo: você é um escritor não só de livros didáticos, românticos, técnicos, mas, acima de tudo, de trabalhos eminentemente orientadores para que os nossos Tribunais de Contas sigam determinadas regras que você lá colocou. Por isso tenho muito orgulho de você. E falo isso de coração.

Hoje, foi um dia muito difícil para mim, mas os dias são assim, eles nascem com trevas ou com luzes. O meu dia hoje começou com trevas, mas está terminando, graças a Deus, com luzes homenageando um grande amigo que considero muito.

Pensei num presente para ti, Salomão. E o que poderia ser, meu Deus? Qual livro escolher? Vou dar-lhe o livro que estou lendo. Chama-se *Rio das Flores*. É um livro de um autor português que conta uma saga vivida de 1911 até a II Guerra Mundial,

ou seja, da I Guerra Mundial até a II Guerra Mundial, onde então uma família de agricultores, numa pequena cidade de Portugal, exerceu a sua forma de trabalho, a sua luta com honestidade, com uma participação política muito grande, tanto que essa participação não ocorreu somente em Portugal, como no Brasil, na Espanha. Enfim, é um livro espetacular que eu não tenho coragem de contar o fim porque senão você não vai querer recebê-lo.

Mas é uma honra, meus amigos, vê-los todos aqui sendo homenageados nessa brilhante ideia que o deputado Edison Andrino teve, pois é muito bonito ver tantas pessoas com capacidade aqui, de várias áreas, fazendo com que a nossa Florianópolis seja mais forte, mais querida e mais vivida.

Por isso que nós agradecemos a presença de todos os homenageados. E que sejamos felizes nos próximos anos que estejamos aqui lutando sempre pelos nossos interesses.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edison Andrino) - Convido o jornalista Valter Souza para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Senhoras e senhores, muito boa-noite!

Neste momento, o Parlamento catarinense presta homenagem às personalidades que muito contribuíram para o crescimento e desenvolvimento de Florianópolis.

Convido o sr. deputado Edison Andrino para fazer entrega das primeiras homenagens.

Convido para receber a homenagem o excelentíssimo sr. Ary Oliveira, prefeito de Florianópolis nos anos de 1970 a 1973.

Militar formado pela Academia das Agulhas Negras, com curso em Administração Pública, em Berlim. Presidente da Associação de Municípios da Grande Florianópolis; secretário de estado dos negócios da Segurança Pública e chefe executivo regional da Superintendência do Desenvolvimento do Extremo Sul.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o excelentíssimo sr. Nilton Severo da Costa, prefeito no período de 1973 a 1975.

Formado em Pedagogia, Farmácia e Administração, com pós-graduação em Gestão Empresarial, Gestão de Pessoas e em Neurociência. Professor e diretor da Escola Técnica Federal e do Instituto Estadual de Educação; membro do Conselho Estadual de Educação; secretário de estado do Desenvolvimento Social de Santa Catarina e secretário de estado da Educação.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o excelentíssimo sr. Aloísio Piazza, prefeito no ano de 1985.

Um dos fundadores do MDB e do PMDB; vereador por sete legislaturas,

exercendo, inclusive, a Presidência; deputado estadual; como presidente da Constituinte Estadual, promulgou a Constituição de Santa Catarina; recebeu o troféu RBS TV, troféu Manezinho da Ilha, medalha de mérito da Polícia Militar de Santa Catarina, Dias Velho do município e da Câmara Municipal de Porto Alegre.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem das mãos do deputado estadual Edison Andrino o sr. Sérgio Grando, prefeito no período 1993 a 1997.

Vereador de Florianópolis, deputado estadual e presidente da Fatma.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o eterno vereador de Florianópolis Alcino Vieira para também ser homenageado pelo deputado estadual Edison Andrino.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Edison Andrino e chamo à frente o deputado estadual Silvio Dreveck.

Convido para receber a homenagem o excelentíssimo sr. Esperidião Amin Helou Filho.

Prefeito no período de 1975 a 1978 e no ano de 1989 a 1990, tendo ocupado outros cargos políticos, como deputado federal, senador da República e governador do estado por duas oportunidades.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Solicito que o deputado estadual Lício Mauro da Silveira permaneça aqui na frente para fazer a entrega de homenagens.

Convido para receber a homenagem o excelentíssimo sr. Francisco de Assis Cordeiro, prefeito no ano de 1979 a 1983.

Foi presidente do IpuF e secretário de Planejamento e Coordenação Geral de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Lício Mauro da Silveira para fazer a entrega da homenagem à sra. Angela Amin, prefeita no período de 2001 a 2005.

Vereadora, deputada federal e em 1983 desenvolveu o programa ProCriança.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Cesar Souza Júnior para fazer a entrega da homenagem ao sr. Cláudio Ávila da Silva, prefeito no período de 1983 a 1984, deputado estadual, deputado federal, secretário de Tecnologia, Turismo, Energia e Meio Ambiente de Santa Catarina e presidente da Eletrosul.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido os srs. deputados Marcos Vieira, Renato Hinnig, José Natal, Cesar Souza Júnior, Silvio Dreveck e Lício Mauro

da Silveira para fazerem a entrega da homenagem ao sr. deputado Edison Andrino, prefeito no ano de 1986 a 1988. Foi autor da ideia desta sessão.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Lício Mauro da Silveira para fazer a entrega da homenagem a sra. Jane Bulcão Vianna, voluntária da Pastoral da Criança.

Idealizadora do curso Mulher Participação e Cultura e voluntária do Educandário Santa Catarina, por 17 anos foi voluntária nos mais diversos movimentos religiosos e sociais da igreja.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Lício Mauro da Silveira para fazer a entrega da homenagem ao atleta Orlando Pessi, que sempre será lembrado por tudo o que fez pelo esporte de Santa Catarina.

Considerado um dos atletas mais completos do estado, destacou-se nas modalidades como basquetebol, voleibol, natação, atletismo e futebol.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O sr. deputado Lício Mauro da Silveira presta a homenagem agora ao Salomão Ribas Júnior.

Radialista, escritor, jornalista, formado em Direito, deputado estadual e conselheiro do Tribunal de Contas, sendo eleito como presidente por seis gestões; membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, membro do Conselho Superior da Associação Catarinense de Imprensa e atualmente presidente do Instituto Rui Barbosa.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Lício Mauro da Silveira e chamo à frente, por favor, o deputado Renato Hinnig para fazer a entrega da homenagem ao Núcleo Espirita Nosso Lar, representado pelo sr. José Álvaro Farias, presidente.

Fundado em 10 de março de 1998, tem como presidente o sr. José Álvaro Farias. Seu objetivo é acolher e cuidar de pessoas portadoras de doenças degenerativas (câncer); propicia aos pacientes equilíbrio adequado através da medicina complementar.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o srs. deputado Renato Hinnig para fazer entrega da homenagem à Associação dos Amigos do Hospital Universitário, neste ato representado pelo sr. Narciso Policarpo, seu presidente.

Fundado em 11 de setembro de 2001, tem como presidente o sr. Narciso Policarpo. A associação acolhe pacientes do interior do estado, dispendo de ambientes com cozinha, sala de TV e sofás para acomodar os familiares e acompanhantes de pacientes.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Renato Hinnig para fazer entrega da homenagem ao sr. Saulo Vieira.

Destacado funcionário público estadual, nomeado procurador da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, presidente e vice-presidente da OAB/SC, onde atualmente é conselheiro. Secretário de estado da Casa Civil e um dos fundadores do MDB.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Renato Hinnig e chamo à frente o deputado Cesar Souza Júnior.

Convido o sr. deputado Cesar Souza Júnior para fazer entrega da homenagem à artista plástica Maria celeste Carvalho Neves.

Artista plástica com a técnica de bordado, crochê, crivo e renda. Autora de mais de 500 obras, inclusive já expos aqui na Assembleia Legislativa.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O deputado Cesar Souza Júnior presta a homenagem agora ao sr. José Fernando Xavier Faraco, neste ato representando a Dígito.

Fundada em 1977, tem como presidente do Conselho de Administração o sr. José Fernando Faraco.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Cesar Souza Júnior para fazer a entrega da homenagem ao sr. Mauricio Amorim, aqui representado pelo sr. Carlos Farias.

Secretário executivo da Companhia Catarinense de Crédito Financiamento e Investimento, secretário de Turismo de Florianópolis, procurador policial, colaborador da comissão de Organização dos Poderes na elaboração da nova Constituição de 1989.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Cesar Souza Júnior e chamo à frente o deputado Marcos Vieira.

O deputado Marcos Vieira presta a homenagem ao repórter Roberto Alves.

Iniciou a carreira em 1957 na Rádio Guarujá. Em 1970 integrou a primeira equipe de esportes da TV Cultura, ficando por 28 anos. Criou a prova ciclística Subida do Morro da Cruz, a Regata Internacional de Remo de Florianópolis e o Sulbrasileiro de Motonáutica.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O deputado Marcos Vieira presta a homenagem ao João Cláudio Rhoden, diretor-geral, neste ato representando o Colégio Catarinense, que há mais de 100 anos educa florianopolitanos, os catarinenses e até mesmo pessoas de outros estados.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O deputado Marcos Vieira presta a homenagem agora ao Francisco Arcanjo Grillo. Chamo o irmão do homenageado, dr. Humberto Grillo, para que também faça a entrega da placa para Francisco Grillo.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Marcos Vieira e chamo à frente o deputado José Natal Pereira.

A homenagem é prestada ao sr. Amaro Manoel da Costa, neste ato representando o grupo musical *Gente da Terra*.

Fundado em 1989 pela cantora Sandra e seu marido poeta, compositor e violeiro, Nilo, tem como objetivo resgatar a veia poética do povo açoriano através da música.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado José Natal e chamo à frente o deputado Edison Andrino para prestar a última homenagem desta noite.

Neste momento, o Poder Legislativo de Santa Catarina agracia a jornalista Tereza Tomé, da Rádio e Televisão Portugal-Açores, que se encontra entre nós para documentar o folclore do nosso município.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agora teremos a apresentação do grupo musical *Gente da Terra*.

(Procede-se à apresentação da música.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edison Andrino) - Convido o conselheiro Salomão Ribas Júnior para falar em nome dos homenageados.

O SR. CONSELHEIRO SALOMÃO RIBAS JÚNIOR - Senhor presidente e senhores deputados, o ilhéu é assim: às vezes faz umas pequenas confusões e jura que não foi de propósito. Mas essa confusão é comum. E graças a Deus a confusão é com o meu queridíssimo amigo Salomão Mattos Sobrinho, uma pessoa de bem e benquista na cidade.

Eu estava no meu gabinete, no Tribunal de Contas, eis que toca o telefone e a secretária pergunta: "O senhor atende ao prefeito da capital?" Eu atendi ao telefone. Senti que o meu querido amigo Bulcão Vianna deu uma pequena paradinha e disse: "Como é que você vai?"

Ele começou uma conversa interminável dizendo que precisávamos nos encontrar, porque fazia tempo que não nos falávamos. Aí eu disse: "Final de contas, Bulcão, o que você quer?" Ele diz: "Nada, é que me deu saudades." Aí eu falei: "Bulcão, você mandou ligar para o Salomão Mattos Sobrinho, lá no Estreito, que é secretário do Continente, e ligaram para mim." Aí ele caiu na risada, porque era realmente o que havia acontecido.

Meu caro deputado Edison Andrino, digníssimas autoridades que compõem esta mesa, eu não vou citá-las novamente, porque já foram nominadas e também porque depois dessa apresentação é hora de eu ser brevíssimo.

Eu acho que o grupo *Gente da Terra* agradeceu a homenagem que foi a todos nós prestada da melhor forma possível, com música, e fazendo bem o que sabem fazer bem para a alegria do povo que aqui vive. Mas posso dizer que é muito bom

estar neste plenário, meu caro Edison Andrino, que teve essa feliz iniciativa, nesta noite, em que a Assembleia Legislativa se volta para a sua capital e para as pessoas que aqui vivem para uma celebração de aniversário.

Ex-prefeitos que aqui estão, queridos amigos com os quais convivi em muitas oportunidades, Florianópolis até se antecipou na onda que há pelo mundo e elegeu uma prefeita também, a prefeita Angela Amin, e mostra que nós, que aqui vivemos, temos essa capacidade de nos reunir, talvez não nos aproximemos muito, mas o suficiente para convivermos.

Hoje cedo eu me desloquei para São Paulo para um compromisso e voltei a tempo de estar aqui. Este milagre já é possível hoje. Mas no Aeroporto Hercílio Luz, pela primeira vez, eu tive que tomar um ônibus para ir até o avião. O avião estava estacionado em frente ao terminal de carga, então um ônibus transportou os passageiros até aquele local. Eu ainda não havia visto isso acontecer no Aeroporto Hercílio Luz.

Aqui já se falou sobre a criação de um conselho para ajudar a cidade, e já faço a primeira reclamação ao conselho: nós precisamos de um aeroporto novo, é indispensável para esta cidade.

Eu aqui cheguei, em 1962, a bordo de um DC-3 da Sadia, porque a viagem naquele tempo de ônibus levava um dia inteiro, às vezes dois dias, porque tinha que se fazer o pernoite em Lages para chegar até Caçador. E a cidade era tão pequenina perto do que é hoje. De fato, nesse período, eu morei na praça XV, no Hotel Estrela, na Victor Meirelles, na sede da União Catarinense dos Estudantes Secundários, na Mauro Ramos, na Chácara da Espanha (e até pode parecer que eu não pagava aluguel e era despejado constantemente). Depois morei na rua José Boiteux e finalmente no bairro Santa Mônica, por 30 anos, e hoje moro nos altos da Felipe Schmidt.

A cidade precisa ter soluções para o seu problema de trânsito. Não podemos mais fugir desta realidade, alguma coisa realmente precisa ser feita pela cidade. Não há como fugir disso. É hora de termos a oportunidade, a feliz idéia do conselho, para pensar na cidade acima, além e fora das divisões partidárias.

Aliás, pela razão de ser desta homenagem, apesar de o deputado Lício Mauro da Silveira ter traído a sua generosidade de coração e a sua amizade por mim, que é recíproca, eu acho que merecia estar entre estes homenageados apenas pelo imenso amor que tenho por esta cidade. Eu disse, quando ganhei o título de cidadão honorário, primeira distinção que recebia em Florianópolis, que desde 1962 eu havia tido um caso de amor à primeira vista com Florianópolis. Aliás, foi a minha primeira grande paixão, porque a segunda, a minha mulher, eu conheci em Joinville, três ou quatro anos depois de conhecer Florianópolis e de ter me apaixonado por esta cidade. E a paixão é tão grande que eu não comungo da idéia de mudar o nome da cidade. O nome Florianópolis foi uma idéia feliz para a época, você pode associar com flores ou não precisa fazer nenhuma associação. Vocês já imaginaram se Florianópolis se chamasse Marechal

Floriano, iria ser muito pior. Então, Florianópolis é um nome agradável de ouvir.

Há o diminutivo que eu me recuso a usar, não gosto dele, mas aí está para aqueles que não gostam muito de Florianópolis, porque é muito extenso e podem abreviá-lo. Também não me queixo do fato de termos duas pontes constantemente engarrafadas. E existem pessoas que vem para cá e dizem: "Mas por que fizeram esta cidade numa ilha?" Fizeram a cidade numa ilha porque o fator segurança à época era indispensável, não havia como fugir desse isolamento, e porque a ilha tem 42 praias, mas este número já está sendo elevado pela obra do professor Nereu do Vale Pereira, para 100 praias. Então, ela merece ser a capital do estado. E no fundo é de todos os catarinenses, não apenas das pessoas que aqui vivem. Florianópolis é uma cidade de todos.

Aqui, evidentemente, não vou referir-me aos ex-prefeitos, mas é evidente que o Tornado poderia falar melhor do que eu, com uma tradição tão grande na área do esporte. Até poderia falar mais do que eu o Roberto Alves, nós que viemos de um tempo em que não havia a telinha mágica, e os fatos que ocorriam nas quadras esportivas tinham que ser narrados minuciosamente.

Os homenageados Francisco Grillo e padre Rhoden, do Colégio Catarinense, onde estudaram meus dois filhos Ricardo e Marcel, sabem que fiz piquete de greve ali no colégio quando eu era jovem, na década de 60 - mas depois tive o privilégio de ter os meus filhos como alunos desse modelar estabelecimento de ensino -, José Faraco, da Dígito, com tantos serviços prestados à evolução tecnológica, onde também trabalhou o meu filho mais velho, Marcel, no início de sua carreira, Saulo Vieira, enfim. E só nós é que pudemos descobrir quem são figuras do governo Stroessner, como descobrimos esses dias, só nós é que sabemos quem é Montanaro. E assim cito os outros homenageados, o Grupo Gente da Terra, as duas entidades que se dedicam a curar pessoas, a apoiar pessoas doentes, a Associação de Amigos do Hospital Universitário e o Nosso Lar, de cuja assistência já me socorri no momento de um problema sério de saúde, e dou graças a Deus por ter tido essa assistência.

Então, isso é que faz a nossa Florianópolis. Eu fico felicíssimo por receber essa homenagem, apesar de reconhecer que sou o menos qualificado dos homenageados para receber a distinção. E até eu ganhar o título de Cidadão Honorário, tinha uma inveja muito grande de quem tem aquele diploma do Senadinho, nunca me deram aquele diploma. Aproximam-se de mim, mas o suficiente.

E o Aldirio Simões? Meu querido amigo. Deixou-nos e não me deu o título de Manezinho da Ilha. Tenho uma inveja de quem mereceu essa distinção. Mas como sou jornalista sem diploma, também ousei dizer que sou manezinho sem diploma. Foi uma escolha que fiz, até porque fui aos poucos aprendendo a conhecer e a gostar da ilha e da sua gente. Primeiro, eu, que vim de Caçador, precisei acostumar o ouvido.

Lembro-me de que havia um jornal, feito pelo frei Josafá, que se chamava *Brasil Urgente*, e levei quase duas semanas para

entender o nome desse jornal, porque eu achava que o nome era Brasil e Gente, tal a velocidade com que os meus queridos amigos falavam, dentre os quais o Maurício Amorim, da política estudantil, que me atraiu para Florianópolis. Depois o ouvido acostuma e acabamos falando um pouquinho com a mesma velocidade. E depois vem a maneira de sentir do ilhéu, a maneira de se comportar.

Esta é a ilha dos ocasos e casos raros. Aqui existem coisas fantásticas. Passaríamos horas conversando. Mas eu não me atreveria a tanto. Vou citar apenas duas coisas que só poderiam acontecer nesta cidade maravilhosa. Vou voltar a falar do Bulcão Vianna, meu querido amigo.

Bulcão Vianna era o prefeito da capital, que havia sucedido Esperidião Amin, e a prefeita de São Paulo era a sra. Luíza Erundina. Evidentemente ele fez amizades com todo o Fórum de Prefeitos de Capitais, inclusive com Luíza Erundina, ainda que de partidos opostos. A prefeita estava enfrentando um problema seriíssimo, em São Paulo, para tentar aumentar o IPTU. Queria cobrar um IPTU diferenciado, levou uma atenção especial dos principais veículos de comunicação daquela cidade, e telefona ao prefeito Bulcão e diz: "Estou vivendo esse problema. Como é que vocês fazem aí em Florianópolis?" O Bulcão diz: "Aqui nós não cobramos IPTU." Aí, diz a Erundina: "Mas como não cobram IPTU? Vocês vivem de quê?" Aí o Bulcão responde: "Aqui eu só cobro uma taxa de felicidade dos moradores pelo privilégio de morarem em Florianópolis. É a única coisa que nós cobramos, e ninguém reclama. Fica todo mundo na maior felicidade."

A outra estória eu vivi esses dias, e só poderia acontecer aqui. Franklin Cascaes nos levou a essa obra fantástica do folclore, o presépio na praça XV, que o Peninha continua montando todos os anos.

Neste último Natal vinha atravessando a praça XV quando olhei o presépio e decidi tirar uma fotografia. Tirei o celular do bolso, mas quando me aprestava para tirar a foto, um cidadão, um dos habitantes da praça XV, aproximou-se e fez um gesto largo exibindo a obra, o presépio. Tirei a foto e quando vou saindo ele me disse assim: "Se o senhor quiser colaborar com a minha arte." Só em Florianópolis podemos encontrar esse espírito.

Eu quase colaborei, depois me arrependi, devia ter colaborado com a arte dele. Tal a forma da abordagem, que não foi exatamente a que eu sofri durante a procissão do Senhor dos Passos, testemunhada pelo ex-governador Esperidião Amin, no último sábado. Não foi exatamente com a mesma elegância de estilo, mas foi também uma abordagem muito típica da ilha.

Então, o que eu quero dizer é que é um orgulho grande participar de uma sessão como esta, deputado Edison Andrino. Eu quero mais uma vez reiterar os meus cumprimentos pela iniciativa. Acho ótima essa idéia do grande conselho de discussão sobre o futuro. Eu gosto de Florianópolis pelo seu passado, pelo seu presente e quero gostar de Florianópolis pelo seu futuro. Eu acho que teríamos que pensar sobre isso para convocar essas pessoas todas à margem do poder público,

mas junto com o poder público, para construirmos esse futuro. E é necessário que haja essa atenção.

Torno a dizer, e tenho certeza, de que para todos nós essa homenagem de corpo presente - como diria Alcides Carneiro, um grande orador paraibano - é como beijo de mulher bonita recebido em público, ou seja, encabula, mas não desagrada. Nós todos ficamos muitos felizes em receber essa homenagem. E torno a dizer que só a recebi pelo imenso amor que tenho por Florianópolis. Eu gosto tanto de Florianópolis, que até um pedacinho de terra, ali em frente do prédio do antigo jornal *O Estado*, eu já comprei.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edison Andrino) - Agradeço ao conselheiro Salomão Ribas Júnior, que falou aqui representando os homenageados. Agora chamo o ex-deputado estadual, presidente da Constituinte, em 1989, ex-prefeito, ex-vereador, Aloísio Acácio Piazza, para falar pelos ex-prefeitos de Florianópolis.

Antes, porém, quero registrar a presença da ex-deputada estadual, ex-deputada federal, ex-presidente do PT, Luci Choinacki.

O SR. ALOÍSIO ACÁCIO PIAZZA - Sr. presidente desta sessão especial, deputado Edison Andrino, eu quero primeiramente agradecer à ex-prefeita Angela Amin e aos demais ex-prefeitos a deferência que me dão de usar a palavra em seu nome nesta sessão de homenagem.

Pensei muito, ex-prefeito Edison Andrino, no que dizer. O Salomão agora faz um passeio por alguns recantos, alguns encantos e algumas situações na nossa Ilha dos ocasos raros. Mas eu resolvi fazer um discurso mais formal e vou tentar transmitir alguma coisa com relação a Florianópolis.

Senhor presidente e senhores componentes da mesa;

Senhor deputado federal Paulinho Bornhausen;

Representante do governador do estado, Antônio Diomário de Queiroz;

Desembargador José Trindade dos Santos;

Presidente da Ordem dos Advogados, Adriano Zanotto, aqui representando o prefeito Dário Berger;

Senhora deputada federal Angela Amin, ex-prefeita, homenageada conosco esta noite;

Caro conselheiro Wilson Wan-Dall, ex-deputado estadual, companheiro constituinte desta Casa em 1989;

Ex-vereador e vice-prefeito João Batista Nunes, que inclusive me deu a honra de ser seu companheiro na procissão do Senhor dos Passos, representando a prefeitura da capital no último sábado, em todo o percurso, até a catedral metropolitana;

Senhor presidente, nobres srs. deputados, sras. deputadas, homenageados, familiares, amigos, senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

"A Assembleia Legislativa honra-nos com significativa homenagem, engalanada à soberana e augusta Casa do povo de Santa Catarina, nesta data e noite, pela feliz

iniciativa de v.exa., deputado e ex-prefeito Edison Andrino, realizar esta sessão especial à cidade de Florianópolis, comemorando a passagem do seu aniversário de emancipação.

A Meiembiipe, a Nossa Senhora do Desterro, Florianópolis, a capital catarinense, a terra de sol e mar, a Ilha da Magia, a mais querida das capitais brasileiras, foi também cantada em prosa e verso, em seu hino oficial, o Rancho de Amor à Ilha, do nosso saudoso Zininho, que nas estrofes diz: 'Jamais a natureza reuniu tanta beleza.'

Amada por nós e por todos que a escolheram para viver, é uma grande verdade. E cito, pois, transcrevendo do livro do eminente e saudoso professor e desembargador Henrique da Silva Fontes, no *Memorial Histórico da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos*, o seu hospital, e daqueles que o fundaram, que, segundo Almeida Coelho, era áspera a vida de Francisco Dias Velho na Ilha de Santa Catarina, a Vila do Desterro que fundara e colonizara. E que o valoroso paulista soube, pela afabilidade, provar da energia e segurança nos cargos que exerceu, captar a simpatia, a estima e admiração daqueles que o cercavam.

Os parentes mais próximos escreviam-lhe de São Paulo para que voltasse. Não podiam admitir que permanecesse em uma terra completamente desabitada, pouco fértil, onde as colheitas não remuneravam seu árduo trabalho. Dias Velho, entretanto, amava a terra aonde veio se estabelecer. Estava sempre disposto a defendê-la empregando as mais carinhosas expressões para recomendá-la. Atribuía sempre causas eventuais, o que aos outros parecia imanente ao terreno e ao clima, e respondia: 'Todos gozamos de saúde, Deus louvado, de tudo muito abundante, a terra é mais que boa e quem disser o contrário mente'. E respondia Dias Velho, aos seus conterrâneos paulistas, que ele amava a terra que aqui veio estabelecer.

'Digam que não podem estar onde não há gente e não digam que não presta a terra. Por falhar um ano, não é defeito da terra, senão causa do tempo. Eu me contento muito com a minha sorte.' Achava-se pois satisfeito com a sua colônia cujo comércio se alargava.

Pois é, prezados florianopolitanos, homenageados, deputados, senhores e senhoras, recordar é viver. Como nosso primeiro alcaide, o bandeirante Francisco Dias Velho, nós, ex-prefeitos e a ex-prefeita Angela Amin, temos orgulho por termos contribuído e participado da administração da nossa cidade, fazendo parte desta rica história, nos seus 284 anos.

Somos imensamente agradecidos à Assembleia Legislativa do nosso estado, pois honrados estamos. Que mais palavras proferir senão com muita ênfase e do fundo dos nossos corações dizer: Muito, muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edison Andrino) - Convido o vice-prefeito, João Batista Nunes, para encerrar os nossos trabalhos da sessão especial de hoje, em homenagem ao aniversário da cidade.

O SR. VICE-PREFEITO JOÃO BATISTA NUNES - Boa-noite a todos e a todas!

Gostaria de saudar primeiramente o nosso amigo, ex-prefeito, presidente da

mesa dos trabalhos, autor do requerimento, deputado Edison Andrino;

Professor Antônio Diomário de Queiroz, que neste ato representa o governador Luiz Henrique da Silveira;

Desembargador José Trindade dos Santos, presidente do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina;

Senhor Adriano Zanotto, neste ato representando o prefeito Dário Berger;

Senhora Angela Amin, deputada federal;

Senhor deputado federal Paulinho Bornhausen;

Presidente em exercício do Tribunal de Contas, conselheiro Wilson Wan-Dall;

Senhores prefeitos, homenageados, nosso voluntariado aqui muito bem representado pela pessoa da dra. Jane Bulcão Vianna;

Apaixonados pelo esporte, na pessoa de Roberto Alves;

Comandante Eliésio Rodrigues, da Polícia Militar;

Senhoras, senhores e abnegados do Hospital Universitário;

Gostaria de dizer que hoje é um dia de glória, é um dia de festa, é um dia de tapete vermelho. Esta Casa presta uma homenagem ao PIB político da nossa cidade, ao PIB intelectual da nossa cidade, à história representada pelos seus líderes, pelos seus trabalhos que dignificaram e dignificam a nossa gente.

Os nossos deputados, com os nossos homenageados, certamente democratizam a vontade do povo catarinense, que têm nesta Casa os seus representantes, e através da nossa história, dos 284 anos que Florianópolis está fazendo, comemoram seus patrimônios naturais, históricos, como a Praça XV, a ponte Hercílio Luz, o Hospital de Caridade, a Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, a Festa do Divino, a Festa da Laranja, as nossas tradições, a nossa cultura, a nossa colonização, como o berbigão, que segundo a história matava a fome de muitas famílias da nossa cidade, como a tainha, na Barra da Lagoa, ou ainda como o fato ou bucho, como quiserem, da família Vidal, no bairro da Trindade, no Córrego Grande.

Falo em uma cidade, e não quero ser saudosista, para referendar e reverenciar a nossa história. Florianópolis é uma cidade que foi, com muito amor, com muito zelo, cuidada pelos prefeitos, pelas suas administrações, uma cidade que vem, como muito bem falou o deputado Edison Andrino, ex-prefeito desta terra, cada dia mais mostrando, aflorando a necessidade de um pacto das instituições.

Falei nesta Casa, na semana passada - e o desembargador estava junto -, que quando nós colocamos à disposição dos arquitetos e engenheiros do Brasil um concurso público para tratar da praça dos Três Poderes, uma frase que tem tudo a ver com este momento, com a nossa história e com as nossas lideranças, porque quando as instituições se unem quem ganha é o povo. Lá estava a Assembleia Legislativa, a prefeitura municipal de Florianópolis, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça, trabalhando em benefício do povo, que é o poder, através do voto, de direito, através da Constituição cidadã.

Então, ex-prefeito Aloísio Piazza, meu amigo da Câmara Municipal, vereador Alcino Vieira, esse PIB que vocês representam para a história da nossa cidade é um PIB que precisa ser mais participativo com as decisões e com o futuro da nossa cidade. Cada um dentro das suas qualificações deve colaborar para que o poder público possa de uma vez por todas fazer, como vem fazendo a administração Dário Berger e João Batista Nunes, uma cidade mais humanizada, uma cidade que tenha como foco as obras, os compromissos de ações e projetos que vão além de apenas projetos que são importantes do ponto de vista urbanístico, mas que tenham na área da saúde e educação os seus compromissos com a nossa cidade.

Por isso, esse pacto precisa ser, de uma vez por todas, realizado, deputado Cesar Souza Júnior, para o bem da nossa cidade, porque não é só o pacto dos ex-prefeitos, mas das instituições. Nós precisamos tratar o problema da mobilidade urbana, aqui muito bem falado, como um problema de todas as cidades, e não adianta brigarmos com os carros, porque esse é um problema que está intrinsecamente, de uma forma endêmica, como escreveu o dr. Salomão Ribas Júnior, numa obra que tenho sempre bem próxima de mim para ficar lendo e me espelhando, sobre o fato de as coisas acontecerem endemicamente e não percebermos.

Então, não adianta criticarmos o poder público sobre a questão da mobilidade, se essa é uma ação que tem que partir do governo estadual, federal e chegar ao município.

O nosso município tem feito, além da isenção dos impostos, várias ações que trazem benefício à municipalidade. Mas é muito pouco, precisa haver o pacto da intelectualidade, o pacto da cidade.

Então, deputado Edison Andrino, confesso que com esse PIB não é fácil. As pessoas que me antecederam, o vereador Piazza, o ex-prefeito Piazza, o dr. Salomão Ribas Júnior, falaram, juntamente com os deputados e com o nosso presidente da mesa, deputado e ex-prefeito Edison Andrino, com muita clareza. A cidade de Florianópolis não deve ser cantada só em prosa e verso, mas nós precisamos tirar um pouco das nossas vaidades e começar realmente a construir uma cidade para o futuro. E só vamos conseguir essa missão com vontade política, com menos vaidade, pois certamente quem ganha é o povo.

Quero aproveitar essa oportunidade para dizer que não é sempre que temos a oportunidade para falar da gratidão que temos, eu, João Batista, filho dessa terra, com um amor estampado na minha família, que vem da minha avó, do meu pai e da minha mãe.

Quando eu era pequeno, muitas vezes ia junto com a minha mãe na casa da dona Jane Bulcão Vianna e do prefeito Bulcão Vianna pedir ajuda para estudar. E assim também fazíamos junto a outro homem público, o sr. Aldo Belarmino e sua esposa, e vocês sempre me estenderam a mão. Certamente essa sensibilidade é a sensibilidade de todos os prefeitos, da prefeita, ou seja, estender a mão para os me-

nos favorecidos. E eu sou muito grato a sra. Jane. Nós perdemos agora, recentemente, a dra. Zilda, mas a senhora, dona Jane, é a nossa Zilda, a Zilda catarinense. A pessoa que sempre se doou para o bem comum da sociedade.

(Palmas)

E é com esses exemplos que eu sigo a minha vida, com exemplos dos meus pais.

Eu não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade, dada por esta Casa Legislativa, para fazer o reconhecimento ao homem público, às pessoas públicas, porque se o agente público, o político, não se unir, ficaremos sem essa arma, que é a institucionalização do respeito ao que somos.

A senhora, o falecido prefeito Bulcão Vianna, o sr. Aldo Belarmino e a sua esposa, são exemplos de que fazendo o bem se colhe o bem.

Então, hoje é um dia triste para nós políticos, para esta Casa Legislativa e para a cidade, porque tivemos a perda prematura do nosso também PIB intelectual, funcionário de carreira desta Casa, Michel Curi, um homem público, um político que sempre nos deu exemplo de vida, um intelectual nato.

Eu também gostaria de aproveitar este momento, e em nome da cidade, deixar à família, às instituições, à Assembleia Legislativa, à Câmara Municipal, à cidade de Florianópolis, o respeito por este homem que muito fez pelo nosso município, pelo nosso estado, por esta Casa, que foi o dr. Michel Curi. A família enlutada toda a nossa solidariedade.

Gostaria de dizer que para nós, políticos jovens, é muito bom ver esses exemplos vivos dados pela Assembleia Legislativa na noite de hoje. E em nome do prefeito, aqui representado pelo Zanotto, porque eu estava na Câmara Municipal, também num evento... E quero aqui agradecer à Câmara Municipal que entendeu esse convite feito ao município e transferiu a data.

Eu estou aqui, e o Zanotto iria representar o prefeito. Então, o deputado Edison Andrino fez também esse convite. E eu, com muito amor, com muito carinho, com toda essa vontade de querer acertar, porque errar é humano, e quero errar, mas não vou me omitir... E é assim que a vida toca. Só se resolvem os problemas enfrentando-os! Nós não vamos resolver os problemas nos omitindo.

É dessa forma, com uma cidade humanizada, com os problemas que temos para resolver, que iremos fazer de Florianópolis a cidade mais querida e mais humanizada do Brasil. Esse é um compromisso que sempre reafirmo. E quero aqui, perante esta Casa pública e perante a Constituição do nosso estado, dizer que a nossa capital terá, sim, em curto espaço de tempo, o melhor transporte público do Brasil.

Eu vejo essa possibilidade. Mas para isso precisamos nos unir, para realmente colocarmos a nossa cidade como diferencial no que se refere ao transporte público. Nós colocamos na rua a licitação dos táxis, mas isso é muito pouco. Temos que melhorar e humanizar mais a nossa

cidade, porque não é só da Praça XV e dos patrimônios históricos e culturais que a capital vive.

Florianópolis e o cidadão florianopolitano precisam muito mais de dignidade, de respeito. E a administração de Dário Berger e de João Batista Nunes caminha a passos largos para colocar cada vez mais a cidade no caminho dessa isonomia dos direitos, seja na área da educação, da saúde e na área social.

Um enorme carinho ao deputado

Edison Andrino, ex-prefeito dessa cidade, e em seu nome quero saudar todos os homenageados e todos os ex-prefeitos, a ex-prefeita e dizer que Florianópolis é um exemplo vivo de dignidade e retidão, devido ao exemplo de todos vocês.

Muito obrigado!

(Palmas)

(REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edison Andrino) - A Presidência agradece a presença das autoridades, dos homenage-

ados e dos ex-prefeitos com assento à mesa e convida todos para, de pé, ouvirem a execução do hino de Florianópolis.

Antes de encerrar a presente sessão, convidamos todos para participarem de um coquetel no *hall* deste Poder e convocamos outra, ordinária, para quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 020ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

## SUMÁRIO

### Partidos Políticos

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (pela ordem) - Registra a presença do vereador Leonildo Recalcatti, de Campos Novos.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** - Aborda projetos que beneficiam servidores públicos; refere-se à prorrogação do prazo de instalação do programa PAF.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** - Registra a presença do deputado italiano Ricardo Merlo e do secretário da Saúde de Buenos Aires, Cláudio Zin; aborda reunião sobre a privatização da Celesc.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (aparte) - Aborda a privatização da Celesc.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (pela ordem) - Registra a presença do prefeito Israel Kiem, de Major Vieira.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Refere-se a requerimento, de sua autoria, sobre o marinheiro Edilton Swarovski.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Reporta-se ao marinheiro Edilton Swarovski, exilado no México.

**DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS** - Aborda o trabalho realizado pelo governador Luiz Henrique.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** - Comenta racha realizado por motoqueiros na BR-101.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Refere-se à falta de médicos na Maternidade Darci Vargas, de Joinville.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela

ordem) - Relembra os 36 anos da enchente de Tubarão.

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** (pela ordem) - Registra a presença do ex-prefeito de Herval d'Oeste, Paulo Conrado.

### Ordem do Dia

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** - Comunica pedido da deputada Ana Paula Lima de voto favorável ao PLC n. 0004/2010.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência registra a presença, nesta Casa, dos vereadores Valdir João de Col e Renato Toigo, do município de Jaborá, e do sr. vereador Américo do Nascimento Júnior, do município de Chapecó.

Também submeto aos srs. líderes a solicitação feita pelo presidente da comissão de Constituição e Justiça, juntamente com o presidente da comissão de Finanças, Trabalho e Serviço Público, deputado Manoel Mota, para que seja suspensa a presente sessão, para que as comissões possam, em conjunto, deliberar as matérias que precisam ser votadas dentro do prazo que permite a legislação eleitoral, sendo que a sua publicação vai até o dia 2 de abril.

Assim sendo, consulto v.exas. para saber se concordam que a sessão seja suspensa.

(As lideranças aquiescem.)

Com a aquiescência das lideranças, está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Tendo em vista a forma como foi conduzido o nosso cronograma, retornamos no horário reservado aos Partidos Políticos, para que a nossa secretária tenha tempo de processar todos os projetos que foram aprovados nas comissões. Por isso iremos passar das 16h, que é o horário regimental da Ordem do Dia. Mas se houver

concordância dos líderes, iniciaremos a sessão no horário reservado aos Partidos Políticos, para termos tempo de fazer as alterações.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Muito obrigado, sr. presidente.

Desejo, com muita alegria, registrar a presença, neste Poder, do vereador Leonildo Recalcatti, da cidade de Campos Novos, o popular Juliano, que está tratando de assuntos de interesse daquele município nesta Casa Legislativa, no meu gabinete. Mas quero dizer ao vereador Juliano que faremos de tudo para contemplar o município que representa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Como a bancada do PMDB não irá usar o seu tempo, os próximos minutos são destinados à bancada do Democratas.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero, primeiramente, saudar v.exa., os deputados, as deputadas, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Quero também fazer uma saudação efusiva e especial aos servidores públicos que estão presentes nesta sessão em grande número, com as suas entidades representativas, e dizer que nós demos uma demonstração há poucos instantes, nas comissões, de que estamos tendo agilidade para aprovar os projetos que fazem justiça aos servidores de Santa Catarina.

Conversei hoje, pela manhã, deputado Pedro Uczai, com o secretário da Fazenda Antônio Gavazzoni, que está de saída, o qual me disse que está indo a uma reunião com o governador, com a base do governo.

Há poucos instantes o deputado Elizeu Mattos afirmou, na tribuna desta Casa, que amanhã virá para este

Parlamento o projeto de descompactação dos servidores públicos de Santa Catarina. Disse o referido deputado que devemos começar a discuti-lo amanhã. Nós temos que discutir rapidamente esse projeto porque temos até o dia 6 para a sua aprovação, sanção e publicação, como também de outros projetos que dão benefício aos servidores da Agricultura e da Segurança Pública. Enfim, há um grande número de servidores públicos que cumprem com as suas tarefas honrosamente e que prestam serviços de excelência ao povo catarinense.

Quero, portanto, parabenizar o secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, o governador Luiz Henrique da Silveira, que deixa o governo no dia de amanhã, e toda a sua equipe pela sensibilidade que tiveram de mandar esse projeto nos últimos dias da sua gestão. Mas o fundamental, deputado Pedro Uczai, é que poderemos aprovar esse projeto e deixar esse legado aos servidores públicos de Santa Catarina.

Sr. presidente, também não poderíamos deixar de fazer menção à reunião que tivemos hoje pela manhã com a presença da Frente Parlamentar do Varejo, representada pelo presidente do FCDL, Sérgio Alexandre Medeiros, o Serginho, de Rio do Sul; de empresários; do representante da federação da Acomac de Santa Catarina; e do secretário Antônio Gavazzoni.

Deputado Kennedy Nunes, nessa reunião com o secretário apresentamos à Fazenda o pleito dos empresários: a prorrogação do PAF, porque ele é uma exigência que a secretaria da Fazenda colocaria em vigor a partir de abril. E nós, da Frente Parlamentar, assim como os empresários do varejo de Santa Catarina, entendemos que precisamos de quatro, cinco ou seis meses para a adequação desse programa importante e fundamental para a Fazenda e para o estado. Mas precisamos de alguns meses para a adequação desse programa. Este é um pleito dos empresários!

Saimos dessa reunião esperançosos porque o secretário Antônio Gavazzoni entendeu a preocupação dos parlamentares e, sobretudo, dos empresários do varejo do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Quero cumprimentá-lo, deputado Darcy de Matos, e dizer que tenho muito orgulho de participar da comissão de Segurança Pública, tendo v.exa. como presidente.

Nas mediações com os servidores públicos, na mediação e negociação de conflitos, que isso é normal numa relação humana, v.exa. sempre esteve pronto e muito contribuiu. O projeto de descompactação, como outros projetos, teve também a sua participação e a sua marca.

Por isso queremos fazer esse registro honesto e transparente, porque temos que reconhecer quando construímos no Parlamento a mediação do conflito e buscamos um resultado positivo. E quero fazer isso de público neste momento.

Parabéns a v.exa.!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado.

Também, sr. presidente, quero encerrar o meu pronunciamento fazendo menção a uma reunião da qual participei, na segunda-feira, na Associação Empresarial de Joinville. E nela foi apresentada uma proposta de um projeto que o núcleo das escolas profissionalizantes de Santa Catarina, deputado Antônio Aguiar, apresentou naquele fórum - e que nós vamos levar ao futuro governador Leonel Pavan -, que diz respeito à possibilidade de o governo consignar no Orçamento do estado, sobretudo no Fundo Social de Santa Catarina... E a exemplo do que fez o deputado Jorginho Mello, quando governador em exercício, que mandou um projeto de lei para esta Casa consignando 0,3% do Fundo Social para a bolsa de estudo para o ensino superior. Nós vamos reivindicar ao governador Leonel Pavan que mande um projeto similar àquele do deputado Jorginho Mello, para conceder um valor no montante de R\$ 10 milhões anuais para conceder bolsas aos alunos carentes para o ensino técnico do estado de Santa Catarina.

Nós temos os arts. 170 e 171 para o ensino superior, deputado Ismael dos Santos, e a Lei Jorginho, que consigna 0,3% do Fundo Social também para o ensino superior. E o ensino técnico? Nós precisamos designar um valor do Fundo Social para os alunos carentes do ensino técnico de Santa Catarina. Isso é fundamental e por isso vamos voltar a debater esse assunto neste plenário. E haveremos de procurar sensibilizar o futuro governador Leonel Pavan, que já declarou à imprensa que tem o desejo de fazer um trabalho para dar condições de os alunos carentes de Santa Catarina poderem fazer os seus cursos de formação profissional no nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Darcy de Matos.

Quero registrar a presença, nesta Casa, do vereador Paulo Moacir Kestring, do PSDB, e da prefeita Maria Luiza Kestring Liebsch, de Mirim Doce.

Registramos também a presença do combativo deputado Sérgio Godinho, da região serrana.

Sejam todos bem-vindos!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Décio Góes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, quero registrar a presença, nesta Casa, do deputado que representa a América Latina no Parlamento Italiano, o deputado Ricardo Merlo, que está participando de uma reunião nas dependências da Assembleia Legislativa. E também está presente o sr. Cláudio Zin, secretário de Saúde da província de Buenos Aires, além de outras autoridades da Organização dos Italianos em Santa Catarina, no Paraná, no Rio Grande do Sul e em São Paulo.

Esta Casa, hoje, está vivendo um momento extremamente interessante. Aprovamos há pouco nas comissões quatro projetos importantes e de interesse dos trabalhadores, dos servidores públicos. E

tivemos a oportunidade, ao mesmo tempo, de dar a agilidade necessária e também não abrir mão das prerrogativas do Parlamento de poder fazer o debate necessário para a devida compreensão e com a responsabilidade que temos com o estado catarinense.

Queremos saudar todos os servidores, sejam da Segurança Pública, do Tribunal de Justiça, que nos visitam na tarde de hoje. A nossa saudação também a todas as pessoas que nos visitam, aos srs. deputados e à Presidência.

Gostaria de dizer que na manhã de hoje, deputado Padre Baldissera, vivemos um momento importante em que esta Casa propiciou um debate em torno da empresa pública mais importante de Santa Catarina, a Celesc, deputado Lício Mauro da Silveira.

Foi um debate que durou toda a manhã, sendo que nele a direção da Celesc, na pessoa do seu presidente, respondeu as questões indagadas, não satisfazendo plenamente o Plenário. Com relação às "n" indicações que foram feitas, nós não sentimos a firmeza, a energia e a convicção necessárias para nos garantir que não existe nenhum processo em andamento de privatização da Celesc. Nós não saímos do debate com esta certeza absoluta.

No entanto, saímos de lá com a posição firme de todos os deputados que estiveram presentes de que eram contra a privatização da Celesc. Inclusive, o deputado Romildo Titon saiu com a tarefa de, na reunião/almoço com o governador do estado, implorar, em nome da nossa audiência pública desta manhã, que sua excelência possa solicitar à Celesc o cancelamento da assembleia-geral extraordinária que a direção vai fazer no dia 31 de março com objetivo de mudanças importantes no estatuto da empresa, e que, a nosso ver, contrariam a Lei n. 13.570, que disciplina os critérios de escolha de diretoria e de gestão da empresa.

Nós entendemos que a forma como a empresa quer escolher os novos membros do conselho, assim como os novos diretores, fere a legislação vigente, aprovada por esta Casa, que cria um bloqueio sobre a indicação política e cria mecanismos de alta profissionalização que atende aos interesses dos acionistas minoritários.

Então, essa empresa tem uma tarefa social muito grande e a responsabilidade de levar a energia a todos os cantos de Santa Catarina, independente se dá lucro ou se não dá lucro.

Por isso que ela foi criada como empresa pública. Ela não foi criada pela iniciativa privada porque não houve interesse, na época, de levar a energia necessária para o desenvolvimento em todos os cantos do estado.

Então, entendo que as mudanças que estão prevista nessa assembleia-geral extraordinária, além de ilegais, mudam o foco de uma função social e empresarial que a empresa tem para virar só uma função econômica, que não é de interesse do povo catarinense.

Assim, essa questão preocupa-nos demais e houve o compromisso de todos de lutar para o cancelamento dessa assembleia-geral, uma vez que não é época para isso. Nós estamos vivendo momentos

de transição, momentos de renúncia, momentos de posse, momentos de incerteza dos próximos meses do governo, e não é o momento de se fazer essas mudanças na estatal.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Quero cumprimentá-lo, deputado Décio Góes, nosso líder de bancada.

Com relação à posição defendida lá, do cancelamento da assembleia, acho que seria de bom senso dos dirigentes da Celesc se assim procederem. Ficou claro hoje de manhã, e não só para os deputados da base e de Oposição... Não! Todos os deputados, inclusive e principalmente os da base do governo, que estavam em maioria, fizeram um apelo ao governo do estado, através dessa estatal, para cancelar essa assembleia, do dia 31, que quer privatizar a Celesc.

Em segundo lugar, quero dizer que foi apresentada uma proposta, e por parte deste deputado também, no sentido de serem colhidas assinaturas para apresentar uma proposta de emenda constitucional para que, caso se queira privatizar a Celesc ou outra empresa estatal, haja consulta popular e passe por lei específica nesta Casa. Já há 18 deputados que assinaram e são suficientes 14. E se houver algum deputado aqui presente que gostaria de também subscrever, que o faça, senão hoje nós daremos entrada nesta Casa.

Parabéns a v.exa. que defende, de forma aberta, o fortalecimento das políticas públicas, dos servidores públicos da Celesc e desta estatal que é pública e é um patrimônio do povo de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Muito obrigado, srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, eu gostaria de saudar o prefeito do município de Major Vieira, Israel Kiem, que se encontra presente na Casa, acompanhado de sua comitiva.

Seja bem-vindo a esta Casa Legislativa, prefeito Israel Kiem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Reno Caramori, que representa a nossa querida Caçador, por até oito minutos

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, no dia 2 de março de 2010 apresentamos um requerimento nesta Casa com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"O Deputado que subscreve, com amparo no Regimento Interno e considerando que o cidadão catarinense Edilton Swarowski, ex-marinheiro, último exilado político que ainda não retornou ao Brasil, residente na cidade de Querétaro, no México, onde vivencia sérias dificuldades

financeiras, agravadas pelo debilitado estado de saúde, pretende regressar ao Brasil, porém não reúne as condições financeiras para o deslocamento, REQUER seja encaminhada ao Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, a seguinte mensagem:

'A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ACOLHENDO PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO RENO CARAMORI, SOLICITA A VOSSA EXCELÊNCIA MEDIDAS NO SENTIDO DE VIABILIZAR O RETORNO AO BRASIL DO CIDADÃO EDILTON SWAROWSKI, ÚLTIMO EXILADO POLÍTICO BRASILEIRO. ATENCIOSAMENTE, DEPUTADO GELSON MERÍSIO - PRESIDENTE'. [sic]

Sras. deputadas e srs. deputados, o ex-marinheiro Edilton Swarowski, catarinense de Caçador, hoje com 69 anos, é o último exilado político brasileiro que ainda vive no exterior. Doente, fragilizado, por medo, por orgulho e por falta de condições financeiras, não consegue voltar ao país.

A história de sua prisão começou em 25 de março de 1964, quando participou de uma reunião no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro. O encontro fora organizado pela Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais e ficou conhecido depois como a 'rebelião dos marinheiros'. O ministro da Marinha à época, Sívio Mota, deu voz de prisão aos dois mil marinheiros e fuzileiros. Cercados, os marinheiros passaram a noite na sede do sindicato e no outro dia, depois da intermediação do ministro do Trabalho, Amauri Silva, entregaram-se e foram conduzidos à prisão. Horas depois foram anistiados pelo presidente João Goulart, atitude que revoltou os oficiais da Marinha e precipitou o golpe militar.

Edilton e grande parte de seus companheiros foram torturados. Segundo seus sobrinhos, Valéria Swarowski e Augusto Alba, Edilton teve todos os dentes arrancados durante as torturas.

Depois de sair da prisão, Edilton refugiou-se em Lages e depois na Bahia.

Em 1966, pediu asilo político e foi enviado, junto com um grupo de 30 perseguidos políticos, para o México. Na América do Norte, Edilton casou, teve duas filhas, separou-se e casou novamente. Recentemente, sua segunda mulher morreu.

Mesmo depois de anistiado pela Marinha, em 1º de setembro de 1980, 'por prática de motim e atos de subversão', nunca quis voltar ao Brasil, por medo de ser preso e torturado novamente. Só agora, sozinho, com problemas de saúde e com dificuldades financeiras, Edilton resolveu, por insistência da família, retornar à sua pátria, mas ainda espera por ajuda para isso.

Os familiares querem o retorno de Edilton com segurança e assistência médica. O Itamaraty prometeu essa ajuda.

A mãe de Edilton, Ignez Zandavalli Swarowski, de 92 anos, chora pelo filho que está no México. Sabe que ele está tendo privações na alimentação e que nem sempre tem dinheiro para os medicamentos que necessita. 'Quero meu filho de volta. Ele precisa estar ao nosso lado para que seja cuidado e receba a atenção da família', diz a mãe de Edilton, que mora com a filha Elaine e o filho Eloi, em um apartamento no centro de Caçador.

O nosso gesto em repatriar o Edilton é para fazer justiça. Além de anistiado, é um caçadoreense, catarinense e brasileiro que prestou a sua contribuição junto à Marinha brasileira, quando lá serviu à pátria.

É filho de família honrada e tradicional, que muito contribuiu para o desenvolvimento da nossa terra, a nossa querida Caçador."

Srs. deputados, sras. deputadas, o Edilton, como tantos outros brasileiros que foram anistiados, não mereciam tamanho castigo, porque simplesmente reivindicavam, junto a mais de 2.000 marinheiros, a melhoria das condições de convivência nas suas atividades servindo a pátria, ou seja, de alimentação, de espaço físico e de equipamentos para os navios. Mas entenderam as autoridades da época que aquilo se tratava de uma rebelião, porque participaram de um movimento sindicalista no Rio de Janeiro, que não tinha nada a ver. As suas reivindicações eram justas, mas assim entenderam na época as autoridades.

Mesmo anistiado, já com 69 anos e debilitado, nós queremos fazer justiça trazendo o Edilton de volta, esse caçadoreense que mantém seus familiares em Caçador. Sua mãe com 92 anos de idade, ainda vive com uma disposição de vida excelente, mas se recente da falta do filho que nunca esqueceu e precisa do seu retorno.

Por isso queremos agradecer às autoridades nacionais e a todos aqueles que ajudaram de uma maneira ou de outra. E felizmente conseguimos o repatriamento desse caçadoreense, catarinense, brasileiro. Temos certeza de que...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Srs. deputados, senhores que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital e, especialmente, pessoas presentes neste plenário na tarde de hoje, na maioria oficiais de Justiça, também policiais civis, no interesse de seus assuntos, demandas e causas, quero cumprimentá-los.

Eu até havia, deputado Reno Caramori, preparado um discurso de despedida para o governador Luiz Henrique, já que hoje é a última sessão. Espero que haja mais tempo para falar depois, até porque cinco minutos seria pouco, pois uma boa despedida ao governador Luiz Henrique requer mais de cinco minutos, especialmente buscando uma passagem da Divina Comédia, deputado Pedro Uczai, que é a passagem de Dante pelo Nono Círculo do Inferno, que expressa bem algumas coisas a respeito do governador na nossa concepção. Evidente que há outras.

Mas esse assunto trazido aqui pelo deputado Reno Caramori me fez trocar a ordem dos assuntos. Eu vou falar do marinheiro Edilton, que não conheço, e não sabia que existia. Não sabia que havia um marinheiro de

família de Caçador entre os milhares de marinheiros que naquele 31 de março estiveram à frente de um movimento que buscava impedir a realização do golpe militar.

Vou falar disso porque nós todos os militares - soldado, cabo, sargento, sub-tenente, todos os oficiais -, pela sociedade de hoje, são confundidos com aqueles que praticaram o golpe em 1964. Isso não é verdade. Eu vou conferir, deputado Reno Caramori, porque v.exa. falou que o Edilton estaria anistiado desde 1980. Tenho estudado um pouco sobre isso e elementos de análise histórica dos últimos 40, 50 anos mostram que cerca de 5.700 militares ainda não foram anistiados, que aqueles marinheiros de 1964, os sargentos da rebelião de Brasília em setembro de 1963, e os militares das Polícias que aqui em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, na Guanabara e no estado do Rio de Janeiro se manifestaram contra o golpe militar estariam até hoje sem anistia.

Precisamos resgatar essa história para que a sociedade possa refletir a esse respeito e saber especialmente que ser militar não é, necessariamente, sinônimo de ser antidemocrata. Pelo contrário, temos grandes e belos exemplos de militares na história do nosso país e na história universal que lutaram e morreram pela democracia, pelo direito de manifestação do pensamento, de organização, de defender uma concepção de sociedade diferente.

Em 31 de março de 1964, milhares de marinheiros estavam na cidade do Rio de Janeiro de fuzis nas mãos esperando a ordem do poder legítimo, do presidente da República para defender a Constituição e defender a democracia. Como a ordem não veio, e dizem até que Brizola andou se estranhando com João Goulart porque a ordem de resistir ao golpe não veio, os marinheiros acabaram sendo perseguidos, presos, torturados e, como bem disse o deputado Reno Caramori, exilados. Há pessoas que até hoje não voltaram a viver novamente em sociedade por receio, por medo, por preocupação com o seu futuro.

Então queremos fazer essa homenagem a todos os militares da história do nosso país, ao Edilton e a todos os outros que lutaram contra a ditadura dos generais e dos grandes empresários, e que lutaram pela liberdade no nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a sra. deputada Professora Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, demais integrantes da mesa, deputado Jailson Lima, sra. deputada, srs. deputados, amigos que nos acompanham, plateia maravilhosa que se deslocou de diversos municípios e veio lutar pelos seus direitos. Isso é bonito! Quero cumprimentar cada um por essa bravura, por ter saído de sua casa e por estar aqui brigando pelo interesse da coletividade. Quero também cumprimentar todos que nos acompanham em suas residências.

Srs. deputados, hoje almoçamos com o governador do estado Luiz Henrique da Silveira, e os meus colegas da base do governo também se fizeram presentes.

Nós gostaríamos de dizer que o governador está deixando marcas, fez um trabalho no coletivo, implantou secretarias regionais, plantou sementes. Claro que nem sempre conseguimos agradar a todos. Eu, como parlamentar, não consigo e nem v.exas. conseguem isso, porque a uns agradamos e a outros desagradamos. Há pessoas que falam mal de mim rasgadamente, mas isso serve para me fazer crescer.

Eu cresço nas lutas, eu cresço nos desafios e o dr. Luiz Henrique, o nosso governador, também cresce. Ele cresce quando o criticam, cresce quando falam mal dele. Nesses momentos temos que dar a volta por cima. Ele é um homem que venceu duas eleições e tem muitas vitórias pela frente.

Eu sei que a minha fala para alguns não está agradando, mas para outros está, mas sou uma pessoa que fala aquilo que sinto aqui dentro. Quero dizer que o dr. Luiz Henrique da Silveira é muito pela família. Eu pude observar que a sua esposa, dona Ivete, que estava almoçando junto conosco, estava sempre junto dele. Então, quando a pessoa zela pela família, ela também zela pelo bem-estar daqueles que a elegeram e deram-lhe o mandato.

Posso falar do seu secretariado. Tivemos na secretaria da Saúde o nosso colega, deputado Dado Cherem, agora passando os trabalhos para a dra. Carmen Zanotto, que também fizeram um bom serviço. Não podemos atirar pedras! Quero falar da secretaria da Administração, da secretaria da Educação, na pessoa do deputado Paulo Bauer, que foi um secretário que ouviu esta deputada e implantou o cursinho pré-vestibular em vários municípios. Eu não posso esquecer de quem faz o bem. Eu preciso falar bem deles. O secretário Gavazzoni fez um trabalho dez na secretaria da Fazenda.

E quero dizer que o homem público precisa atender ao povo e o dr. Luiz Henrique da Silveira sempre atendeu esta deputada. Esse é o papel do homem público, atender aos anseios da população.

Eu ainda voltarei com esse tema amanhã, quando teremos a posse do governador que estará assumindo, Leonel Pavan, que, tenho certeza, fará um bom trabalho.

Muito obrigada pela atenção!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Professora Odete de Jesus.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado José Natal, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL.

Em nome da bancada do PSDB eu quero trazer aqui para todos os catarinenses a matéria divulgada pela RBS TV, no último domingo, sobre os quatro motoqueiros, a quem denominarei quatro marginais, que

estavam fazendo no domingo de manhã um "pega" na BR-101, no sentido norte-sul do estado.

A Polícia Rodoviária Federal recebeu um telefonema e interceptou-os. Nessa interceptação três foram pegos e um fugiu. Foi necessário que a Polícia Rodoviária Federal utilizasse um helicóptero para poder efetuar a apreensão do outro motoqueiro, no meu entendimento bandido. E olha que isso não custou barato para o estado!

Por que estou trazendo esse assunto à tona? Porque moro às margens da BR-101, e nós vínhamos sofrendo com esse problema há bastante tempo. Todos os finais de semana praticamente eles fazem pegadas do início da Via Expressa no sentido Florianópolis, ou da BR-101, deputado Lício Mauro da Silveira, em direção ao município de Palhoça. E os moradores e as pessoas idosas daquela região não dormiam, tenho certeza absoluta, nos finais de semana.

Para esses quatro marginais, porque o mais novo tem 30 anos de idade, senhores telespectadores e amigos que nos prestigiam, foi imputada uma multa em torno de R\$ 6.900,00. Mas o problema não é a multa, o problema é a transgressão que eles cometeram e o Código de Trânsito Brasileiro não prevê prisão para tal. O código prevê simplesmente, provavelmente, a apreensão da carteira e a proibição de dirigir por dois anos. Eles serão ouvidos no próximo dia 6 no Fórum de Biguaçu. Então, o pedido que faço da tribuna desta Casa é que a comissão de Segurança Pública elabore um documento aos promotores do fórum de Biguaçu pedindo para imputar àqueles marginais uma pena bem mais severa, a qual tenham que realmente pagar.

Se um acidente acontecesse a 200 km/h, eles morressem e fossem para aquele lugar, não faria nenhum mal para mim e tenho certeza de que para muitas outras pessoas, mas imaginem se levasse realmente a óbito alguém que não tivesse nada a ver com essa brincadeira proporcionada por quatro marginais. Se os mesmos viessem a sofrer uma colisão e ficassem hospitalizados iriam ter prioridade nos hospitais públicos que andam lotados, e todos sabem o quanto custa para o nosso governo do estado ou para qualquer governo manter um plano de saúde no caso de uma colisão com qualquer fratura.

Então, em nome dos deputados desta Casa, quero parabenizar os policiais rodoviários Alex Philippi, Anderson Koerich, André Saul, Fabiano Magalhães, Sérgio Marques, Silvinei Vasques, e os policiais da aeronave que localizou o terceiro bandido: Daniel Guimarães, Evandro Besson e Wilson Antônio da Costa Júnior.

Parabéns ao coronel Vaz do município de São José, que tem feito exatamente a abordagem dos motoqueiros que têm aprontado demasiadamente com as suas motos, colocando suas vidas e das outras pessoas em risco.

Quero fazer uma observação. Não sei se estou correto, mas, no dia em que aconteceu um acidente aqui em Florianópolis em que uma jovem caiu do viaduto do CIC e veio a óbito, eu disse dentro da minha casa: Provavelmente esse garoto vinha fazendo alguma besteira com a

namoradina na garupa e deu no que deu, lamentavelmente. Mas peço aos membros da comissão a pena máxima para esses bandidos, a cadeia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, pelo restante do tempo destinado ao PSDB.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, eu gostaria de aproveitar esses minutos que tenho para falar de um problema muito sério que acontece em Joinville na maternidade Darci Vargas, para onde acorrem as pessoas mais carentes para ganhar seus filhos.

Nesta semana os médicos concursados se negaram a dar alta às mães, e isso foi um protesto contra a falta de médicos e anestesistas. O alerta que estou fazendo é porque já completei dois anos o contrato dos médicos obstetras, anestesistas e pediatras. Por lei eles devem deixar as funções após dois anos de contrato. Isso significa que seis médicos já foram embora, e até setembro mais seis médicos deixarão a maternidade.

O problema é que o edital para a contratação através de concurso público de pediatras, obstetras e anestesistas sequer foi ainda publicado. Hoje a defasagem da maternidade Darci Vargas, de Joinville, é de 20 obstetras, 10 pediatras e nove anestesistas. Com isso a escala dos plantões está literalmente complicada, não fecha, e não tem como fechar porque não existem os médicos necessários para tal. O serviço de atendimento está sendo prejudicado de maneira muito séria pela falta de médicos.

Estamos usando a tribuna para fazer um alerta muito sério em relação à maternidade Darci Vargas, no município de Joinville. Isso já foi levado ao conhecimento da secretaria da Saúde e a todas as autoridades que poderiam e podem fazer alguma coisa para alterar esse quadro. Até agora não foi feito nada! O problema está preocupando não só a mim, que sou representante da cidade, da região, mas, especialmente, ao diretor daquela maternidade, que não sabe mais o que fazer para resolvê-lo. Os médicos estão indo embora aos poucos, não têm mais como ficar porque o contrato já venceu.

Eu gostaria de fazer um apelo todo especial à secretaria da Saúde, ao governo do qual eu sou base nesta Casa. Já fizemos um apelo pessoalmente, e estou utilizando a alma que me resta que é essa tribuna. E quero fazer um apelo para que resolvam, tomem iniciativas o mais rápido possível senão nós estaremos diante de um caos no município de Joinville em relação à maternidade Darci Vargas.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, só para registrar, que hoje, dia 24 de março, há 36 anos Tubarão sofria a maior enchente de sua

história, ainda a maior tragédia que Santa Catarina viveu em número de mortes. Não é verdade que as últimas tragédias, como foi dito extraoficialmente, tivessem números maiores.

E faço esse registro, hoje, porque nós precisamos empreender todos os esforços no projeto de desassoreamento do rio Tubarão, que está totalmente assoreado novamente, como estava há 36 anos, por ocasião da enchente, porque foi a maior tragédia. Infelizmente, no Brasil costumamos correr atrás de dinheiro para recompor depois das tragédias e o trabalho de prevenção muitas vezes não é feito.

Por isso, quero só registrar essa data, que marca uma profunda tragédia que não pode ser esquecida para que nos mantenhamos vigilantes e na busca de ações para que isso não ocorra novamente.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, quero apenas registrar a presença nesse plenário do nosso ex-prefeito de Herval d'Oeste, terra do deputado Jorginho Mello, o nosso ex-prefeito Paulo Conrado, o popular Mancha.

Quero cumprimentá-lo e desejar que tenha uma boa estada na nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Srs. deputados, nós temos um requerimento encaminhado pelo deputado José Natal, para suspendermos a sessão por dez minutos.

Dado o avançado da hora e havendo concordância do deputado José Natal e também dos srs. líderes, para que não haja prejuízo do requerimento, em função até de outros que foram feitos com o mesmo teor, concedo cinco minutos, se houver concordância dos srs. líderes, para que possamos ouvir o sr. Moisés Antônio Geraldo, representante da Associação Catarinense de Profissionais em Nível Superior.

O requerimento está assinado pelos srs. líderes.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, os Oficiais de Justiça e também os futuros escrivães de Polícia, estão aqui o dia todo esperando a reunião conjunta das comissões. Então, talvez pudéssemos, na sequência, deliberar as matérias que foram votadas nas comissões agora no início da tarde, fazer todas as votações, inclusive, a redação final, porque há muita gente do interior do estado, que está longe de casa o dia inteiro, para que eles possam voltar no menor espaço de tempo possível.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Joares Ponticelli, tão logo seja retomada a sessão, vamos colocar aos srs. líderes a inversão de pauta. E acredito que será possível encaminharmos nesta direção.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio)(Faz soar a campainha) - Passaremos à Ordem do Dia.

Srs. deputados e sras. deputadas, esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno:

Projeto de Lei n. 0383/2009, de autoria da sra. deputada Ana Paula Lima e Projeto de Lei n. 0495/2009, de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves.

Comunica ainda que a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s.: 0008/2010; 0290/2009; 0309/2009; 0316/2009; 0327/2009; 0336/2009; 0356/2009 e 0358/2009.

Comunica, outrossim, que a comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s. 0353/2009 e 0359/2009.

Consultamos os srs. líderes sobre a possibilidade de invertermos a pauta e votarmos antes as matérias que foram aprovadas agora na reunião conjunta das comissões.

Há entendimento dos srs. líderes? (Os líderes concordam.)

De acordo com os srs. líderes, a pauta da Ordem do Dia está invertida.

Lembro aos srs. deputados que temos vários vetos que serão deliberados logo em seguida. Portanto, após a votação desses projetos solicito que v.exas. permaneçam para que haja quórum para deliberarmos sobre os vetos.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0002/2010, que cria cargos de Procurador de Justiça e Promotorias de Justiça nas comarcas da Capital, São José, Palhoça e Canoinhas e adota outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal, portanto, através do painel eletrônico, pois se trata de lei complementar.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" o rejeitam.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	



Oposição, porque foi graças a ela que as matérias foram votadas, pois da base do governo faltaram onze em plenário. Então, se não fosse a Oposição esses projetos não seriam votados.

Agradecemos a compreensão.  
(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A Presidência consulta os srs. líderes se é possível encerrarmos a presente sessão e convocarmos outra para votarmos as matérias em segundo turno e logo em seguida a redação final.  
(Os líderes aquiescem.)

Com a concordância dos srs. líderes, a Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, para as 16h40.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 003ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 16h40, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

### SUMÁRIO

#### Ordem do Dia

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (pela ordem) - Pede o reconhecimento da bancada do governo de que a Oposição colabora dando quorum às sessões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, antes tarde do que nunca. É importante que a base do governo, representada pelo futuro líder do governo, reconheça, mesmo que seja no último dia desta administração, que a Oposição tem colaborado para o bom funcionamento desta Casa, inclusive garantindo o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0002/2010, de origem do Ministério Público, que solicita a criação de cargos de procurador de Justiça e Promotorias de Justiça nas comarcas da capital, São José, Palhoça e Canoinhas e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho,

Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal e para tanto solicito a abertura do painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA sim

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL sim

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim

DEPUTADO CARLOS CHIODINI

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim

DEPUTADO DADO CHEREM

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO

DEPUTADO DARCI DE MATOS sim

DEPUTADO DÉCIO GÓES sim

DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim

DEPUTADO EDISON ANDRINO

DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim

DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim

DEPUTADO GENÉSIO GOULART

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim

DEPUTADO JAILSON LIMA sim

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim

DEPUTADO JORGINHO MELLO sim

DEPUTADO JOSÉ NATAL sim

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA sim

DEPUTADO MANOEL MOTA sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim

DEPUTADO OZAIR POLACO

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim

DEPUTADO PEDRO UCZAI sim

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS sim

DEPUTADO RENATO HINNIG sim

DEPUTADO RENO CARAMORI sim

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA

DEPUTADO ROMILDO TITON sim

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON sim

DEPUTADO SILVIO DREVECK sim

DEPUTADO VALMIR COMIN sim

Está encerrada a votação.

Votaram 28 deputados.

Temos 28 votos "sim" e nenhum voto "não".

A matéria está aprovada em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0003/2010, de origem governamental, que altera os Anexos III, IV e V da Lei Complementar n. 453, que institui o Plano de Carreira do Grupo Segurança Pública - Polícia Civil -, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal, por processo eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA sim

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL sim

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CARLOS CHIODINI

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim

DEPUTADO DADO CHEREM

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO

DEPUTADO DARCI DE MATOS sim

DEPUTADO DÉCIO GÓES sim

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO EDISON ANDRINO

DEPUTADO ELIZEU MATTOS

DEPUTADO GELSON MERÍSIO

DEPUTADO GENÉSIO GOULART

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim

DEPUTADO JAILSON LIMA sim

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim

DEPUTADO JORGINHO MELLO sim

DEPUTADO JOSÉ NATAL sim

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA sim

DEPUTADO MANOEL MOTA sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim	tada emenda modificativa.	DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO		Em discussão.	DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim	(Pausa)	DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO OZAIR POLACO		Não havendo quem queira discutir,	DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim	encerramos sua discussão.	DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim	Em votação.	DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim	A votação será nominal, por processo eletrônico.	DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim	Os srs. deputados que votarem	DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim	"sim" aprovam a matéria e os que votarem	DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA		"não" rejeitam-na.	DEPUTADO OZAIR POLACO	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	Também são necessários 21 votos	DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	para confirmar a aprovação.	DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim	(Procede-se à votação nominal por	DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	processo eletrônico.)	DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim	DEPUTADA ADA DE LUCA	DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
Está encerrada a votação.		DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
Votaram 24 srs. deputados.		DEPUTADA ANA PAULA LIMA	DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
Temos 24 votos "sim" no painel,		DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
mais o voto do deputado Antônio Aguiar,		DEPUTADO CARLOS CHIODINI	DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
temos 25 votos "sim" e nenhum voto "não".		DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
Está aprovada a matéria, por		DEPUTADO DADO CHEREM	DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
unanimidade, em segundo turno.		DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	Está encerrada a votação.	
Discussão e votação em segundo		DEPUTADO DARCI DE MATOS	Votaram 27 srs. deputados.	
turno do Projeto de Lei Complementar n.		DEPUTADO DÉCIO GÓES	Temos 27 votos "sim" e nenhum	
0004/2010, de origem do Tribunal de		DEPUTADO DIRCEU DRESCH	voto "não".	
Justiça, que transforma cargos do quadro de		DEPUTADO EDISON ANDRINO	Está aprovada a matéria em	
peçoal do Poder Judiciário e adota outras		DEPUTADO ELIZEU MATTOS	segundo turno.	
providências.		DEPUTADO GELSON MERÍSIO	(Palmas das galerias)	
Conta com parecer favorável das		DEPUTADO GENÉSIO GOULART	A Presidência, antes de encerrar a	
comissões de Constituição e Justiça, de		DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	presente sessão, convoca outra, extraor-	
Finanças e Tributação e de Trabalho,		DEPUTADO JAILSON LIMA	dinária, para as 16h44.	
Administração e Serviço Público.		DEPUTADO JEAN KUHLMANN	Está encerrada a sessão.	
Ao presente projeto foi apresen-		DEPUTADO JOARES PONTICELLI		

# ATA DA 004ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

## DA

### 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

#### REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2010

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 16h44, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

#### SUMÁRIO

##### Ordem do Dia

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (pela ordem) - Solicita a retirada da pauta da Ordem do Dia das mensagens de veto.  
**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (pela ordem) - Comenta o PI n. 0043/2010, de autoria do deputado Dado Cherem.

#### Explicação Pessoal

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Exalta o 4º Congresso Estadual do PT; refere-se a projeto de sua autoria que cria o Bilhete Viagem do Idoso.  
**DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA** - Aborda os problemas dos produtores integrados de aves de SC.  
**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Solidariza-se com o deputado Padre Pedro Baldissera.  
**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Comenta a entrega da licença ambiental para a instalação da Usitesc.  
**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Reclama da distorção salarial no porto de São Francisco do Sul; apela pela abertura de concurso público para contratação de médicos para a Maternidade Darci Vargas.  
**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Refere-se a projeto de sua autoria que prevê consulta popular para alienação de patrimônio público; fala sobre o fim do governo Luiz Henrique.  
**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** - Lamenta a chuva que assolou Ilhota; refere-se à problemática das drogas.  
**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (pela ordem) - Comunica a concessão do título de Cidadão

Florianopolitano ao deputado federal Cláudio Vignatti; convida para o 3º FIMC - Festival de Integração Multicultural Catarinense.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Reclama da empresas de telefonia e da tabela do SUS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declara aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Solicito que sejam retirados da pauta os vetos, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Consulto os srs. líderes para saber se há concordância quanto à retirada dos vetos.

(Os líderes aquiescem.)

Com a concordância dos srs. líderes, estão retirados de pauta as Mensagens de Veto n.s.: 1.363/2009, 1.401/2009, 1.402/2009, 1.403/2009,

1.405/2009, 1.494/2010, 1.495/2010, 1.496/2010, 1.497/2010, 1.503/2010, 1.507/2010 e 1.508/2010.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional - PEC - n. 0001/2010, de autoria do deputado Renato Hinnig e outros, que dá nova redação ao art. 41 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0333/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que dispõe sobre a notificação, nos casos de violência contra a criança e o adolescente, pelos estabelecimentos de ensino no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0406/2009, de autoria da bancada do PT, que dispõe sobre a obrigatoriedade de bancos, empresas de cartão de crédito, operadoras de serviços de telefonia móvel, provedores de internet e de televisão por assinatura disponibilizarem aos usuários seu endereço completo, nos boletos mensais de cobrança, para correspondência.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa e uma emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0518/2009, de autoria da deputada Ada De Luca, que institui o Dia Estadual de Mobilização pelo Fim da Violência Contra a Mulher.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, quero, da tribuna desta Casa, agradecer aos vereadores da Câmara Municipal de Florianópolis, especialmente ao vereador César Faria, que me concedeu o título de Cidadão Florianopolitano.

A sessão realizada ontem nesta Casa foi linda, foi maravilhosa. Então, o meu agradecimento pelo reconhecimento, pois agora sou manezinho de Florianópolis e de São José.

Muito obrigado ao vereador César Faria, do Democratas, e a todos os vereadores da Câmara Municipal de Florianópolis, que me avaliaram como cidadão florianopolitano, com muito orgulho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0135/2010, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0136/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0137/2010, de autoria do deputado Reno Caramori; 0138/2010 e 0139/2010, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0140/2010, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0141/2010 e 0142/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, e 0143/2010, de autoria do deputado Edison Andriano, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s.: 0288/2010, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0289/2010, 0292/2010 e 0293/2010, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0290/2010, de autoria do deputado Reno Caramori; 0291/2010, de autoria do deputado Renato Hinnig; 0295/2010, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0296/2010, de autoria da deputada Ada De Luca, e 0297/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Requerimento n. 0294/2010, de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos ministros da Casa Civil e das Comunicações, ao presidente nacional e à diretoria estadual da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, pedindo a realização de concurso público para agilizar os serviços dos Correios.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0298/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor-geral do DNIT, pedindo melhorias na BR-280, no município de Guaramirim.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0018/2020, de autoria do deputado Darci de Matos, a se enviada ao presidente da República e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando a isenção do pagamento de IPI e de IOF para as pessoas ostomizadas, na compra de automóvel novo para uso próprio

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0040/2010, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao presidente da Cidasc, solicitando esclarecimentos sobre a falta de combustível para os veículos daquela companhia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0041/2010, de autoria do deputado José Natal, a ser enviado ao presidente da Casan, solicitando informações a respeito do convênio firmado entre a prefeitura de São José e a Casan, as empresas que fazem parte do referido convênio, bem como o nome dos bairros e ruas que serão contemplados com as benfeitorias.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0042/2010, de autoria do deputado Dado Cherem, a ser enviado ao diretor de Gestão da Descentralização da secretaria do Planejamento, solicitando informações sobre os requisitos necessários para que os municípios catarinenses recebam recursos de convênios do governo do estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0043/2010, de autoria do deputado Dado Cherem, a ser enviado ao secretário de Desenvolvimento Regional e à gerente regional de Saúde de Itajaí, solicitando informações sobre quais projetos foram encaminhados e aprovados pelo município de Balneário Camboriú, na SDR de Itajaí, no período de janeiro de 2009 até a presente data, visando à obtenção de recursos do governo do estado na área da saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Marísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Eu não sei se ando bem da cabeça, acho que estou com problemas. O deputado Dado Cherem foi secretário até a semana passada e agora apresenta um pedido de informação para saber como é realizado um convênio entre o governo e a prefeitura? É isso mesmo ou estou tantã de tão feliz por ontem à noite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Marísio) - V.Exa. acompanhou a leitura e tem consciência do conteúdo.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, acho que a bancada do PSDB está assustada porque o sr. Leonel Pavan vai assumir o governo amanhã com toda essa situação.

Mas quero cumprimentar, no dia de hoje, todos os deputados, os visitantes e aqueles que acompanham a Rádio Alesc Digital e a TVAL.

Quero dizer da alegria de haver participado, neste final de semana, de um grande evento, o congresso do nosso partido, que foi um marco na história política de Santa Catarina e também do PT, que contou com a presença da nossa pré-candidata a Presidência, ministra Dilma Rousseff, e onde houve o lançamento da nossa pré-candidata ao governo do estado, senadora Ideli Salvatti, e ao Senado, deputado Cláudio Vignatti, além da posse do nosso novo presidente, companheiro José Fritsch.

Também quero dizer da alegria de haver participado de um encontro animado, bem organizado, que mostrou de fato a grande força do nosso partido, que vem crescendo e desenvolvendo-se no estado, graças ao trabalho, entre outros, da ex-presidente Luci Choinacki, que deixou ontem o cargo, após desenvolver um grande trabalho.

No dia de hoje está tendo início o grande congresso da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul - Fetraf/Sul -, no município de Erechim, no Rio Grande do Sul, do qual vamos participar. Inclusive, quero justificar a minha ausência amanhã do plenário, pois estarei participando da abertura do congresso com lideranças do Brasil inteiro, que lá estarão fazendo um grande debate sobre o futuro das políticas públicas e sobre o desenvolvimento da nossa agricultura familiar.

Com certeza será mais um grande congresso que elegerá a nova direção da Fetraf/Sul, a nova direção da Cooperativa de

Habitação dos Agricultores Familiares. Será um grande evento e marcará a luta, a organização, as conquistas, como também os desafios da nossa agricultura familiar.

Mas queremos trazer um projeto que apresentamos nesta Casa regulamentando e organizando o Estatuto do Idoso, a Lei n. 10.741, no que tange ao deslocamento da pessoa idosa, projeto que, na nossa avaliação, é muito importante para fazer um reconhecimento de pessoas que lutaram, que trabalharam para o crescimento e o desenvolvimento do nosso estado e para a construção da nossa economia.

Então, a exemplo do que acontece em nível nacional, em que há gratuidade para o idoso nas passagens do transporte interestadual (duas passagens gratuitas por ônibus de transporte coletivo), estamos propondo uma lei estadual para que o idoso acima de 60 anos, que recebe até dois salários mínimos, receba do transporte coletivo, nos carros de até 20 passageiros, uma passagem gratuita, e nos carros acima de 20 passageiros, duas passagens gratuitas. Estamos propondo também, através desse projeto, que os idosos acima de 60 anos, além daquelas passagens gratuitas, recebam desconto de até 50% nas demais passagens.

Esse é o projeto que estamos apresentando nesta Casa, fazendo justiça com aquelas pessoas que contribuíram, que trabalharam, que lutaram por este estado e que agora estão, muitos delas, com dificuldade de comprar passagem para visitar seus familiares. Essa é uma maneira de este Parlamento dar a essas pessoas a possibilidade de se deslocarem livremente de forma gratuita dentro do estado.

Então, esse projeto, na nossa avaliação, é muito importante por causa desse reconhecimento, dessa valorização. Esperamos que as sras. deputadas e os srs. deputados avaliem com profundidade esse projeto, para que ele possa tramitar e ser aprovado o mais rapidamente possível, a fim de que os idosos recebam esse benefício.

Muito obrigado pela oportunidade, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro de Explicação Pessoal, com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, trago presente à tribuna, na tarde de hoje, todo um trabalho, deputado Silvío Dreveck, v.exa. que é presidente da comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, que fizemos em conjunto, através dessa comissão.

Fizemos uma solicitação para várias instituições, no sentido de nos ajudarem a conseguirmos um diagnóstico, um levantamento real, concreto, do custo para produzir frango ou peru dentro do sistema de integração das nossas agroindústrias, que estão localizadas em várias regiões, mais acentuadamente na região oeste do estado de Santa Catarina.

Para felicidade nossa, a UnoChapécó se debruçou rapidamente em torno do assunto e fez toda uma planilha do custo de produção tanto do frango quanto

do peru. Calculou também a depreciação das instalações para a produção dessas aves.

Realizamos inúmeras reuniões com a presença de profissionais que têm feito estudos, após ouvir os técnicos e as empresas, fazendo comparação de preços. Eles ouviram, inclusive, os próprios avicultores. Enfim, fizeram um estudo técnico-científico da maior seriedade exatamente para que, à luz desses dados, possamos compreender a real situação por que passa o sistema de integração do estado de Santa Catarina, estudo esse que poderá, ao mesmo tempo, servir como instrumento de trabalho a todo o nosso país.

Também participei, no início desta semana, de duas audiências públicas promovidas pela Câmara de Vereadores de dois municípios: Chapecó e Caxambu do Sul que, aliás, é a minha terra natal! Um número expressivo de integrados participou das audiências, assim como entidades sindicais, avicultores, técnicos ligados às empresas. O Ministério Público do Trabalho também se fez presente. Enfim, foi um debate de alto nível no sentido de, além de conhecer e entender todo esse sistema de integração, perceber também onde estão os reais problemas da situação de crise que envolve esse setor produtivo. À luz desse levantamento, passamos a compreender a dificuldade que os produtores têm para levar adiante a atividade da avicultura dentro do sistema de integração.

O mais importante é que não apenas a UnoChapécó está-se debruçando sobre esse assunto, pois a Embrapa e outras universidades também irão estudá-lo para nos ajudar nesse debate nos diferentes municípios.

O que nos assustou enormemente foi o resultado final. Para a produção de um lote de frango, entre a receita e o custo para produzir, o agricultor, o integrado, tem um prejuízo que ultrapassa R\$ 1.700,00! Para produzir peru, a coisa piora ainda mais, pois o prejuízo do agricultor integrado ultrapassa a cifra de R\$ 5.000,00 por lote.

Então, essa é a dura realidade que enfrenta o nosso agricultor integrado ao sistema de integração que há na região oeste do estado.

Nós pretendemos prosseguir com esse debate, com essas audiências, perfazendo um total de 26 audiências que contemplarão todos os municípios onde existe o processo de integração. E queremos culminar com um grande encontro, um seminário, exatamente para tirar encaminhamentos definitivos e estratégicos para resolver essa situação.

Não queremos o prejuízo nem da empresa, nem do agricultor, pois sabemos a importância das agroindústrias no incremento da receita e no desenvolvimento da região. Só que não dá mais para manter a atual situação, quando o prejuízo fica apenas numa ponta. Quem está pagando a conta até o presente momento é o agricultor integrado. Muitas famílias se sentem compelidas a se desfazer dos bens que construíram historicamente, vendendo um pedacinho de terra, a vaquinha de leite, a junta de bois para honrar os seus compromissos com as instituições financeiras.

Portanto, a chiadeira é grande e temos que buscar alguma alternativa para que possamos amenizar essa situação.

É um trabalho extraordinário, deputado Silvio Dreveck, para o qual v.exa. contribuiu através da comissão de Economia, assim como as nossas universidades também contribuíram.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Deputado Padre Pedro Baldissera, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo por trazer esse assunto a esta Casa. Em segundo lugar, esse levantamento, esse diagnóstico feito por essas instituições, ou seja, pelas universidades, pela Epagri, demonstra, como v.exa. colocou aqui, o prejuízo para o nosso agricultor. V.Exa. tem clareza do assunto, na medida em que relata que não podem ter prejuízo nem o proprietário da empresa, que é quem industrializa o produto, nem o agricultor, porque senão ambos irão à falência, ou seja, ambos perderão. Mas penso que para o agricultor é muito mais difícil e na medida em que tem prejuízo, não há como suportar por um longo prazo.

Então, não há dúvida de que v.exa. está fazendo um excelente trabalho e continuará tendo o apoio da nossa comissão, para que possamos colaborar para uma solução definitiva para essa classe tão merecida e sofridora.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Obrigado, deputado Silvio Dreveck, e incorporo as suas palavras de apoio ao meu pronunciamento, pois sempre nos ajudou, através da comissão, no sentido de tentar resolver o problema desse setor tão importante da sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

O próximo orador inscrito é o deputado Valmir Comin, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente e srs. deputados, faço uso da tribuna, na tarde de hoje, inicialmente saudando o ex-prefeito de Sombrio e ex-presidente da Fecam, José Milton Scheffer, que nos visita neste Parlamento. Seja bem-vindo!

Gostaria de dizer da satisfação de ter participado da votação que fez justiça aos oficiais de justiça, que passam a ser oficiais de justiça avaliadores. Essa é uma luta que dura mais de 13 anos, e a Resolução n. 048/2007 corrigiu uma distorção, agregando um pouco mais de valor ao piso salarial, na busca por uma aposentadoria mais adequada. O impacto será de R\$ 14 milhões no orçamento do TJSC, conforme informou o presidente daquele poder, desembargador José Trindade dos Santos, e realmente faz jus à reivindicação dessa classe que tanto lutou, que tanto esperou e que agora acaba de ser contemplada.

No plano de carreira da Segurança Pública, aprovamos também uma adequação das vagas de psicólogos com relação aos escrivães de polícia.

Hoje faz 36 anos que ocorreu a última enchente do rio Tubarão, a enchente de 1974, que dizimou dezenas e dezenas

de pessoas. Hoje o rio está completamente assoreado novamente, e não precisa ser nenhum experto, nenhum bruxo para adivinhar que, se medidas urgentes não forem tomadas, certamente em breve teremos novas catástrofes naquela região, e isso será muito ruim. Assim, urge a necessidade de uma ação rápida por parte dos organismos competentes e do governo para alocar recursos para se promover o desassoreamento do rio Tubarão.

Tive a satisfação de, na manhã de hoje, acompanhar, na Casa D'Agronômica, a entrega da LAI - Licença Ambiental de Instalação - do projeto da Usitesc, o projeto de um consórcio liderado pela Carbonífera Metropolitana e pela Carbonífera Criciúma para a implantação de uma usina de boca de mina, que vai gerar, dentro do complexo, em torno de 440mw/hora.

É uma luta que vinha sendo travada desde 1996, e agora foi mudada radicalmente a concepção de seu projeto, com a mudança da concepção da torre de resfriamento, utilizando-se o mínimo de água possível e diminuindo a emissão de monóxido de carbono na atmosfera. Essa usina vai gerar, a partir do início de 2011, de quatro a cinco mil empregos durante a sua construção, que está prevista para durar de quatro a cinco anos. Após concluída, a sua manutenção permanente necessitará de aproximadamente 600 funcionários de nível técnico qualificado. Ou seja, deputado Silvio Dreveck, grande líder progressista, a demanda é por mão-de-obra qualificada, com um salário digno. Isso representa uma nova vertente e a redenção do setor produtivo do carvão no sul de Santa Catarina, carvão cujas reservas no subsolo ainda estão mais de 80% intactas.

Essa usina está caracterizada por três cunhos: o social, o econômico e o ecológico. O econômico, por gerar riquezas e renda; o social, pela oportunidade de emprego que vai gerar na produção de energia; e o ecológico porque, além de estar situada na boca da mina, vai queimar 100% do carvão *in natura*, dispensando o seu beneficiamento através da classificação de densidade de água. Além disso, vai utilizar 10% do rejeito piritoso, que ao longo de seis décadas vem sendo depositado a céu aberto, contaminando mananciais, córregos e nascentes da nossa região.

Além do produzir cinza para o setor cimenteiro e a construção civil, vai gerar também o sulfato de amônia, fertilizante indispensável para a agroindústria. Inclusive, esse fertilizante, que na grande maioria é importado da Rússia, está agregado na cadeia produtiva como subproduto do carvão.

Para que v.exas. tenham uma ideia, a falta de uma política específica voltada ao carvão fez com que se perdesse a oportunidade de viabilizar gigantesca massa de agregação de valor, de renda e de emprego.

Há falta de pesquisa, e no dia 27 próximo vindouro haveremos de fazer o lançamento do marco inicial da construção de um laboratório de pesquisa no *campus* da SATC voltado ao desenvolvimento do carvão. Com certeza nasce uma nova vertente, uma expectativa e uma esperança muito grande do setor produtivo do carvão,

não só para Santa Catarina, mas também para o Rio Grande do Sul. Afinal de contas, nos países desenvolvidos, como a Polônia, 98% da sua matriz energética são oriundos do carvão. Na Alemanha chega a 63%, nos Estados Unidos, a 54%, e no Brasil a apenas 2,3%, 2,5%. Vejam, então, o quanto podemos crescer nesse setor, o quanto podemos desenvolver a região e, como já disse, em três vertentes diferenciadas: a ecológica, a econômica e a social.

Esse investimento está orçado em, aproximadamente, US\$ 900 milhões, ou seja, R\$ 1,6 bilhão. É um valor significativo para uma região que cresce em torno de 2,5% a 2,8%, enquanto o norte do estado cresce de 10% a 12%.

Do valor a ser investido, 95% são oriundos de um grupo de investidores e 5% das empresas Carbonífera Criciúma e Carbonífera Metropolitana, que sempre acreditaram no projeto e em momento algum ficaram desestimuladas. Pelo contrário, foram perseverantes e vigilantes, e com a compreensão, a aquiescência e o apoio do poder público chegaram a bom termo. E aqui preciso fazer uma referência ao governador Luiz Henrique, que se colocou à disposição como incentivador, como motivador, dando serenidade ao processo, e que através da Fatma e do seu corpo técnico oportunizou a liberação dessa licença, que agora já é realidade.

Esperamos que a partir de janeiro de 2011 possamos concretizar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, acho que não é preciso fazer nenhuma explanação e não é preciso entrar em detalhes aqui para saber que, das autarquias públicas que temos em Santa Catarina, o Porto de São Francisco do Sul é, sem dúvida nenhuma, uma das pilastras financeiras deste governo. Não é preciso muita explicação para isso. E por ser um grande arrecadador e praticamente independente, porque arrecada conforme o movimento de navios, os funcionários do porto têm salário diferenciado dos demais servidores públicos de Santa Catarina. Mas dentro desse quadro salarial existem algumas injustiças.

Há no Porto de São Francisco os analistas técnicos em gestão portuária e um grupo maior de pessoas, em torno de 200 funcionários, que tem direito à chamada distribuição de lucros. Então, apenas como exemplo, se o porto distribuisse R\$ 350 mil a título de divisão de lucros, os cerca de 200 funcionários receberiam de maneira mais ou menos igual. Contudo, um grupo de 40 funcionários, o grupo que ganha mais, acabou desenterrando um artigo da Lei n. 320, nele encontrando a possibilidade de somente eles ficarem com cerca de 40% do bolo, e o restante, os 160 funcionários, com apenas 20%. A partir daí, por conta e por força dessa lei, a grande maioria que trabalha e produz está ficando à margem dessa distribuição, ou seja, está recebendo apenas 20%, enquanto a minoria, que são

os funcionários que ganham mais, está ganhando cerca de 40% desse bolo. Ora, isso não é justo!

Os funcionários procuraram o diretor do porto, dr. Paulo Corsi, e explicaram a situação. O diretor foi muito receptivo, entendeu a situação e encaminhou o pedido para o Centro Administrativo, a fim de que fosse enviada a alteração do referido dispositivo legal à Assembleia Legislativa, que votaria e restabeleceria a paridade entre aqueles que lá trabalham, fazendo a divisão do dinheiro de forma igualitária.

Os funcionários têm vindo a esta Casa para saber se já está aqui o projeto e também têm procurado outros canais para saber se já está em andamento o projeto, mas não estão conseguindo obter sucesso nessa reivindicação.

Segundo informações, o projeto já estaria na comissão de Justiça para ser votado. Nós procuramos saber, mas na verdade o projeto não chegou a esta Casa ainda. E como esses funcionários estão vindo e voltando tantas vezes, conseguimos que eles conversassem com o secretário Cobalchini, lá no Centro Administrativo, para que pudessem obter uma informação sobre o projeto, se vem ou não vem. Seria muito simples se falassem a verdade, se dessem uma perspectiva concreta sobre a possibilidade de envio ou não do projeto ao Poder Legislativo. Isso evitaria que as pessoas pegassem esse trânsito danado, pedissem licença do trabalho, alugassem vans de transporte para vir para cá. É muito melhor a transparência, a sinceridade, a objetividade, até porque, está-se lidando com a coisa pública. E quando a coisa é pública, mais do que nunca precisa ser transparente.

O secretário Cobalchini lhes deu esperança e pediu que interferíssemos junto ao secretário de Desenvolvimento Regional, sr. Manoel Mendonça, para que ele também entrasse no circuito para agilizar o processo.

Sinceramente não estou conseguindo entender. Quando sair daqui vou subir ao meu gabinete e procurar conversar com algumas pessoas deste governo para tentar entender o que está acontecendo. Estou falando isso da tribuna primeiro porque este é o Parlamento de Santa Catarina e o Parlamento é o local aonde podemos externar nossos sentimentos. Quero entender por que 160 funcionários estão recebendo apenas 20% do bolo, enquanto 40 funcionários estão recebendo 40%. Não é justo! Vamos restabelecer a justiça de alguma maneira e vamos tentar agilizar esse processo.

Sr. presidente, volto a fazer um apelo à secretaria de Saúde deste estado para que olhe com atenção e carinho a Maternidade Darci Vargas. Volto a pedir. Nós iremos enfrentar uma crise sem precedentes naquela maternidade se não for publicado um edital de licitação para que se faça concurso público para contratação de médicos anestesistas, pediatras e obstetras. Se não fizerem isso com urgência, e não vai demorar muito, vamos ter problemas seriíssimos na maternidade, porque seis médicos já foram embora e outros seis irão por força de um contrato que não pode mais ser renovado.

Os contratos têm validade, por lei, de dois anos e não podem mais ser renovados. Não há como fazer escala de

plantão se não há médicos para isso. Quem está-se ardendo com a situação é justamente a direção da maternidade e quem sofrerá as consequências naturalmente vai ser a população mais carente, porque quem tem dinheiro vai para a maternidade do Hospital Dona Helena, procura outro local e não tem problema. Mas quem não tem, precisa ir para a Maternidade Darci Vargas e lá a coisa vai pegar se não forem tomadas providências de maneira urgente para resolver esse problema.

Era isso o que tínhamos a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros deputados, pessoas que nos acompanham nesta sessão pela TVAL e pela Rádio Aleisc Digital, tivemos aqui o anúncio do deputado Padre Pedro Baldissera sobre a entrada de uma PEC visando tornar obrigatória a realização de um plebiscito popular sempre que o estado pretender privatizar qualquer patrimônio ou serviço público.

Nós assinamos evidentemente e achamos meritória a proposta. Até soube hoje que o deputado Pedro Uczai, no passado, na legislatura anterior da qual participou, tomou essa iniciativa, mas não obteve êxito por razões políticas. Informei-lhe, nessa conversa, que no ano passado dei entrada a um projeto de lei também com esse objetivo. Refiro-me ao PL n. 0393/2009, que está guardado em uma gaveta deste Parlamento, alguma gaveta governista ou ex-governista, até porque agora está difícil saber quem é governista e quem não é mais. Mas está guardado em alguma gaveta neste estado um projeto de lei que pretende democratizar a discussão da destinação do patrimônio público e dos serviços públicos, porque falam tanto em democracia, mas ela não pode restringir-se àquele voto que se dá a cada quatro anos para governador, prefeito, deputado ou senador. A democracia tem que ser um exercício permanente da sociedade, mas temos notado, nas últimas décadas, que vários governos são eleitos prometendo uma coisa e depois, no exercício do mandato, fazem outra coisa. Não me lembro de nenhum governo que tenha sido eleito, nos últimos quinze anos, dizendo que iria privatizar qualquer serviço ou qualquer patrimônio público. No entanto, quase todos caminham nessa direção.

A intenção de prever em lei a necessidade de que o estado ouça a sociedade através de um plebiscito é a forma de garantir que a população possa dizer se é a favor ou contra privatizar a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional, terceirizar as escolas, privatizar, através de contrato de gestão, o Hemosc, o Cepon, o hospital de Joinville e tantas outras instituições que têm sido privatizadas no estado.

Portanto, vamos trabalhar no sentido de apensar o PL n. 0393/2009, de nossa autoria, que deu entrada no ano passado, a essa PEC para a qual foram

colhidas assinaturas hoje e ver se, de repente, em 2010, conseguimos aprovar, transformando em lei, uma matéria dessa importância para a população catarinense.

Mas quero fazer, nesta última sessão em que temos Luiz Henrique como governador do estado, um discurso de despedida do governador.

Vimos, até extasiados, que o DEM, de repente, largou o governo como se fosse um saco de batatas à beira da estrada; estamos vendo o PMDB não ter certeza se é mais governo ou não; estamos percebendo que o PSDB não sabe se é ou se vai ser plenamente governo. E nós tentamos, remando, melhorar alguma coisa para a sociedade catarinense, para os trabalhadores de Santa Catarina.

Na semana que vem saem os secretários que pretendem concorrer a algum cargo eletivo. E o que ficamos pensando, deputados Valmir Comin, Kennedy Nunes e Ismael dos Santos, é que de repente está sobrando cabide no estado de Santa Catarina. Para bons entendedores, deputado Kennedy Nunes, há cabide sobrando no estado de Santa Catarina. E nós ficamos com certa curiosidade em saber quem vai-se agarrar a cada um desses cabides que está sobrando agora no estado de Santa Catarina. Nós, com certeza, não!

Estamos num melancólico final de feira, o obscuro ocaso do governo Luiz Henrique. Um governador que começou em 2003 discursando com toda a força em Santa Catarina sobre os ventos da mudança e que termina com muitos traumas internos, inclusive com muitas promessas não cumpridas, esquecidas, com mudanças de rumo. Muitas pessoas que no passado eram aliadas e amigas, inclusive este parlamentar que lhes fala, foram traídas no meio do caminho.

Ao fazer este discurso de despedida do governador Luiz Henrique da Silveira, lembrei-me de um livro que li recentemente. Tenho mania de ler, quando sobra tempo - e agora na condição de deputado sobra cada vez menos tempo para ler -, a história de Santa Catarina, das instituições, do país, do mundo, teoria social e política e também literatura. Peguei, por acaso, um livro muito conhecido da literatura universal, *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri, um homem de Florença. E aí, como o governador esteve por lá há algum tempo, ocorreu-me, não sei por que, numa determinada passagem do dia, que o livro caberia bem para situação atual do governo.

Dante Alighieri fez uma excursão pelo céu, pelo purgatório e pelo inferno, e descreve isso nesse livro. Por último esteve no céu, que é paradisiaco. Obviamente esteve no purgatório, onde se paga os pecados para depois chegar ao céu, mas passou antes no inferno e lá encontrou várias pessoas conhecidas, inclusive na Itália, nos idos de 1300. Trata-se, portanto, de um livro com 700 anos de existência. O autor foi descrevendo os pecados e os crimes que as pessoas que estavam no inferno haviam cometido.

Curiosamente, srs. deputados, um dos pecados mais graves - e poderíamos pensar, hoje, em homicídio, estupro, latrocínio - à época, pelo menos no pensamento de Dante, era a traição, tanto é que

aqueles que traíram alguém, especialmente os amigos, estão no Nono Ciclo do Inferno, que é a antessala do próprio capeta, depois dele só Lúcifer, que aliás é o maior traidor da história da humanidade, porque traiu Deus.

Mas, como dizia, quando estava lendo essa parte, não sei por que me lembrei do governador!

(Passa a ler.)

"E para que tu, com diligência maior, removas dos meus olhos as endurecidas lágrimas, relevo que no corpo do traidor, no instante em que a traição consuma, penetra o demônio que o governa até o momento extremo, estando a alma já de muito nesta caverna."

Dante está dizendo aqui que aquele que trai o amigo vai para o inferno vivo, ou seja, o corpo fica perambulando por aí, quem sabe traindo outros, mas a alma já está lá, na antessala de Satanás. Não sei por que, talvez por curiosidade ou muita imaginação, mas lembrei-me disso, e acho que não fui só eu, não foram somente os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros que tiveram esse sentimento, que ouviram as promessas dos ventos da mudança transformando tudo e que assistiram a um retrocesso na história que nos vai fazer caminhar mais alguns anos para tentar recuperar o tempo perdido. Creio que até o presidente do PMDB, Eduardo Pinho Moreira, sente isso, e acho que outros tantos aliados ou ex-aliados do governador têm esse mesmo sentimento.

Então, quero dedicar esse discurso a sua majestade, o governador Luiz Henrique da Silveira, no obscuro ocaso do seu governo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, o deputado Sargento Amauri Soares nos deu uma aula agora de hermenêutica, de teologia universal ao falar de Dante Alighieri, mas seria bom avançar, ler sobre o paraíso também, que é um belíssimo texto. Quicá cheguemos lá.

Gostaria de parabenizar os cidadãos de Florianópolis pelos 284 anos desta bela capital de todos nós, catarinenses. Faço o meu registro no preâmbulo da minha intervenção desta tarde.

Queremos dizer também, sr. presidente e srs. deputados, da nossa preocupação mais uma vez com o vale do Itajaí, em especial com a cidade de Ilhota. Conversávamos há pouco com o colega Paulo Drum, que é o coordenador da Defesa Civil do município de Ilhota e queremos aqui expressar a nossa solidariedade àquela população que mais uma vez foi atingida pelas águas. O volume de água que caiu nesta madrugada atingiu pelo menos cinco comunidades da nossa pitoresca Ilhota, os bairros Ilhabela, Minas, Ilhotinha, Vila Nova e o próprio centro. São 100 famílias já desalojadas e o prefeito ainda está estudando a possibilidade de decretar situação de emergência no final desta tarde, em decorrência das chuvas que atingiram o município. Queremos solidarizar-nos com

aquele comunidade, que foi atingida mais uma vez por essa calamidade.

Nós acompanhamos ontem, na mídia catarinense, sr. presidente e srs. deputados, a reportagem relacionada ao Creta, e o deputado Sargento Amauri Soares conhece essa instituição que trabalha no estado de Santa Catarina com muito empenho. São mais de 12 fazendas só no estado catarinense, abrigando cerca de 500 dependentes químicos. Como houve um fato com uma jovem que buscava internamento e teria sido supostamente agredida por monitores da casa, fomos acompanhar de perto o fato.

Embora entendamos que é necessário focar a questão no combate ao tráfico e aos traficantes de drogas, concordo com um editorial do *Diário Catarinense*, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"[...] mas é insensato fechar os olhos para usuários que a cada dia se mostram mais agressivos e impiedosos."

E permitam-me aqui, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, compartilhar algumas das teses levantadas pelo articulista do *Diário Catarinense*, as quais eu assino embaixo.

(Continua lendo.)

"Cada vez mais os usuários de drogas aparecem como responsáveis por crimes que chocam a sociedade. Só este mês, e para ficar apenas em alguns exemplos, o cartunista Glauco e seu filho foram assassinados em São Paulo por um jovem consumidor de chá alucinógeno, maconha e outras substâncias entorpecentes. Em Florianópolis, um senhor de 96 anos de idade foi brutalmente espancado pela nora e seu novo namorado, que fizeram da casa do idoso um ponto de consumo e venda de drogas."

Estamos falando da nossa capital e são exemplos como esses que escancaram uma realidade de usuários de drogas que se transformam em criminosos em potencial.

(Continua lendo.)

"Não podem mais, portanto, ser considerados vítimas do tráfico ou da desatenção da sociedade. As vítimas, sim, são os cidadãos expostos à extorsão insaciável dos drogados."

A verdade é que existe, em nosso país, tolerância demasiada com usuários de drogas. A própria legislação penal os livra da punição privativa de liberdade, prevendo apenas penas alternativas, como advertência sobre os efeitos da droga, prestação de serviços à comunidade ou medidas educativas. Especialistas dizem que a pecha de criminosos para o usuário de droga significaria um grande retrocesso na política de redução de danos e no processo de recuperação e reinserção social. Tudo é muito bonito na teoria, mas a realidade, infelizmente, tem-se mostrado bem diversa e bem mais cruel do que isso que estamos vendo aí. Usuários de drogas não só alimentam o tráfico e a criminalidade, como estão sempre a um passo da delinquência.

Com a disseminação do *crack*, que vicia e causa dependência já nas primeiras experiências, multiplicaram-se os casos de

homicídios, latrocínios e dramas familiares. Na origem desses episódios está, invariavelmente, o usuário de droga, que faz qualquer coisa para obtê-la e só é chamado a prestar contas à Justiça quando comete algum ato extremado. Mas a sociedade, tolerante, querendo ser politicamente correta, só se comove e reage quando uma mãe acorrenta o filho em casa ou quando um jovem agride ou mata os próprios pais."

Tenho acompanhado no Centro de Recuperação Vida, o nosso centro terapêutico na cidade de Blumenau, essa questão das drogas. O deputado Décio Góes nos fazia um relato recente de um fato ocorrido na cidade de Criciúma, que revela uma situação muito semelhante e aí nos perguntamos: será que vamos precisar ir tão longe nessa questão do politicamente correto? Ou será que também temos que ter uma ação mais enérgica em relação aos usuários de drogas? Por que precisamos esperar tanto? Logicamente, os traficantes de drogas têm que ser combatidos com rigor pelos órgãos de segurança, mas é insensato fechar os olhos para usuários que a cada dia se mostram mais agressivos e impiedosos. Entre os viciados há, certamente, excluídos sociais, que nasceram e cresceram sem defesa própria. Há, também, aqueles que voluntariamente escolheram o caminho da escravidão química. Todos, talvez, possam ser considerados vítimas, mas não podem ter salvo-conduto para cometer crimes.

Traficantes de drogas têm que ser combatidos com rigor pelos órgãos de segurança, mas é insensato fechar os olhos para usuários que a cada dia se mostram mais agressivos e impiedosos." [sic]

Concluo com aquele velho refrão: só existem traficantes porque existem usuários.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, quero dizer que a Câmara de Vereadores de Florianópolis realizou ontem uma sessão solene, na qual concedeu título de Cidadão Florianopolitano ao nosso deputado federal Cláudio Vignatti, que tem feito um trabalho grande em busca de recursos e propostas para Santa Catarina. E Florianópolis, reconhecendo o trabalho do nosso pré-candidato ao Senado, concedeu-lhe o título de cidadão honorário.

Em segundo lugar, estamos recebendo a visita do secretário de Desenvolvimento Econômico e de Turismo do município de Braço do Norte, uma cidade administrada pelo PP e pelo PT, que está participando do salão do turismo, que está acontecendo no centro de convenções, mostrando todas as regiões turísticas do estado de Santa Catarina, cada uma com suas potencialidades. É um belo passeio para os que desejam conhecer Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo orador inscrito em Explicação Pessoal é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, meus cumprimentos especiais às queridas professoras da Udesc. Mais de 16 mil professoras fizeram o curso de Pedagogia a distância de 2002 a 2006 e inúmeras vezes, caminhando pelo estado, temos encontrado muitas delas, como encontramos um grupo, no domingo à noite, no município de Correia Pinto, próximo a Lages.

Quero também, deputado Décio Góes, cumprimentar de uma forma muito carinhosa o deputado federal Cláudio Vignatti, que tem feito, sim, um extraordinário trabalho em favor de todos os catarinenses. Permita-me, pois, somar-me às suas homenagens ao deputado Cláudio Vignatti.

Mas eu também quero comentar, sr. presidente, a matéria publicada pelo *Jornal de Santa Catarina* de hoje, na coluna do jornalista Valther Ostermann, que comenta duas coisas importantes.

A primeira refere-se ao respeito que se deveria ter com o consumidor de maneira geral, mais especificamente com o consumidor do serviço de telefonia.

Diz a nota:

(Passa a ler.)

"Fim da farra?"

O ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, considera ilegal a imposição das operadoras de telefonia que cancelam os créditos dos celulares pré-pagos dos clientes quando expira a validade do cartão. E quer acabar com a sacanagem, digo, imposição.

Legal, esse ministro. "[sic]

Quem está falando é Valther Ostermann. O cidadão compra, paga antecipadamente o serviço que vai utilizar e tem um prazo para gastar, digamos, de dois meses. Se não usar em dois meses, mesmo que tenha R\$ 10,00 ou R\$ 15,00 de crédito para utilizar, ele o perde. É uma forma de assalto! O furto é proibido em todos os lugares, mas na telefonia é oficializado. O crédito depois de certo tempo fica lá, desaparece, vai para a conta da empresa de telefonia.

Agora o ministro considerou isso ilegal e espero que a partir da opinião do ministro da Justiça possamos, quem sabe, fazer valer os direitos que o cidadão tem de conservar os créditos que paga antecipadamente.

Eu, particularmente, uma vez tentei

resolver uma questão com uma empresa telefônica. Cheguei a reclamar no Procon. No dia e hora marcados eu estava lá. Cinco minutos depois chegou uma cartinha do advogado da empresa que dizia: "Estou impedido de comparecer porque a quatro quilômetros do local da reunião bati o meu carro". O Procon entendeu que era uma justificativa razoável e marcou para outro dia. No outro dia marcado, novamente o advogado deu uma justificativa para não comparecer e o Procon aceitou. Marcou, então, nova data. Na terceira reunião marcada, quando lá cheguei o funcionário do Procon disse que já havia aceito a justificativa. A partir daquele momento entendi que problema de telefonia não adianta reclamar no Procon, porque até o Procon as empresas estão ludibriando.

Um segundo detalhe que quero abordar também é da coluna de Valther Ostermann.

(Passa a ler.)

"Remuneração injusta

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado pela Constituição de 1988 para que toda a população brasileira tenha acesso ao atendimento público de saúde. Antes dele, só os segurados do INAMPS estavam incluídos.

Foi, sem dúvida, um avanço social. Mas, para que continue gerando o efeito pretendido, é necessário que a tabela de pagamento dos serviços que os hospitais prestam seja adequada à realidade. Atualmente inviabiliza o sistema, com seus ridículos valores. E não é só o Hospital Regional Alto Vale que está a perigo."[sic]

O artigo termina assim e ele estava referindo-se ao Hospital Regional de Rio do Sul e, na verdade, os honorários médicos e hospitalares pagos hoje pela tabela SUS são, de fato, aviltantes.

Ontem à noite, às 21h - eu sou médico em Brusque -, houve uma cirurgia de emergência. Enquanto operava conversava com o anestesista, que é amigo meu, e ele me contava que no mês anterior houvera naquele hospital 60 cirurgias pelo SUS, com 60 anestésias prestadas por seis anestesistas que se revezam durante a semana e durante o mês. Eles ganharam pelo serviço R\$ 3 mil; descontando o imposto de renda, que é de 27,5%, sobraram R\$ 2,1 mil. Dividindo-se esse valor por seis

profissionais, sobraram R\$ 350,00 para cada um por um mês inteiro de trabalho. É um valor que de fato não empolga nenhum profissional.

Então, o que o SUS paga é aviltante tanto para os anestesistas quanto para os cirurgiões, para os clínicos e para os hospitais. Os hospitais com aquilo que recebem não conseguem repor os materiais quebrados, consumidos, não conseguem comprar o equipamento necessário, não conseguem comprar os medicamentos. Os hospitais acabam sobrevivendo muito mais das doações da comunidade, das rifas que são feitas duas ou três vezes por ano e dos reforços repassados pela secretaria estadual da Saúde, e são valores significativos. Graças a esses valores os hospitais conseguem modernizar-se um pouco, ou seja, a secretaria da Saúde repassa valores para fazerem reformas, comprar equipamentos, enfim, para fazer alguma adequação do hospital. Mas o correto seria que aqueles valores que o hospital recebe pelo atendimento médico prestado regularmente deveriam servir para pagar os seus profissionais, para pagar e repor os medicamentos e ainda ter uma reserva para fazer uma reforma ou comprar equipamentos mais modernos.

Os hospitais que atendem pelo SUS, assim como os hospitais públicos, lamentavelmente não conseguem fazer isso e o paciente do SUS, infelizmente, nunca consegue ser beneficiado pelas modernas técnicas que vão sendo implantadas e que são utilizadas por aqueles que pagam pelos procedimentos.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, no município de Navegantes, em comemoração aos 20 anos da Associação Empresarial de Navegantes - Acin.

Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA

### ATO DA PRESIDÊNCIA DL

#### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 006-DL, de 2010

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 001-DL, de 23 de fevereiro de 2010.

Substituí o Deputado Darci de Matos, na Comissão de Constituição e Justiça, pelo Deputado Cesar Souza Júnior, o Deputado Jean Kuhlmann, na Comissão de Finanças e Tributação, pelo Deputado Darci de Matos e o Deputado Derli Rodrigues, na Comissão de Educação, Cultura e Desporto, Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, Comissão de Turismo e Meio Ambiente e Comissão de Pesca e Aquicultura, pelo Deputado Ozair Coelho de Souza (Polaco).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputado Antônio Aguiar  
Deputado Cesar Souza Júnior  
Deputado Marcos Vieira  
Deputado Dirceu Dresch  
Deputado Décio Góes

Deputado Joares Ponticelli  
Deputado Elizeu Mattos  
Deputado Romildo Titon  
Deputado Sargento Amauri Soares  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**  
Deputado Darci de Matos  
Deputado Marcos Vieira  
Deputado José Natal Pereira  
Deputado Pedro Uczai  
Deputado Lício Mauro da Silveira  
Deputado Silvio Dreveck  
Deputado Manoel Mota  
Deputado Renato Hinnig  
Deputada Professora Odete de Jesus  
**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
Deputado Darci de Matos  
Deputado Nilson Gonçalves  
Deputado Pedro Uczai  
Deputado Kennedy Nunes  
Deputado Genésio Goulart  
Deputado Adherbal Deba Cabral  
Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Deputado Ismael dos Santos  
 Deputado Serafim Venzon  
 Deputado Dirceu Dresch  
 Deputado Reno Caramori  
 Deputado Romildo Titon  
 Deputado Rogério Mendonça (Peninha)  
 Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS,  
DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Deputado José Natal Pereira  
 Deputada Ana Paula Lima  
 Deputado Kennedy Nunes  
 Deputado Carlos Chiodini  
 Deputado Adherbal Deba Cabral  
 Deputado Ismael dos Santos  
 Deputada Professora Odete de Jesus

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Deputado Jean Kuhlmann  
 Deputado José Natal Pereira  
 Deputado Décio Góes  
 Deputado Reno Caramori  
 Deputado Manoel Mota  
 Deputado Carlos Chiodini  
 Deputado Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Deputado Cesar Souza Júnior  
 Deputado Serafim Venzon  
 Deputado Pedro Uczai  
 Deputado Lício Mauro da Silveira  
 Deputado Edison Andrino  
 Deputado Elizeu Mattos  
 Deputado *Ozair Coelho de Souza (Polaco)*

COMISSÃO DE SAÚDE

Deputado Darci de Matos  
 Deputado Dado Cherm  
 Deputada Ana Paula Lima  
 Deputado Kennedy Nunes  
 Deputado Antônio Aguiar  
 Deputado Genésio Goulart  
 Deputada Professora Odete de Jesus

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Deputado Jean Kuhlmann  
 Deputado Dado Cherm  
 Deputado Dirceu Dresch  
 Deputado Joares Ponticelli  
 Deputado Manoel Mota  
 Deputado Elizeu Mattos  
 Deputado *Ozair Coelho de Souza (Polaco)*

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Deputado Serafim Venzon  
 Deputado Pedro Uczai  
 Deputado Sílvio Dreveck  
 Deputado Carlos Chiodini  
 Deputado Elizeu Mattos  
 Deputado Renato Hinnig  
 Deputado *Ozair Coelho de Souza (Polaco)*

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL,  
COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Deputado Nilson Gonçalves  
 Deputada Ana Paula Lima  
 Deputado Lício Mauro da Silveira  
 Deputado Elizeu Mattos  
 Deputado Renato Hinnig  
 Deputado Edison Andrino  
 Deputado Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Deputado Ismael dos Santos  
 Deputado Marcos Vieira  
 Deputado Dirceu Dresch  
 Deputado Reno Caramori  
 Deputado Edison Andrino  
 Deputado Renato Hinnig  
 Deputado *Ozair Coelho de Souza (Polaco)*

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Deputado Dado Cherm  
 Deputado Pe. Pedro Baldissera  
 Deputado Reno Caramori  
 Deputado Edison Andrino  
 Deputado Adherbal Deba Cabral  
 Deputado Darci de Matos  
 Deputado *Ozair Coelho de Souza (Polaco)*

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Deputado Ismael dos Santos  
 Deputado Nilson Gonçalves  
 Deputado Pe. Pedro Baldissera  
 Deputado Lício Mauro da Silveira  
 Deputado Rogério Mendonça (Peninha)  
 Deputado Genésio Goulart  
 Deputada Professora Odete de Jesus  
 PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 24 de março de 2010  
 Deputado Gelson Merisio  
 Presidente  
 \*\*\* X X X \*\*\*

**ATOS DA MESA****ATO DA MESA Nº 225, de 26 de março de 2010**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **MARIA APARECIDA ORSI**, matrícula nº 2084, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Administrativa Revisor Taquigráfico, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de março de 2010 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente  
 Deputado Dagomar Carneiro - Secretário  
 Deputado Valmir Comin - Secretário  
 \*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 226, de 26 de março de 2010**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e Ss. da Lei 6.745/85,*

**Art. 1º NOMEAR** o servidor **HUMBERTO MACHADO FILHO**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação de Analista de Sistemas, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Tecnologia e Informações.

**Art. 2º** A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

**Art. 3º** Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente  
 Deputado Dagomar Carneiro - Secretário  
 Deputado Valmir Comin - Secretário  
 \*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 227, de 26 de março de 2010**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e Ss. da Lei 6.745/85,*

**Art. 1º NOMEAR** a servidora **JULIANA ELENA BASSETTI**, aprovada e classificada no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Operador de Estúdio e Rádio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Comunicação Social.

**Art. 2º** A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

**Art. 3º** Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente  
 Deputado Dagomar Carneiro - Secretário  
 Deputado Valmir Comin - Secretário  
 \*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 228, de 26 de março de 2010**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,*

**Art. 1º NOMEAR** o servidor **JUSSIE SEDREZ CHAVES**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Operador de Estúdio e Rádio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Comunicação Social.

**Art. 2º** A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

**Art. 3º** Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 229, de 26 de março de 2010**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,*

**Art. 1º NOMEAR** a servidora **LISANDREA CRISTINA DA COSTA**, matrícula nº 4358, aprovada e classificada no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação de Jornalista, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Comunicação Social.

**Art. 2º** A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

**Art. 3º** Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 230, de 26 de março de 2010**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,*

**Art. 1º NOMEAR** a servidora **PATRICIA SCHNEIDER DE AMORIM**, aprovada e classificada no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação de Jornalista, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Comunicação Social.

**Art. 2º** A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

**Art. 3º** Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 231, de 26 de março de 2010**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,*

**Art. 1º NOMEAR** o servidor **GABRIEL SCHRAMM SZENESZI**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de

Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Operador de TV, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Comunicação Social.

**Art. 2º** A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

**Art. 3º** Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Moacir Sopesla - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 232, de 26 de março de 2010**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,*

**Art. 1º NOMEAR** a servidora **RENATA ROSENIR DA CUNHA**, aprovada e classificada no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na CGP - Coordenadoria de Eventos.

**Art. 2º** A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

**Art. 3º** Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 233, de 26 de março de 2010**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,*

**Art. 1º NOMEAR** o servidor **RICARDO ALMEIDA**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico de Hardware, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Tecnologia e Informações.

**Art. 2º** A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

**Art. 3º** Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 234, de 26 de março de 2010**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0404/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

**ATRIBUIR** ao servidor **LEOBERTO BREGUE DANIEL**, matrícula nº 1468, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-42, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 10 de março de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 235, de 26 de março de 2010**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0437/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

**ATRIBUIR** ao servidor **NIVALDO CESAR SENES SANTOS**, matrícula nº 0962, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-44, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 15 de março de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente  
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 236, de 26 de março de 2010**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0452/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

**ATRIBUIR** ao servidor **GILMAR CARGNIN**, matrícula nº 2115, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-42, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 15 de março de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente  
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 237, de 26 de março de 2010**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 263/GABS/SPG,

RESOLVE: *com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e nas condições previstas no Termo de Convênio nº 08088/03-8, celebrado entre os Poderes Legislativo e Executivo, visando cooperação técnico-profissional recíproca de servidores,*

**CONSIDERAR PRORROGADO** até 31 de dezembro de 2010, os efeitos do Ato da Mesa nº 082, de 03 de março de 2009, que colocou à disposição da Secretaria de Estado do Planejamento, o servidor **EDUARDO BALDUINO MACHRY**, matrícula nº 0840.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente  
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 238, de 26 de março de 2010**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0361/2010,

RESOLVE: *com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,*

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, ao servidor **CARLITO CARDOSO DA SILVA**, matrícula nº 0928, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-46, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei, a partir de 05 de março de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente  
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## ATOS DA MESA DL

**ATO DA MESA Nº 011-DL, de 2010**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Kennedy Nunes para ausentar-se do País, no período de 28 de março a 02 de abril de 2010, a fim de acompanhar a comitiva do Governador do Estado em viagem oficial ao Japão, para assinatura do Loan Agreement, referente ao projeto Programa de Saneamento Ambiental do Estado de Santa Catarina.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 25 de março de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário  
Deputado Valmir Comin - 3º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 012-DL, de 2010**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Jorginho Mello para ausentar-se do País, no período de 28 de março a 04 de abril de 2010, em missão oficial à cidade de New York, Estados Unidos da América.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 25 de março de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário  
Deputado Valmir Comin - 3º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 013-DL, de 2010**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização a Senhora Deputada Ada Faraco De Luca para ausentar-se do País, no período de 29 de março a 08 de abril de 2010, com destino a cidade de Miami, Estados Unidos da América.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 26 de março de 2010

Deputado Jailson Lima - Presidente, e.e.  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

**ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.**

Às nove horas do dia dezesseis de março de dois mil e dez, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Marcos Vieira, Antonio Aguiar, Sargento Amauri Soares, Dirceu Dresch, Ismael dos Santos substituindo Darci de Mattos, Elizeu de Mattos e Décio Góes. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação a Ata da 2ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade, em seguida foram aprovados os seguintes Requerimentos de Audiência Pública: em Florianópolis, no dia 24 de março de 2010, às 9h:00 hs, para discussão do Plano de Demissão Incentivada -PDI- da CELESC e em Campos Novos, no dia 09 de abril de 2010, às 19h:00 para discussão do aumentos dos índices de violência. Após passou a palavra aos Deputados para relatar as matérias em pauta. O **Deputado Décio Góes**, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0362.2/10, exarando parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 05.6/10,

exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Elizeu Mattos** relatou o Projeto de Lei nº 0044.8/09, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Ismael dos Santos** relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0600.8/09, exarando parecer pela aprovação com Emenda Modificativa, que posto em discussão, foi cedido para vista em Gabinete ao Deputado Décio Góes; o Projeto de Lei 060.8/09, exarando parecer pela diligência externa, que posto em discussão, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0302.1/09, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação foi aprovado por maioria. O **Deputado Antônio Aguiar** relatou o Projeto de Lei nº 031.8/10, exarando parecer pela aprovação com Emenda Substitutiva Global, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Dirceu Dresch** relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 602.0/09, exarando parecer pela diligência externa, que posto em discussão foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 549.0/09, exarando parecer pela diligência externa, que posto em discussão foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Marcos Vieira** relatou o Projeto de Lei nº 0028.2/10, exarando parecer pela aprovação com emenda Substitutiva Global, que posto em discussão foi cedido para vista em Gabinete ao Deputado Antônio Aguiar. O **Deputado Sargento Amauri Soares** relatou

as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 382.6/09, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade e o Projetos de Lei nº 002.3.10 e 003.4/10, exarando pareceres pela diligência que colocados em discussão e votação foram aprovados por unanimidade. O Deputado Joares Ponticelli relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs 605.2/09 e 488.4/09, exarando pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; os Projetos de Lei nºs 495.3/09 e 0383.7/09, exarando pareceres pela rejeição, que colocados em discussão e votação foram aprovados por maioria e o Projeto de Lei nº 0482.9/09, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Romildo Titon** relatou as seguintes matérias: os Projetos de Lei nºs 002.9/10; 0001.2/10; 0487.3/09; 628.9/09 e 049.7/10, exarando pareceres favoráveis com Emendas Modificativas, que colocadas em discussão e votação foram aprovadas por unanimidade; os Projetos de Lei nºs 021.6/010 e 020.5/10, exarando pareceres favoráveis com Emendas Substitutivas, que colocados em discussão e votação foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº 052.2/10, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei nºs 623.4/09, 013.6/10, 033.0/10, 611.0/09, 625.6/09, 032.9/10, 620.1/09 e 034.0/10, exarando pareceres pela diligência, que colocados em discussão, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0532.2/07, 0129.6/09, 0518/09, exarando pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei 0058.8/08, exarando parecer favorável com emenda Substitutiva Global, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei 0333.8/09, exarando parecer favorável com Emenda Modificativa; o Projeto de Lei nº 0406.8/09, exarando parecer favorável com Emenda Aditiva e Emendas Modificativas, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Emenda Constitucional nº 0001.0/10, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; a Mensagem de Veto nº 01515/10, exarando parecer pela admissibilidade, que colocada em discussão, foi cedido para vista em Gabinete ao Deputado Décio Góes; as Mensagens de Veto nº 01363/09; 01401/09, 01402/09, 01403/09, 1405/09, 01494/10, 01495/10, 01496/20, 1497/10, 01503/10, 01507/10, 01508/10, exarando pareceres pela admissibilidade, que colocadas em discussão e votação foram aprovadas por maioria. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Roberio de Souza, Chefe de Secretaria, lavei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 16 de março de 2010  
Deputado Romildo Titon  
Presidente  
\*\*\* X X X \*\*\*

## AVISOS DE LICITAÇÃO

### AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2010

**OBJETO: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 45 (QUARENTA E CINCO) SISTEMAS DE DRENAGENS, DESTINADOS A INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO NA ALESC.**

**DATA:** 09/04/2010 - **HORA:** 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 05 de abril de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)). Florianópolis, 26 de março de 2010.

Lonarte Sperling Veloso  
Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

### AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2010

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CAFÉ COM ENTREGA MENSAL PROGRAMADA.**

**DATA:** 26/03/2010 - **HORA:** 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documen-

tal e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 26 de março de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)).

Florianópolis, 19 de março de 2010.

Lonarte Sperling Veloso  
Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

## EXTRATOS

### EXTRATO Nº 040/2010

REFERENTE: 06º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 014/2006-00.  
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
CONTRATADA: Associação Florianopolitana e Voluntários-AFLOV  
OBJETO: Reajuste contratual previsto no termo original, reconhecendo o incremento de 4,5923% (quatro vírgula cinquenta e nove vinte e três por cento) correspondente à variação do IPCA/IBGE apurado no período de fevereiro de 2009 a janeiro/2010, com eficácia a partir da competência fevereiro/2010, inclusive, passando o valor mensal do contrato de R\$ 9.272,60 (nove mil duzentos e setenta e dois reais e sessenta centavos) para R\$ 9.698,43 (nove mil seiscentos e noventa e oito reais e quarenta e três centavos) e, o valor anual, para R\$ 115.954,87 (cento e quinze mil novecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e sete centavos).

VALOR MENSAL: R\$9.698,43 (nove mil seiscentos e noventa e oito reais e quarenta e três centavos).

VALOR ANUAL: R\$ 115.954,87 (cento e quinze mil novecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e sete centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93; Cláusula Quarta, Item 4 do Contrato original; e, Autorização Administrativa Florianópolis, 25 de março de 2010.

Deputado Gelson Merísio - Presidente ALESC  
Rosemari Bartuchski Berger - Diretora-Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

### Extrato Nº 041/2010

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação CL n.º 001/2010 celebrado em 26/03/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
CONTRATADA: C. A. ZONATO FANTE

OBJETO: Contratação da micro e pequena empresa C.A Zonato Fante para que, através da mesma, a professora e consultora Cleodilice Aparecida Zonato Fante ministre 12 (doze) palestras em 12 diferentes municípios do Estado de Santa Catarina com o tema "BULLYING ESCOLAR", a qual terá uma duração aproximada de 1h30min de exposição acrescida de outros 30 (trinta) minutos para o questionamento público.

VALOR GLOBAL: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.22 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, incisos II, III e § 1º da Lei 8.666/93 e Processo Licitatório nº 0011/2010-LIC.

Florianópolis, 26 de março de 2010.

Deputado Gelson Merísio - Presidente ALESC

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIOS

### OFÍCIO Nº 013/10

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício TC/AUDI- 0-09/2010 Florianópolis, 22 de março de 2010  
Exmo. Sr.

Deputado GELSON MERÍSIO

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310

88020-900 - Florianópolis-SC

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Vossa Excelência, em conformidade com o disposto o artigo 59, § 4º da Constituição Estadual, artigo 112, parágrafo único da Lei Complementar nº 202/2000 e artigo 296 da Resolução Nº TC 06/2001, *Balanco Orçamentário de 2009 do TCE* e o Balanço Geral de de 2009 da Auditoria Interna.

Os procedimentos descritos nos documentos em anexo tendem a demonstrar a política deste Tribunal de disponibilizar, com transparência e solicitude, todas as informações necessárias, de modo a fazer cumprir o que determina a Constituição Estadual.

Colocamo-nos à disposição de Vossa Excelência e das Comissões Legais da nobre Corte Legislativa do Estado para quaisquer outros esclarecimentos que se mostrassem necessários.

Ao ensejo, renovo meus protestos de estima e consideração.

**Otávio José Bolsoni**  
Coordenador

Lido no Expediente  
Sessão de 24/03/10

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 014/10**

Araquari, 23 de fevereiro de 2010.  
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Palácio Barriga Verde  
Rua Dr. Jorge Luiz Fontes, 310 - Centro  
88020-900 Florianópolis - SC

Prezados Senhores

Estamos encaminhando para apreciação cópia do BALANÇO PATRIMONIAL, DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS, DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, NOTAS EXPLICATIVAS E RELATORIO DE ATIVIDADES realizadas no ano de 2009.

Atenciosamente

Valério Walber

Presidente

Teresinha de Jesus Martins

Secretária

Anexos: Balanço Patrimonial

Demonstração das origens e Aplicações de Recursos

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Notas Explicativas e Relatórios de Atividades

Lido no Expediente

Sessão de 24/03/10

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 015/10**

**EXMO.SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

Rua Doutor Jorge Luz Fontes 310

Centro

Florianópolis - SC CEP 88020900

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO - 12º REGIÃO

1ª VARA DO TRABALHO DE JOINVILLE/SC

Ofício 941/10

Em 01 de março de 2010

Referências:

Processo: **RT 04641-2007-004-12-00-8**

Autor (a): **Jean Carlos da Silva Kruger**

Réu: **Administração do Porto de São Francisco do Sul**

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Encaminho a Vossa Excelência cópia do acórdão exarado nos autos em referência, para seu conhecimento e tomada das providências que entender cabíveis.

Atenciosamente,

**SERGIO MASSARONI**

JUIZ DO TRABALHO

Lido no Expediente

Sessão de 24/03/10

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 016/10**

**EXMO. SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

Rua Doutor Jorge Luz Fontes 310

Centro

Florianópolis - SC CEP 88020900

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO - 12º REGIÃO

1ª VARA DO TRABALHO DE JOINVILLE/SC

Ofício 817/10

Em 24 de fevereiro de 2010

Referências:

Processo: **RT 05814-2007-004-12-00-5**

Autor (a): **Rainilda Maria Lino Sebastião**

Réu: **Estado de Santa Catarina**

CNPJ: 80.460.835/0001-63

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

De ordem do Excelentíssimo Juiz desta Vara do Trabalho encaminho a Vossa Excelência cópia do acórdão exarado nos autos em referência, para seu conhecimento e tomada das providências que entender cabíveis.

Atenciosamente,

**LEONARDO RODRIGUES ITACARAMBY BESSA**

JUIZ DO TRABALHO

Lido no Expediente

Sessão de 24/03/10

\*\*\* X X X \*\*\*

**GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

Florianópolis, 25 de março de 2010

Excelentíssimo Senhor

Deputado Estadual **GELSON MERÍSIO**

DD. Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Senhor Presidente,

Conforme já enunciado, renuncio, nesta data, ao cargo de Governador do Estado, para o qual fui honrado, duas vezes, pelo povo catarinense.

Faço-o para cumprir a palavra que dei ao PSDB e ao, então, Senador da República, Leonel Pavan. Faço-o, também, para atender ao imperativo da lei eleitoral e, para que o Governador ora empossando possa assinar, em Tóquio, como titular do cargo, o contrato de financiamento de 400 milhões de reais, que ampliará pérea 80% a população atendida com estações de tratamento e rede coletora de esgoto.

Esse empréstimo, ofertado pela agência japonesa de desenvolvimento, JAICA, precisa ser assinado antes do término do ano fiscal japonês, que se encerra no dia 31 de março.

Faço-o, também, como homenagem, a esse Poder, oferecendo a Vossa Excelência a condição de assumir a mais alta magistratura do Estado, antes do prazo de desincompatibilização.

Agradecendo aos Deputados integrantes dessa Casa, pela parceria construtiva, ativa e independente, que realizamos com esse Poder, envio as minhas mais respeitadas saudações.

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 25/03/10

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIAS

**PORTARIA Nº 340, de 26 de março de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **ROSSANA MARIA BORGES ESPEZIN**, matrícula nº 5280, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2010 (Deputado Jean Kuhlmann).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 341, de 26 de março de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **GUTIERES BARON**, matrícula nº 5361, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2010 (Deputado Marcos Vieira).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 342, de 26 de março de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **MARIANGELA DAL-BO LAPOLLI**, matrícula nº 3176, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2010 (Gab Dep Ada Faraco De Luca).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 343, de 26 de março de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MARIANGELA DAL-BO LAPOLLI, matrícula nº 3176, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2010 (Gab Dep Ada Faraco De Luca).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 344, de 26 de março de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora DAIANE APARECIDA DE SOUZA PISKE, matrícula nº 5620, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-28, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2010 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 345, de 26 de março de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR DAIANE APARECIDA DE SOUZA PISKE, matrícula nº 5620, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de abril de 2010 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 346, de 26 de março de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora ODAIR MACHADO DE FRANÇA, matrícula nº 0388, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia da Seção de Controle de Processos e Movimentação de Servidores, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, ANA MARIA DE QUEIROZ GARCIA, que se encontra em fruição de licença-prêmio por sessenta dias, a contar de 01 de abril de 2010 (DRH - Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 347, de 26 de março de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art.154, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

SUBSTITUIR a pedido o servidor CELIO CESAR DA SILVA, matrícula nº 0844, pela servidora NADIA MAKHOUL NEVES, matrícula nº 1609, para fazer parte da Comissão de Sindicância constituída pela Portaria nº 318, de 16 de março de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 348, de 26 de março de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora NADIA MAKHOUL NEVES, matrícula nº 1609, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função Chefia da Seção de Atendimento ao Plano de Saúde, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, JOSÉ CARLOS CARVALHO COOK, que se encontra em fruição de férias por sessenta dias, a contar de 01 de março de 2010 (Diretoria de Recursos Humanos).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 349, de 26 de março de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora CAMILA SARTORI VELOSO ABREU, matrícula nº 4998, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de abril de 2010 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 350, de 26 de março de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MARIANA BALBI ABREU, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Valmir Francisco Comin).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 351, de 26 de março de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1580	Rosevalda Correia	15	24/03/10	0543/10
4405	Eduardo Delvalhos dos Santos	08	23/03/10	0544/10

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 352, de 26 de março de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0545/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família a servidora WANDA MARIA NUNES, matrícula nº 1115, por 14 (quatorze) dias, a contar de 21 de março de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI**

**PROJETO DE LEI Nº 061/10**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de informar aos consumidores sobre os ingredientes utilizados no preparo dos alimentos fornecidos por restaurantes comerciais, estabelecidos no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1º Ficam os estabelecimentos do tipo restaurantes comerciais, estabelecidos no Estado, que trabalham com os serviços de *buffet, self-service, rotisserie* ou *à la carte*, obrigados a fornecer informações sobre os ingredientes utilizados no preparo dos alimentos oferecidos aos consumidores, mediante o seguinte critério:

I - todos os alimentos comercializados serão identificados com o nome e informações sobre os ingredientes usados no seu preparo;

II - as informações serão disponibilizadas em tabelas afixadas na entrada do estabelecimento e em cardápios ou impressos fornecidos aos consumidores;

III - as informações e impressos deverão reportar-se a cada produto comercializado ou preparado no próprio estabelecimento, que não disponha de embalagem própria; e

IV - além da indicação dos ingredientes industrializados e *in natura* utilizados na composição e preparo dos alimentos, as informações de que trata o *caput* devem mencionar os que contêm glúten, lactose e açúcar em sua composição.

Art. 2º Os estabelecimentos comerciais que trabalham com serviços de *buffet*, *self-service* ou *rotisserie* devem utilizar sistema de identificação individual no local de exposição dos alimentos.

Art. 3º Os estabelecimentos comerciais de que trata a presente Lei terão o prazo de cento e oitenta dias, a contar da sua publicação, para se adequarem ao cumprimento do preceito nela contido.

Art. 4º O descumprimento desta Lei acarretará multa.

§ 1º O valor da multa por descumprimento será de R\$ 500,00 (quinhentos reais), dobrado a cada reincidência.

§ 2º O valor da multa referido no parágrafo anterior será reajustado anualmente com base na variação do Índice Geral de Preço de Mercado - IGPM/FGV, ou por índice que vier a substituí-lo.

§ 3º O destino dos recursos resultante da arrecadação das multas será definido na regulamentação da presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Narcizo Parisotto

Lido no Expediente  
Sessão de 24/03/10

#### JUSTIFICATIVA

Fontes de pesquisa indicam significativo crescimento do volume de consumidores que adotam a alimentação fora do domicílio, tendência que vem-se confirmando principalmente entre a população residente nas grandes e médias cidades.

Sabe-se que grande número desses consumidores apresenta reações de intolerância a diversos produtos alimentares: os alérgicos alimentares. Existem os que apresentam intolerância à lactose, ao glúten, ao açúcar e a outros ingredientes que, para alguns, representam risco à saúde.

Para esses consumidores, a escolha dos alimentos tornou-se questão complexa e as informações sobre os ingredientes utilizados no preparo dos alimentos tornam-se imprescindíveis, além de preencher lacuna legislativa importante, vez que poucos restaurantes comerciais se preocupam com o assunto.

É de registrar-se o **ineditismo da proposta no nível nacional**, pois nenhuma norma específica sobre o tema foi encontrada nas pesquisas preliminares realizadas nos bancos de dados de legislação federal e estaduais.

Foi encontrada legislação que trata da obrigatoriedade de prestar informações **nutricionais** nas embalagens, Lei nº 1.939, de 30 de dezembro de 1991, vigente no Estado do Rio de Janeiro, seguindo tendência já prevista no Regulamento Técnico sobre Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados, editado pela Anvisa, Resolução nº 359, de 2003, e no mesmo Estado, legislação similar, Lei nº 4.933, de 20 de dezembro de 2006, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestar a informação **nutricional de produtos fabricados nos próprios estabelecimentos comerciais, vendidos sem embalagem própria**". Portanto, sem a previsão de conter informações sobre os ingredientes utilizados na preparação dos alimentos comercializados sem embalagens.

Neste sentido, apresento esta proposição, para a qual guardo expectativa de aprovação pelos demais Parlamentares, na convicção de prestarmos nossa fundamental contribuição para a melhora da qualidade de vida das pessoas.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 062/10

Proíbe a realização de trotes nos estabelecimentos educacionais públicos e privados e dá outras providências.

Art. 1º Fica proibida a realização de trotes, por parte do corpo discente de estabelecimentos educacionais públicos e privados, na recepção de novos alunos.

Art. 2º Considera-se trote, para os fins desta lei, dentre outras práticas, condutas que:

I - ofendam a integridade física, moral e psicológica dos novos estudantes;

II - importem constrangimento aos novos alunos do estabelecimento de ensino;

III - exponham, de forma vexatória, os novos integrantes do corpo discente do estabelecimento de ensino;

IV - impliquem pedido de doação de bens ou dinheiro pelos novos alunos.

Art. 3º A não observância ao disposto no art. 1º desta lei sujeitará os responsáveis pela realização do trote às seguintes sanções:

I - multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) à R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

II - suspensão das atividades letivas do aluno pelo prazo de seis meses a um ano;

III - cancelamento da matrícula junto ao estabelecimento educacional.

§ 1º - As sanções previstas neste artigo serão julgadas por comissão especial, formada por 03 (três) membros do corpo docente e 02 (dois) membros do corpo discente. Caberá a aplicação das mesmas ao estabelecimento educacional onde se encontram matriculados os responsáveis pela prática ilegal.

§ 2º - No início de cada ano letivo, os estabelecimentos de ensino farão campanhas de esclarecimento quanto as vedações constantes desta lei.

§ 3º - Os valores arrecadados pela aplicação de sanção pecuniária serão destinados às campanhas previstas no parágrafo anterior, vedando-se sua utilização para outro fim.

§ 4º - Os pais do autor de atos proibidos por esta lei são solidariamente responsáveis pela multa aplicada, salvo se restar comprovada a independência financeira do aluno.

§ 5º - Enquanto não for paga a multa aplicada, o aluno não receberá o diploma de conclusão do respectivo curso.

§ 6º - As sanções previstas nesta lei poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, de acordo com a gravidade dos atos praticados.

Art. 4º Será admitido, nos estabelecimentos educacionais, o trote cidadão, consistente na recepção de novos alunos com a prática de atos de cidadania, desde que em conformidade com o cronograma de atividades e diversões estabelecido por comissão formada por cinco membros do corpo docente e três membros do corpo discente, do respectivo estabelecimento.

Parágrafo único - A omissão do estabelecimento educacional em criar a comissão referida no "caput" e estabelecer o respectivo cronograma de atividades, implicará responsabilidade solidária do próprio estabelecimento e seu dirigente máximo, por eventuais danos morais e materiais praticados nos atos de recepção aos novos membros do corpo discente, ocorrido em área interna ou externa do referido estabelecimento.

Art. 5º Para o custeio das atividades definidas nos moldes do art. 3º desta Lei, o estabelecimento educacional poderá firmar parcerias com pessoas físicas ou jurídicas.

Parágrafo único - É vedado firmar parcerias com pessoas físicas ou jurídicas que façam divulgar qualquer promoção de produtos alcoólicos, tabagistas, medicamentosos ou que desenvolvam atividades de cunho partidário ou eleitoral.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Marcos Vieira

Lido no Expediente  
Sessão de 24/03/10

#### JUSTIFICATIVA

As manchetes nacionais e estaduais têm levado ao conhecimento da sociedade brasileira os atos de violência e selvageria praticados por universitários contra os calouros que estão ingressando na Universidade. Os conhecidos "trotes" tomaram uma proporção violenta com lesões corporais de natureza grave e em alguns casos levando à morte, deixando de ser uma saudável brincadeira, realizada com os novos alunos, para se transformarem em inaceitáveis atos de violência com consequências irreparáveis.

A sociedade catarinense precisa dar uma resposta imediata a essa nova realidade, criando mecanismos institucionais que venham a nortear a referida prática, salvaguardando a integridade física dos calouros universitários de Santa Catarina. A cada início de ano letivo, a sociedade brasileira se depara com atos atrozes praticados por "veteranos" de universidades públicas e privadas de nosso país.

A regulamentação da prática do trote, portanto, é premente, cabendo a esta Casa deliberar sobre o assunto com a devida urgência.

Registre-se, por oportuno, que o trote consistente na realização de atividades cidadãs ou diversões saudáveis continuam a ser admitidas, desde que em conformidade com o cronograma definido pelos estabelecimentos educacionais.

Isto posto, espero contar com a sensibilidade dos Senhores Deputados que integram este Poder para a sua aprovação.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 063/10

Estabelece exigências para provimento de cargos de jornalista no âmbito da administração pública estadual direta e indireta.

Art. 1º O provimento de cargos de jornalista, efetivos ou em comissão, na esfera da administração pública estadual, direta e indireta, em todos os poderes, deverá observar a exigência de apresentação de diploma de formação superior específica.

Parágrafo único: Aplica-se o disposto no caput deste artigo à designação de funções gratificadas com atribuições definidas de chefia de imprensa.

Art. 2º Esta Lei poderá ser regulamentada para sua aplicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Sala de Sessões,  
Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente  
Sessão de 24/03/10

#### JUSTIFICATIVA

Essa proposta tende a tornar obrigatório o diploma de curso superior para atuar na atividade de jornalista na esfera pública estadual, com objetivo de tornar o profissional da área mais qualificado.

Sabe-se que muitas empresas e até o poder público têm aceitado funcionários para trabalhar como jornalista sem ter o curso superior na área. O curso superior tem a finalidade de qualificar a pessoa, através da doutrina, regramentos e dicas reconhecidamente aceitos e testados. Esse ensino forma um profissional completo, trazendo mais rendimento para o trabalho.

Diante do exposto, este presente projeto visa dar mais profissionalismo aos cargos públicos de jornalismo do Estado de Santa Catarina, dando reconhecimento as pessoas que buscam crescer profissionalmente através do conhecimento.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 064/10

#### ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 1523

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da SC, o projeto de lei que "Autoriza a SC Parcerias S/A a implementar o Projeto Complexo Intermodal Catarinense e estabelece outras providências".

Florianópolis, 24 de março de 2010.

**LUIS HENRIQUE DA SILVEIRA**  
Governador do Estado

Lido no Expediente  
Sessão de 25/03/10

SC PARCERIAS Florianópolis, 18 de março de 2010.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado  
SR. LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA  
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS n.º 003/2010

Senhor Governador,

1. Com os nossos cumprimentos, e com fulcro nas competências legais da empresa, vimos propor a Vossa Excelência o encaminhamento do projeto de lei à Assembléia Legislativa do Estado pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

2. Acompanhando as recentes ações que são empreendidas por diversos governos e instituições com vista à atração de novos empreendimentos insiduais e turísticos, pode-se perceber a importância estratégica que os investidores dispensam a existência de uma infra-estrutura de transportes adequada e localizada na imediação de seus investimentos, que esteja em condições de operar com um alto grau de confiabilidade e regularidade.

3. Nesse sentido, ganha força o conceito denominado "Complexo Intermodal". Entende-se por complexo intermodal um sítio que congregue múltiplas opções de transporte e logística tanto de cargas como de passageiros. O ideal é bucar a possibilidade de intermodalidade e multimodalidade com:

- Acesso rodoviário privilegiado;
- Complexo industrial multidisciplinar em um único sítio;
- Terminal logístico para armazenamento de cargas;
- Terminal ferroviário com ligação aos portos da região;
- Terminal marítimo para cargas e passageiros;
- Terminal aeroportuário para cargas e passageiros;
- Zona de processamento de exportação - ZPE;
- Outras obras de infra-estrutura necessárias.

4. Hoje, o Estado de Santa Catarina não possui nenhuma estrutura semelhante à descrita acima, razão que levou a SC Parcerias S.A. a realizar estudos de plataformas logísticas, nos termos que fora definido pelo Master Plan do Estado de 2005. Cumprindo com o planejado, a SC Parcerias S/A contratou empresa especializada para analisar qual seria a melhor localização para a instalação de um Complexo Intermodal no território catarinense.

5. Os estudos técnicos apontaram para a região norte do Estado, a qual concentra grande parte da atividade econômica catarinense. O sítio escolhido fica na comunidade "Rainha", entre os Municípios de Araquari e Balneário Barra do Sul. Em reforço aos apontamentos do estudo contratado pela SC Parcerias, a ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - elaborou levantamento de possíveis áreas para a instalação de novos portos, o qual concluiu pela possibilidade de se instalar um porto nos arredores do Complexo Intermodal.

6. No intuito viabilizar a implantação do Complexo Intermodal, é de sua importância que a SC Parcerias possa conduzir o processo, seja efetuado os estudos necessários, seja respaldando os atos de declaração de utilidade pública da área. Há que se salientar que o orçamento de investimentos da SC Parcerias prevê recursos necessários para o pagamento das desapropriações e para a realização de estudos técnicos relativos ao Complexo Intermodal Catarinense.

7. Diante do exposto, contamos com a habitual atenção de V. Excelência na apreciação e posterior encaminhamento do anteprojeto de Lei à Casa Legislativa.

Atenciosamente,  
Ivo Carminati  
Diretor Presidente  
SC Parcerias S/A  
Ricardo Stodieck  
Diretor Técnico  
SC Parceria S/A

#### PROJETO DE LEI Nº 064/10

Autoriza a SC Parcerias S/A a implementar o Projeto Complexo Intermodal Catarinense e estabelece outras providências.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Estado de Santa Catarina, por intermédio da SC Parcerias S/A, autorizado a implementar o Projeto Complexo Intermodal Catarinense.

Art. 2º O Complexo Intermodal Catarinense é um sítio que congrega múltiplas opções de transporte e logística, tanto de cargas como de passageiros.

Parágrafo único. O Complexo Intermodal Catarinense poderá congrega:

- I - acesso rodoviário privilegiado;
- II - complexo industrial multidisciplinar;
- III - terminal logístico para armazenamento de cargas;
- IV - terminal ferroviário com ligação aos portos da região;
- V - terminal marítimo para cargas e passageiros;
- VI - zona de processamento de exportação - ZPE;
- VII - terminal aeroaviário para cargas e passageiros; e
- VIII - outras obras de infra-estrutura necessárias.

Art. 3º Para a implantação do Complexo Intermodal Catarinense, a SC Parcerias S/A poderá desenvolver ou contratar os projetos de engenharia, de viabilidade técnico-econômica e ambiental, o plano de negócios, a construção e a supervisão das obras, além de explorar os serviços, diretamente ou em parcerias com empresas públicas ou privadas.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Estadual autorizado a declarar de utilidade pública para fins de aquisição por doação ou desapropriação pela SC Parcerias S.A., por via amigável ou judicial, os imóveis necessários à implantação do Complexo Intermodal Catarinense.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento de investimentos da SC Parcerias S/A.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

#### LUIS HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 065/2010

Altera o §1º do art. 3º da Lei nº 11.069, de 29 de dezembro de 1998, com redação dada pela Lei nº 15.120, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o controle da produção, comércio, uso, consumo, transporte e armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins no território do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º O §1º do art. 3º da Lei nº 11.069, de 29 de dezembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º [...]"

§ 1º É vedada, no Estado de Santa Catarina, a importação ou comercialização de substâncias agrotóxicas e biocidas em cujo país de origem o produtor, ou detentor do registro, não esteja com o registro da substância dentro do prazo de validade, devendo o produtor ou importador apresentar documento oficial probatório - por tradutor juramentado - sobre confirmação da vigência do registro no país de origem."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões  
Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente  
Sessão de 25/03/10

**JUSTIFICATIVA**

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa alterar o §1º do art.3º da Lei nº 11.069, de 29 de dezembro de 1998, com redação dada pela Lei nº 15.120, de 19 de janeiro de 2010.

Assim, possuir uma legislação que exija que o produto posua "a liberação da comercialização no país de origem" é incoerente e contraditório com as próprias orientações e apontamentos dos órgãos federais. Ainda existe outro ponto a ser levantado que é a restrição da variedade de ativos que podem ser utilizados em nosso Estado, ocasionando desta forma, em muitos casos, o aumento do custo da produção por parte de nossos produtores e, em alguns casos, até mesmo não ter outra opção de substância agrotóxica para ser aplicada na lavoura, gerando assim uma incerteza e fragilidade nos plantios em terras catarinenses, estando os mesmos entregues à própria sorte diante das intempéries naturais.

Nesse sentido, acredita-se que as substâncias agrotóxicas precisam ser reguladas por parte dos órgãos oficiais, bem como que as mesmas sigam protocolos internacionais, garantindo assim melhor custo e benefício entre o potencial de periculosidade e a segurança nos ambientes rural e urbano.

Neste afã, Excelências, solicito a acolhida da presente proposição, como medida de justiça.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR****PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 005/10**

Altera o art. 10 da Lei nº 6.218, de 1º de fevereiro de 1983.

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 6.218, de 1º de fevereiro de 1983, será acrescido dos §§ 1º e 2º com a seguinte redação:

"Art. 10 [...]

§ 1º O edital para concurso de ingresso nos quadros da Polícia Militar deverá estabelecer a obrigatoriedade de permanência do ingressante na carreira, na unidade para qual será designado.

§ 2º A remoção ou transferência de pessoal somente dar-se-á quando verificada, por dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a diminuição na densidade demográfica do município onde está instalada a unidade da Polícia Militar."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente

Sessão de 24/03/10

**JUSTIFICATIVA**

Não bastassem as dificuldades que a corporação policial militar enfrenta para o cumprimento de suas árduas tarefas, soma-se a elas a diminuição crescente de seu efetivo.

Este fato traz desconforto ao comando da instituição que deseja atender às demandas da comunidade catarinense, e maior desconforto àquelas comunidades que não estão sendo atendidas de forma adequada.

Um dos fatores que sem dúvida agrava este fenômeno é a constante movimentação de pessoal entre as unidades em todo o Estado, para atendimento de interesse da corporação, ou em larga medida para o atendimento do interesse do policial militar na ativa.

Muitas vezes o policial, com justiça, busca ajustar sua carreira na Polícia Militar com seus interesses familiares e, em virtude da flexibilidade existente devido à ausência de norma impositiva, a corporação acaba por atender ao interesse do policial, causando defasagem de pessoal nas unidades por todo o Estado, deixando a população desassistida.

Desta forma, proponho a presente modificação na Lei nº 6.218, de 1983, incluindo dispositivo que preenche a lacuna atualmente existente, não deixando margem para outra interpretação, que não seja a do cumprimento do serviço efetivo, na unidade em que o policial militar será incorporado.

Para tanto, peço o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a medida ora proposta, atendendo assim a um anseio da sociedade catarinense e permitindo maior segurança jurídica.

**LEI Nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983**

Procedência - Governamental

Natureza - PL - 17/83

DO: 12.152 de 11/02/83

Alterada parcialmente pelas Leis: 6.746/86; 6.977/87; 7074/87; 6941/84; 7160/87; 74/93; 130/94; 13357/05; 13569/05; LC 333/06; LC 364/06; LC 370/07; LC 378/07; LC 384/07; LC 385/07; LC 417/08

\*Ver Leis: 6462/84; 6703/85; LC 172/98; 13385/05; LC 412/08

\*Revogada parcialmente pelas LCs 74/93 (incisos VI, VII e § 3º e 4º do art. 105); 417/08 (o inciso VI e §§ 8º, 9º, 10, 11, 12 e 13 do art. 62 e inciso V e §§ 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 11 do art. 82)

\*Regulamentação Decreto: 1491/92; 2908/92; 4505/94 5097/94

Fonte - ALESC/Div. Documentação (afc)

Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado, que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**TÍTULO I**

Do Ingresso, Hierarquia, Disciplina, Cargo e Função Policial

Militar.

**CAPÍTULO I**

Das Disposições Introdutórias

Art. 1º O presente Estatuto, regula as obrigações, os deveres, os direitos, as prerrogativas e situações dos policiais-militares do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A Polícia Militar, subordinada operacionalmente ao Secretário de Segurança e Informações, é uma instituição permanente, organizada com base na hierarquia e disciplina, destinada à manutenção da ordem pública, na área do Estado, sendo considerada força auxiliar, Reserva do Exército.

Art. 3º Os integrantes da Polícia Militar do Estado em razão da destinação constitucional da Corporação e em decorrência da leis vigentes, constituem uma categoria especial, de servidores públicos estaduais e são denominados policiais-militares.

§ 1º Os policiais-militares encontram-se em uma das seguintes situações:

**I - NA ATIVA**

a) - Os Policiais-Militares de carreira;

b) Os incluídos na Polícia Militar voluntariamente, durante os prazos a que obrigarem a servir;

c) Os componentes da reserva remunerada, quando convocados;

d) Os alunos de órgãos de formação de policiais-militares.

**II - NA INATIVIDADE**

a) Na reserva remunerada, quando pertencentes à reserva da Corporação e percebem remuneração do Estado, porém sujeitos, ainda, à prestação de serviço na ativa, mediante convocação;

b) Reformado, quando tendo passado por uma das situações anteriores, estão dispensados, definitivamente da prestação de serviço na ativa, mas continuam a perceber remuneração do Estado.

§ 2º Os policiais-militares da carreira são os que, no desempenho voluntário e permanente do serviço policial-militar, têm vitaliciedade assegurada ou presumida.

Art. 4º O serviço policial-militar consiste no exercício de atividades inerentes à Polícia Militar e compreende todos os encargos previstos na legislação específica, relacionados com a manutenção da ordem pública.

Art. 5º A carreira policial-militar é caracterizada por atividade continuada e inteiramente devotada às finalidades da Polícia Militar, denominada atividade policial-militar.

Parágrafo único. A carreira Policial-Militar é privativa do pessoal da ativa, tem início com o ingresso da Polícia-Militar e obedece à seqüência de graus hierárquicos.

Art. 6º A carreira de Oficial da Polícia Militar é privativa de Brasileiro Nato.

Art. 7º São equivalentes as expressões "na ativa", "em atividade", "em serviço ativo", conferidas aos policiais-militares no desempenho de cargo, comissão, encargo incumbência ou missão, serviço ou atividade policial-militar, nas organizações policiais-militares bem como em outros órgãos do Estado, quando previstos em Lei ou regulamento.

Art. 8º A condição jurídica dos policiais-militares é definida pelos dispositivos constitucionais que lhes forem aplicáveis por este Estatuto e pela legislação que lhes outorgam direitos e prerrogativas e lhes impõem deveres e obrigações.

Art. 9º O disposto neste Estatuto aplica-se, no que couber, aos policiais-militares da reserva remunerada e aos capelães policiais-militares.

**CAPÍTULO II**

Do ingresso na polícia Militar

Art. 10. O ingresso na Polícia militar, ressalvado o previsto no art. 5º, é facultado a todos os brasileiros, sem distinção de raça ou de crença religiosa, mediante inclusão, matrícula ou nomeação, cumpridas as condições previstas em Lei, complementadas por regulamentos, normas e instruções.

Art. 11. Para o ingresso na Polícia Militar e matrícula nos estabelecimentos de ensino policial-militar destinados à formação de Oficiais e Graduados, além das condições relativas a nacionalidade, idade, aptidão intelectual e psicológica, capacidade física e idoneidade moral, é necessário que o candidato não exerça, e nem tenha exercido atividades prejudiciais ou perigosas à segurança Nacional.

Art. 12. O ingresso nos Quadros de Oficiais, em que à exigido o diploma de estabelecimento de ensino superior reconhecido pelo Governo Federal, far-se-á através de concurso público, de acordo com o disposto nos arts. 10 e 11 desta lei, reservando-se aos integrantes dos quadros efetivos da corporação, 30% (trinta por cento) das vagas existentes.

Art. 13. O ingresso na Polícia Militar no quadro das praças dar-se-á na graduação de soldado PM 3ª classe (C1).

\*\*\* X X X \*\*\*

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 006/10**

Ofício n. 317/2010 - GP Florianópolis, 18 de março de 2010.

Exmo. Sr.

GELSON MERÍSIO

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Nesta

Assunto: **Processo Administrativo n. 305819-2008.0**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, Anteprojeto de Lei Complementar que "Reposiciona e cria cargos, altera denominação de categorias funcionais no quadro de pessoal do Poder Judiciário e dá outras providências", aprovada pelo Tribunal Pleno desta Corte, na sessão de 17 de março do corrente, acompanhado da respectiva justificativa.

Cordialmente,

Trindade dos Santos

PRESIDENTE

Lido no Expediente

Sessão de 24/03/10

**DECLARAÇÃO**

DECLARO, para fins de instrução de processo legislativo destinado ao reposicionamento e criação de cargos públicos, que existam disponibilidade orçamentária e financeira para efetivação das despesas decorrentes da proposição no presente exercício e nos dois subsequentes, consoante apontado no Processo Administrativo n. 305819-2008.0 e seus apensos.

Florianópolis, 18 de março de 2010.

Trindade dos Santos

PRESIDENTE

Sergio Galliza

DIRETOR GERAL ADMINISTRATIVO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR PLC/0006.2/2010

Reposiciona e cria cargos, altera denominação de categorias funcionais no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário e dá outras providências.

O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes do Estado de Santa Catarina que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A categoria funcional de Assistente Judiciário do Grupo Ocupacional Direção e Assessoramento Superior - DASU, do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, fica posicionada no nível 3, coeficiente 3,5499 da Tabela de Vencimentos do Pessoal do Poder Judiciário, passando a denominar-se Assessor Jurídico.

Art. 2º Ficam criados e incluídos no Anexo V da Lei Complementar n. 90, 1º de julho de 1993, no Grupo Ocupacional Direção e Assessoramento Superior - DASU, 50 (cinquenta) cargos de Assessor Jurídico, nível 3, coeficiente 3,5499.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 4º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

Honra-me submeter à apreciação dessa Assembléia Legislativa o anexo projeto de Lei Complementar, devidamente aprovado pelo egrégio Tribunal Pleno.

Esta Projeto de Lei Complementar tem por finalidade elevar o nível de vencimento do cargo de Assistente Judiciário para o nível 3 da Tabela de Vencimentos do Pessoal do Poder Judiciário (art. 1º).

A categoria funcional de Assistente Judiciário está voltada ao assessoramento dos magistrados da Justiça de Primeiro Grau. Suas

atribuições são semelhantes às atribuições da categoria funcional de Assessor Jurídico, cargo vinculado aos Gabinetes dos Desembargadores e Juizes de Direito de Segundo Grau.

Com a mudança proposta ficam nivelados os vencimentos de ambas as categorias funcionais, o que se mostra justo, em face da semelhança de suas atribuições e responsabilidades e da igualdade do nível de escolaridade.

De igual forma, por conta da similitude das categorias funcionais em destaque, propõe-se a sua unificação, com a denominação de Assessor Jurídico (art. 1º)

A proposta de criação de 50 (cinquenta) cargos de Assessor Jurídico, objeto do artigo 2º deste Projeto de Lei Complementar, prende-se ao fato de que parte da magistratura de Primeiro Grau ainda não dispõe de assessoramento. Com a medida, todos os Juizes de Primeiro Grau passarão a dispor de pelo menos um assessor, o que se mostra relevante para o exercício da judicatura.

Como é sabido, o Poder Judiciário passa por um período de mudanças, muitas delas provocadas pelo Conselho Nacional de Justiça que, a cada dia, impõe órgãos julgadores o cumprimento de metas, muitas das quais ligadas ao aumento de produtividade, especialmente no que se refere a julgamento de processos.

Portanto, a criação dos cargos prevista no art. 2º deste Projeto de lei Complementar é uma medida indispensável e totalmente sintonizada com a finalidade do poder Judiciário e com as metas que se deseja alcançar.

Essas, Senhor Presidente, as considerações que fundamentam a proposta que ora sujeito à elevada consideração dessa Casa Legislativa.

Florianópolis, 18 de março de 2010.

Trindade dos Santos

PRESIDENTE

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE EMENDA  
CONSTITUCIONAL**

**PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 003/10**

Dá nova redação ao artigo 13 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º O artigo 13 da Constituição do Estado de Santa Catarina passa a ter seguinte redação:

Art. 13 - A administração pública de qualquer dos Poderes do Estado compreende:

I - os órgãos da administração direta;  
II - as seguintes entidades da administração indireta, dotadas de personalidade jurídica própria:

- autarquias;
- empresas públicas;
- sociedades de economia mista;
- fundações públicas.

§ 1º - Dependem de lei específica, mediante aprovação por maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa:

I - a criação, extinção, fusão, incorporação ou cisão de qualquer entidade da administração indireta;

II - a alienação do controle acionário de sociedade de economia mista;

III - a criação de subsidiárias das entidades mencionadas neste artigo assim como a participação delas em empresas privadas, ressalvadas as instituições financeiras oficiais.

§ 2º Nos casos de extinção, fusão, incorporação, cisão, ou alienação de controle acionário, serão obrigatoriamente submetidos à consulta popular, sob a forma de referendo.

§ 3º - Nas sociedades de economia mista, em que possuir o controle acionário, o Estado fica obrigado a manter o poder de gestão, exercendo o direito de maioria de votos na assembléia geral, de eleger a maioria dos administradores da companhia, de dirigir as atividades sociais e de orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, sendo vedado qualquer tipo de acordo ou avença que implique em abdicar ou restringir seus direitos.

Artigo 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, de março de 2010.

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Marcos Vieira

Deputado Pedro Uczai

Deputado Pe. Pedro Baldissera

Deputado Joares Ponticelli

Deputado Romildo Titon

Deputado Lício Mauro da Silveira

Deputado Reno Caramori

Deputada Ada Faraco De Luca

Deputado Décio Góes

Deputado Valmir Comin  
 Deputado Antonio Aguiar  
 Deputado José Natal Pereira  
 Deputado Sílvio Dreveck  
 Deputado Sargento Amauri Soares  
 Deputado Adherbal Deba Cabral  
 Deputado Edison Andriano  
 Deputado Jailson Lima  
 Deputado Kennedy Nunes  
 Deputada Odete de Jesus

Lido no Expediente  
 Sessão de 25/03/10

#### JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Emenda Constitucional visa alterar o artigo 13 da Constituição Estadual. O objetivo é estabelecer uma regulamentação mais consistente e democrática, aumentando o controle do parlamento e da população no que referir a venda, total ou parcial, de órgãos da administração pública estadual.

Para isso, defendemos a necessidade de proposições que tratem desse tema, estejam sujeitas a aprovação por maioria absoluta da ALESC, com posterior consulta a população, através do instrumento constitucional do referendo.

A partir de 1990, um novo modelo político-econômico-social, que já percorria o mundo como uma "onda", chega ao Brasil. Esse modelo tem a denominação de neoliberalismo.

O neoliberalismo tem como um objetivo, entre tantos outros, a desregulamentação e a diminuição dos serviços públicos prestados pelo Estado à população. Para viabilizar tal objetivo, tornou-se necessário atacar as instituições públicas, sejam da administração direta ou indireta.

Na atual década, tal "onda" começa a perder força, e o Estado começa novamente a se revigorar, assumindo papel preponderante na prestação de serviços públicos, além de servir como mola propulsora para o desenvolvimento da economia em nosso País.

Entendemos que o papel do poder público adotado no Brasil a partir de 2003, deve continuar e, com eventuais correções, ser aprofundado, não podendo voltar ao caminho das privatizações. Pode-se até admitir a participação do capital privado nas empresas públicas, desde que o Estado não perda o controle acionário das mesmas.

As decisões a respeito de temas tão importantes não podem ficar a cargo de um governo ou de uma maioria circunstancial, sem dialogar e considerar a opinião de diversos e amplos setores da sociedade da qual fazem parte.

Tanto a Constituição Federal, bem como a Constituição Estadual, e também a legislação infraconstitucional, prevêem a participação e a soberania popular, através de instrumentos como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.

Cabe ao povo, soberanamente, decidir sobre questões estratégicas para o seu futuro, seja no âmbito de Brasil ou de Santa Catarina.

Pelas razões aqui expostas, os Deputados que firmam o presente Projeto de Emenda Constitucional, solicitam a todos parlamentares desta Casa Legislativa a aprovação desta proposição.

\*\*\* X X X \*\*\*

### REDAÇÕES FINAIS

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 056/2010

Altera o art. 2º da Lei nº 14.992, de 2009, que institui Gratificação de Representação de Delegado de Polícia e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 14.992, de 09 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O valor da vantagem prevista no art. 1º, desta Lei, é concedido ao servidor sujeito ao regime de quarenta horas semanais, sendo aplicado à proporcionalidade por carga horária e aos proventos de todas as espécies aposentatórias concedidas a qualquer tempo, e será reajustado quando ocorrer revisão geral de vencimentos dos servidores públicos estaduais, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição da República." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 1º de novembro de 2009.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de março de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0002.9/2010

O art. 7º do Projeto de Lei Complementar nº PLC/0002.9/2010 passa a ter seguinte redação:

" Art.7 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em  
 Deputado Romildo Titon  
 APROVADO EM 1º TURNO  
 Em Sessão de 24/03/10  
 APROVADO EM 2º TURNO  
 Em Sessão de 24/03/10

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2010

Cria cargos de Procurador de Justiça e Promotorias de Justiça nas comarcas da Capital e de São José, Palhoça e Canoinhas e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam criados, na estrutura do segundo grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, 10 (dez) cargos de Procurador de Justiça.

Art. 2º Ficam criados, na estrutura organizacional do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, com lotação vinculada aos gabinetes dos Procuradores de Justiça, 10 (dez) cargos de Assessor Jurídico e 10 (dez) cargos de Assistente de Procuradoria de Justiça, com a classificação, os requisitos e as vedações previstas no art. 1º da Lei Complementar nº 276, de 27 de dezembro de 2004.

Art. 3º Ficam criadas, na estrutura de primeiro grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, as seguintes Promotorias de Justiça:

I - de entrância especial:

- a) a 36ª Promotoria de Justiça da comarca da Capital; e
- b) a 37ª Promotoria de Justiça da comarca da Capital;

II - de entrância final:

- a) a 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Canoinhas;
- b) a 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Palhoça;
- c) a 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Palhoça;
- d) a 8ª Promotoria de Justiça da comarca de Palhoça;
- e) a 11ª Promotoria de Justiça da comarca de São José; e
- f) a 12ª Promotoria de Justiça da comarca de São José.

Parágrafo único. Para cada Promotoria de Justiça criada na forma do *caput*, fica também criado o respectivo cargo de Promotor de Justiça, obedecendo a mesma numeração ordinal e classificando-se na mesma entrância.

Art. 4º Ficam criados, na estrutura organizacional do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, para lotação unitária vinculada a cada qual das Promotorias de Justiça criadas na forma do art. 3º, 8 (oito) cargos de Assistente de Promotoria de Justiça, com a classificação, os requisitos e as vedações previstas no art. 1º da Lei Complementar nº 276, de 2004.

Art. 5º O provimento dos cargos de Procurador de Justiça e de Assessor Jurídico e Assistente de Procuradoria de Justiça, assim como a instalação das Promotorias de Justiça e o provimento dos respectivos cargos de Promotor de Justiça e Assistente de Promotoria de Justiça, criados através desta Lei Complementar, dependerão da existência de suporte orçamentário e financeiro no âmbito do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão a conta do orçamento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de março de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2010

Altera os anexos III, IV e V, da Lei Complementar nº 453, de 2009, que institui Plano de Carreira do Grupo Segurança Pública - Polícia Civil, e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Os anexos III, IV e V, da Lei Complementar nº 453, de 05 de agosto de 2009, passam a vigorar conforme Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de março de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

## "ANEXO III

**GRUPO: SEGURANÇA PÚBLICA - POLÍCIA CIVIL**  
**SUBGRUPO: AGENTE DA AUTORIDADE POLICIAL**  
**QUADRO DE CARREIRA: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL**  
 (Lei Complementar nº 453, de 05 de agosto de 2009)

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
Níveis de Referência	(*) Cargos Existentes	Classe	(**) Cargos Compactados e Atualizados
2B	203	IV	420
2C	138		
2D	105	V	201
2E	76		
2F	46	VI	138
3B			
		VII	42
		VIII	33
<b>TOTAL</b>	<b>568</b>	<b>TOTAL</b>	<b>834</b>

(\*) Cargos existentes conforme Lei Complementar nº 201, de 28 de setembro de 2000.

(\*\*) Cargos compactados e atualizados nos termos desta Lei Complementar.

## ANEXO IV

**GRUPO: SEGURANÇA PÚBLICA - POLÍCIA CIVIL**  
**SUBGRUPO: AGENTE DA AUTORIDADE POLICIAL**  
**QUADRO DE CARREIRA: PSICÓLOGO POLICIAL CIVIL**  
 (Lei Complementar nº 453, de 05 de agosto de 2009)

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
Níveis de Referência	(*) Cargos Existentes	Classe	(**) Cargos Compactados e Atualizados
3B	06	VI	70
3C	19		
3D	17	VII	54
3E	12		
3F	08	VIII	34
<b>TOTAL</b>	<b>62</b>	<b>TOTAL</b>	<b>158</b>

(\*) Cargos existentes conforme Lei Complementar nº 201, de 28 de setembro de 2000.

(\*\*) Cargos compactados e atualizados nos termos desta Lei Complementar.

## ANEXO V

**GRUPO: SEGURANÇA PÚBLICA - POLÍCIA CIVIL**  
**SUBGRUPO: AGENTE DA AUTORIDADE POLICIAL**  
**QUADRO DE CARREIRAS: AGENTE DE POLÍCIA CIVIL, ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL E PSICÓLOGO POLICIAL CIVIL**  
 (Lei Complementar nº 453, de 05 de agosto de 2009)

CARREIRAS	CLASSE	QUANTIDADE DE VAGAS
Agente de Polícia Civil	I	875
	II	870
	III	708
	IV	567
	V	541
	VI	360
	VII	296
	VIII	278
<b>Sub-Total</b>		<b>4.495</b>
Escrivão de Polícia Civil	IV	420
	V	201
	VI	138
	VII	42
	VIII	33
<b>Sub-Total</b>		<b>834</b>
Psicólogo Policial Civil	VI	70
	VII	54
	VIII	34
	<b>Sub-Total</b>	
<b>TOTAL</b>		<b>5.487</b>

“(NR)

\*\*\* X X X \*\*\*

**EMENTA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0004.0/2010**

O art. 6º do Projeto de Lei Complementar nº PLC/0004.0/2010 passa a ter a seguinte redação:

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em  
 Deputado Romildo Titon  
 APROVADO EM 1º TURNO  
 Em Sessão de 24/03/10  
 APROVADO EM 2º TURNO  
 Em Sessão de 24/03/10

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004/2010**

Transforma cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica criada e incluída no Anexo I da Lei Complementar nº 90, de 1º de julho de 1993, a categoria funcional de Oficial de Justiça e Avaliador, Grupo Atividades de Nível Superior - ANS, constante do Anexo Único desta Lei Complementar.

§ 1º Fica estabelecida a seguinte habilitação profissional para a categoria funcional de Oficial de Justiça e Avaliador: Portador de diploma de curso superior em Direito.

§ 2º Compete ao Oficial de Justiça e Avaliador:

I - fazer pessoalmente citações, prisões, penhoras, arrestos, sequestros, e demais diligências próprias do ofício;

II - efetuar avaliações;

III - lavar autos e as certidões respectivas, e dar contrafé;

IV - certificar quando desconhecido ou incerto o citando, ou ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontra;

V - convocar pessoas idôneas que testemunhem atos de seu ofício, nos casos exigidos por lei;

VI - efetuar as intimações, na forma e nos casos previstos na lei;

VII - devolver a cartório, após comunicar ao distribuidor, para a baixa respectiva, os mandados de cujo cumprimento tenha sido incumbido, até o dia seguinte em que findar o prazo marcado na lei processual para execução da diligência, ou quando houver audiência, até, se for o caso, 48 (quarenta e oito) horas antes de sua realização;

VIII - comparecer a juízo, diariamente, e aí permanecer durante o expediente do foro, salvo quando em diligência;

IX - auxiliar o porteiro na manutenção da ordem, disciplina e fiscalização do foro;

X - servir nas correições;

XI - entregar, incontinenti, a quem de direito, as importâncias e bens recebidos em cumprimento de ordem judicial;

XII - executar as ordens do juiz;

XIII - exercer as funções de porteiro de auditórios onde não houver privativo;

XIV - estar presente às audiências e coadjuvar o juiz na manutenção da ordem.

Art. 2º Os atuais cargos da categoria funcional de Oficial de Justiça, Grupo Atividades de Nível Médio - ANM, previstos nos Anexos II e VIII da Lei Complementar nº 90, de 1993, vagos na data da publicação desta Lei Complementar, ficam extintos.

Parágrafo único. O quantitativo dos cargos a que se refere o *caput* deste artigo fica transferido para o quantitativo de cargos da categoria funcional criada pelo art. 1º desta Lei Complementar.

Art. 3º Os cargos que vierem a vagar da categoria funcional de Oficial de Justiça, Grupo Atividades de Nível Médio - ANM, previstos nos Anexos II e VIII da Lei Complementar nº 90, de 1993, serão destinados a concurso de remoção.

Parágrafo único. Após o concurso de remoção, o quantitativo dos cargos de que trata o *caput* deste artigo que permanecer vago será transferido para o quantitativo de cargos da categoria funcional criada pelo art. 1º desta Lei Complementar.

Art. 4º Aos atuais ocupantes dos cargos de Oficial de Justiça, Grupo Atividade de Nível Médio - ANM - será deferida, pelo exercício das atribuições do cargo de Oficial de Justiça e Avaliador, Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável, no valor correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo para o respectivo padrão do Grupo Atividades de Nível Superior - ANS.

§ 1º A vantagem estabelecida neste artigo será incorporada ao vencimento do cargo efetivo para fins de aposentadoria e disponibilidade e se estende aos Oficiais de Justiça inativos.

§ 2º É vedada a cumulação da vantagem estabelecida no *caput* com a gratificação de nível superior prevista no art. 14 da Lei Complementar nº 90, de 1993.

Art. 5º As despesas necessárias à execução da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Tribunal de Justiça.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de março de 2010  
 Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

**ANEXO ÚNICO**

CARGO	NÍVEIS	REFERÊNCIAS
Oficial de Justiça e Avaliador	10-12	A-J

\*\*\* X X X \*\*\*